

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

Maritza dos Santos Dode

“FAZER-ME UM CORTIÇO DEBAIXO DAS JANELAS!...”:
OS CORTIÇOS NA PAISAGEM URBANA DA RIO GRANDE
OITOCENTISTA

Rio Grande

2012



MARITZA DOS SANTOS DODE

“FAZER-ME UM CORTIÇO DEBAIXO DAS JANELAS!...”:
OS CORTIÇOS NA PAISAGEM URBANA DA RIO GRANDE OITOCENTISTA

Monografia apresentada ao Curso de
Arqueologia da Universidade Federal do Rio
Grande como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Arqueologia

Orientadora: Beatriz Valladão Thiesen

Rio Grande
2012

MARITZA DOS SANTOS DODE

“FAZER-ME UM CORTIÇO DEBAIXO DAS JANELAS!...”:
OS CORTIÇOS NA PAISAGEM URBANA DA RIO GRANDE OITOCENTISTA

Monografia apresentada ao Curso de
Arqueologia da Universidade Federal do Rio
Grande como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Arqueologia

BANCA EXAMINADORA

Beatriz Valladão Thiesen – Universidade Federal do Rio Grande

José Alberione dos Reis – Universidade Federal do Rio Grande

Adriana Fraga da Silva – Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão

AGRADECIMENTOS

Querido leitor, não morra nos agradecimentos! Eles são destinados a pessoas bem específicas, portanto, pule esta prolongada parte, sem prejuízo para a compreensão do texto a seguir.

Aqui agradeço a várias pessoas a partir do que elas significaram e significam pra mim neste período acadêmico, que não se limita ao tempo que dediquei à Arqueologia.

Aos meus mestres Prof. Artur Barcelos, Profa. Beatriz Thiesen, Profa. Cláudia Giongo, Prof. Gianpaolo Adomilli, Prof. José Alberione, Profa. Maria Farias, Prof. Martial Pouguet, Profa. Márcia Kuniuchi, e aos demais professores que participaram de forma menos expressiva da minha formação, por me ensinarem, dentre outros assuntos arqueológicos, a arte de ser crítica, de apostar nas minhas ideias, de acolher expectativas, de aceitar minhas limitações, de perceber os meus gostos, de canalizar argumentos, de ignorar o vermelho do rosto e de engolir minhas lágrimas. Por me proporcionarem, sobretudo, ver o Picasso incompreendido que há em mim.

Um agradecimento especial deve ser registrado à Profa. Márcia, por ter sido a primeira a me incentivar a levar esta pesquisa a cabo, ultrapassando a mera condição de trabalho final de disciplina.

Aos meus queridos ~~colegas~~ amigos Ágatha Ludwig, Aléxis Tessele, Danielle Crescenti, Danielle Jesus, Felipe Tramasoli, João Radünz, Luiz Alberto da Rosa, Luiz Eduardo Oleiro, Nilce Machado e Sara Munaretto. Porque se para ser arqueóloga eu aprendi em aulas o que era memória e identidade, o que era pertencimento de grupo, com eles eu aprendi na prática. Porque eu olho pra eles. Vejo a mim mesma. E fico tranquila.

Para os demais colegas, fica minha gratidão por serem tão personagens da vida acadêmica quanto os demais, cada um representando seus papéis, que, de certa forma, serão inesquecíveis.

Aos meus pais, Fernando e Susana, por aceitarem todas as minhas invenções (por vezes compulsoriamente, é certo), inclusive essa história de ser arqueóloga. E estarem sempre tão dispostos a me dar todo o apoio possível, dentro do impossível.

À Marcela, por baixar o volume do som e/ou da TV e por ceder o (meu) computador, tudo isto sob protestos mais ou menos explosivos. Mas também por conviver com minhas birras e manias, além dos meus próprios protestos e impaciências, que por tantas vezes não souberam compreender as preocupações e angústias que estavam no recôndito mais misterioso e secreto da minha casa: minha irmã.

Aos meus tios Ico, Helga e Naura. À minha prima, Carolina. À minha avó, Daura. Obrigada por me darem amparo e abraçarem minha vida como um todo. Por estarem ali com todo o auxílio material de que precisei, desde almoços e generosos presentes até viagens internacionais, tudo recheado por uma presença cotidiana de carinho, boa vontade, preocupação, dedicação e, lógico, de necessários puxões de orelhas, vez ou outra.

À Bia por ser em inúmeras e múltiplas vezes mãe, amiga, orientadora, salvadora, etc. Ao Martial por fazer o papel de pai e de amigo, além de ser o meu dicionário favorito sobre qualquer assunto. Faço um agradecimento conjunto aos dois por terem me recebido de braços abertos durante estes anos e me acolhido calorosamente. Aqui acrescento o Guilherme, a Vitória e a Carmem, por terem me abraçado da mesma forma. Obrigada por todos vocês terem sempre entendido o meu jeitinho enviesado de ser.

Aos meus amados Cristiane Hirdes, Manuela Sallis, Tássia Vasconcelos, Bruna Zafalon, Jéssica Tomberg, Letícia Sawabe, Ana Cláudia Amaral, Lucas Moura, Ândrio Zafalon não por *estarem* ao meu lado nos bons momentos, nos maus momentos... num momento qualquer. No meu passado, no meu presente e no meu futuro. Obrigada, simplesmente, por *serem* ao meu lado.

Às amigas que fiz durante a trajetória acadêmica, que se distanciam e se renovam, conforme os movimentos da vida, me mostrando que, de fato, certos laços de afinidade não se rompem facilmente: Helissa Gründemann, Marcela Santos, Maria Clara Hallal e Tânia Lopes.

Aos meus amigos, hoje tão distantes, Rodrigo Torres e Samila Ferreira. Ao Rodrigo pelo carinho de sempre, por todas as longas conversas acadêmicas e pela disponibilidade em dividir suas experiências de vida. Neste trabalho, em específico, por me ajudar a traduzir meus interesses para uma linguagem tão adversa da minha quanto a do SIG. À Samila, por todas as longas conversas, que, por uma questão de distância temática, não estão tão ligadas ao mundo acadêmico, mas são de uma proximidade sem limites. Eu rio de muitas coisas, sorrio para outras tantas, mas ninguém no mundo consegue me arrancar uma risada verdadeira como ela.

À *Archaeos*, na figura de Cledir San Martin e Charles Miranda (dois dos meus eternos veteranos de Lapan), por acreditar no meu potencial, mesmo antes de concluir minha formação. Aproveito aqui para agradecer ao Charles (e à Aline Dorneles, juntamente) por me receber sempre tão francamente em sua casa e me mostrar que é possível realizar ações contundentes dentro de um quadro tão desesperador quanto ao patrimônio arqueológico como o desta cidade riograndina.

À Fátima Regina Goulart Gaubert, chefe do Arquivo da Prefeitura, por sempre ter se mostrado tão prestativa com minhas solicitações, durante todos esses anos de pesquisa.

Aos meus colegas de projeto neste ano de 2012, principalmente à Manuela Toss, Beatriz Oliveira e Ricardo Sá, por mostrarem-se tão disponíveis em me auxiliar, estando presentes, de uma forma ou outra, nesta pesquisa. À Taiane Portella e à Beatriz Farias pela produção dos mapas tão almejados neste trabalho. À Ágatha, por estar todas as horas que cercaram o substancial desta pesquisa comigo e por comprar todas as minhas mirabolices, impedindo, ao mesmo tempo, que eu me perdesse nelas. Ao Luiz Alberto, por ter estado comigo em tantos momentos. Por sempre estar presente no fim.

Agradeço, por fim, ao Sr. Antenor Monteiro pela dedicação e empenho com que escreveu. Como a nossa conversa pulou da sua dedicatória para os meus agradecimentos, imagino que, seguindo a lógica dos trabalhos acadêmicos, sua resposta virá no seu próximo resumo.

É, foi extenso... Mas eu avisei!

RESUMO

A partir do Livro de Estatística da População de Rio Grande de 1888, foram identificadas as habitações cortiços. Elas tornaram-se foco de uma pesquisa que teve por objetivo compreender a existência dos cortiços na paisagem riograndina em fins do século XIX. Procurou-se entender a relação da sociedade riograndina da época com os cortiços e, da mesma forma, apreciar a composição dos moradores destas habitações a partir de suas localizações na malha urbana. Além de cortiços, agregou-se às análises as categorias *Portão* e *Diversos*, também retidas no censo. As pesquisas deram-se a partir de jornais, relatórios municipais, códigos de postura, além do próprio recenseamento, direcionados à produção de um SIG, utilizado como ferramenta de análise. Verificou-se a ocorrência de uma esfera de sentidos que associa tal habitação a negros e suscetibilidade à criminalidade. Os cortiços, *diversos* e *portões* foram ratificados como moradias populares. Observou-se, com o posicionamento na malha urbana das três habitações, relacionadas aos diferentes moradores que as compõem, uma segmentação social do espaço da cidade para este ano de 1888.

Palavras-chave: cortiços, habitações populares, Arqueologia da Paisagem, Rio Grande.

ABSTRACT

From the Book of Statistics of Population of Rio Grande in 1888 were identified housing slums. They had become the focus of a study that aimed to understand the existence of slums in Rio Grande's landscape in the late nineteenth century. We sought to understand the relationship of Rio Grande's society the season with slums and likewise appreciate the composition of the residents of these houses from their locations in the urban area. Besides the slums, was added to analysis the categories *Portão* and *Diversos*, also retained in the census. The surveys were newspapers, municipal reports, codes of posture, besides the census, directed to produce a GIS used as an analysis tool. There was the occurrence of a sphere of meaning that associates such housing to blacks and susceptibility to crime. The slums, *diversos* and *portões* were ratified as affordable housing. There was a social segmentation of city space for this year 1888, through the positioning of the three dwellings in the urban area, which are related to the various locals that compose them.

Keywords: slums, affordable housing, Archaeology of Landscape, Rio Grande.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo I – Das histórias deste lugar	16
Capítulo II – Breves Discussões	28
Capítulo III - Manual de boas maneiras: como tratar um censo	42
Capítulo IV – Concretizando os objetivos	67
Considerações Finais	110
Referências	112
Anexos Impressos	115

Introdução

- Um cortiço! Exclamava ele, possesso. Um cortiço! Malvado seja aquele vendeiro dos diabos! Fazer-me um cortiço debaixo das janelas!... Estragou-me a vista, o malvado! (O Cortiço, Aluísio de Azevedo - 1890)

Tomo esta epígrafe como o ponto de partida de tudo. Tudo o que eu sabia e a partir do qual tudo o que (des)construí. Impossível dizer que não me lembrei das cartas da Pombinha, das mutretas do João Romão, do incansável trabalho da Bertoleza, do velho Libório esmolando. Das intrigas e confusões, das mulheres com uma trouxa de roupa. E do Miranda, morando no sobrado do lado, com asco de tudo isso, como suas palavras em destaque asseveraram.

Foram estas imagens que vieram em minha mente quando percebi a palavra “cortiço” no *Livro de Estatística da População de Rio Grande, de 1888*. A pesquisa ali ocorria por este livro ser uma das fontes de informações mais ricas para o projeto *Paisagens e identidades: a modernidade riograndina (Liber Studium - Laboratório de Arqueologia do Capitalismo)*, cuja autora e coordenadora, Profa. Dra. Beatriz Thiesen, propõe a realização de pesquisas com vistas a novas interpretações sobre a história da cidade. Na base destes estudos está a utilização e divulgação de documentos inéditos¹.

Com a desinência de **Cortiços** ou **Cortiço** detectou-se cerca de 14 habitações². Estas denominações foram encontradas no local onde deveria constar o nome do responsável pela morada, como é corrente nos demais cadastros. Tal circunstância dificulta a busca de informações mais contundentes sobre a estrutura dos prédios e seus moradores, que poderiam ser encontradas em fontes como inventários³.

¹ Este Trabalho de Conclusão de Curso começa, então, antes de o Bacharelado em Arqueologia, que o solicita, existir. Nos idos de 2007, o *Paisagens e Identidades* ainda fazia parte do rol de atividades do Curso de História. Foi quando comecei as pesquisas deste livro de recenseamento. Tenho tanto apego ao *Livro*, que julgo conhecê-lo tanto quanto o próprio Sr. Cândido José de Godoy – conheci-o morando na Rua dos Príncipes, nº 194, em uma casa térrea. Mas vocês serão apresentados no devido tempo.

² Uma vez que a área de abrangência do projeto *Paisagens e Identidades* restringe-se ao núcleo inicial da cidade relacionado ao período marítimo-comercial, esta informação sobressai a partir de uma amostra do *Livro*.

³ Além dos cortiços, o *Livro de Estatística da População de 1888* apresenta outras categorias envoltas no anonimato, são elas “Portão” e “Diversos”. Entretanto, diferentemente dos “cortiços” não há citações recorrentes em bibliografia ou conhecimento comum que possam aportar informações e discussões mais profundas sobre eles.

A partir desta amostra, as pesquisas tendo como foco os cortiços começaram a tomar forma antes mesmo de estes serem escolhidos por mim como tema de meu TCC. Aqui destaco o papel relevante das disciplinas oferecidas para minha formação no Curso de Arqueologia. A disciplina de *Escravidão e Relações Étnicas*, ministrada pela Prof. Márcia Kuniuchi, foi a receptora da primeira versão desta pesquisa, ainda no 3º semestre. Logo em seguida, no 4º semestre, com algumas mudanças de postura, na disciplina de *Arqueologia do Capitalismo I*. Em continuidade, em *Arqueologia do Capitalismo II*, abordando agora problemas teóricos, foi pela terceira vez apresentada como requisito final de uma disciplina⁴.

Em todos os diferentes momentos de apresentação da pesquisa, nunca se perdeu de vista a crença de que os cortiços são antro de doenças e indivíduos de índole questionável. Os primeiros textos elaborados tinham por objetivo fazer uma primeira análise da existência destas habitações populares e a composição de seus moradores dentro do contexto urbano da cidade de Rio Grande (Dode & Rosa, 2010). O conhecimento e bases de pensamento proporcionados por estes trabalhos iniciais estão imbricadas no conteúdo destas páginas para além de citações.

Os cortiços encontrados no recenseamento de 1888 estavam distribuídos da seguinte forma: quatro à rua Paysandú, três na Villeta, três pela General Osório, dois na rua Câmara, um à Andrade Neves e um na Uruguayana.

Nos 14 cortiços aí detectados, somou-se um total de 113 moradores, unanimemente católicos. A quantidade de homens e mulheres mostrava-se equilibrada, assim como as três cores apresentadas (branco, pardo, preto). As discrepâncias apareciam nas nacionalidades: 72% são brasileiros, 18% portugueses, 1% italianos, 10% de outras nacionalidades. Assim como nas profissões, 3% agricultores, 10% operários, 2% empregados de comércio, 65% com diversas profissões, 20% sem profissões. E quanto à alfabetização, apenas 25% sabiam ler e escrever. As classes aqui enunciadas são provenientes das divisões concernentes à tabela do recenseamento.

Alguns aspectos a partir dos dados dispostos acima chamam atenção. Primeiramente, a grande quantidade de moradores pertencentes às cores preto e pardo, somando cerca de 2/3 dos habitantes. Como se pode notar o censo foi realizado no ano de 1888, ano em que se deu a abolição da escravidão, o que torna essa constatação curiosa. Sobre as nacionalidades,

⁴ A tríade de cadeiras intituladas *Arqueologia do Capitalismo* – sendo a última destinada ao período contemporâneo - tem como responsável a Prof. Beatriz Thiesen.

demonstrou-se a preponderância de brasileiros, em detrimento das demais origens. Evidenciou-se, ainda, uma quantidade relevante de trabalhadores com profissões diversas, o que em termos práticos não caracteriza um grupo uniforme, podendo servir como base para algumas inferências.

Colocado como hipótese de trabalho, vislumbrou-se esses moradores de cortiços como trabalhadores ligados direta ou indiretamente à dinâmica portuária (carregadores, marinheiros, estivadores, trabalhadores das docas, fornecedores de trabalhos necessários à população que constantemente chegava e partia da cidade) (DODE & ROSA, 2010). Em suma, os moradores de cortiços seriam a mão-de-obra básica para o funcionamento da cidade.

Os cortiços são mencionados no artigo 6º do *Novo Código de Posturas do Município de Rio Grande*, de 1903, como uma das instalações que devem satisfazer condições de higiene, segurança e estética. Mais expressamente, “(...) colégios, hospitais, asilos, hotéis, casa de pensão, albergues e cortiços, com as diversas denominações de avenidas e estalagens (...)”. Da mesma forma, o artigo ainda destaca que os prédios repartidos em mais de uma habitação não poderão dividir quintal, esgoto, latrinas e tanques.

O processo de higienização dos espaços e das práticas, como afirma Lima (1999), tomou um enorme vulto na agenda dos grupos poderosos ou emergentes durante o último quartel do séc. XIX. A divisão dos espaços de vivência e a remodelagem de seus formatos e regras, que buscavam o arejado, o limpo e o particular, dividiam não só o salutar do insalubre, mas o moderno do antigo (idem).

Os ricos comerciantes e os primeiros empreendedores industriais a despontar na cidade do Rio Grande, presentes nas mais diversas esferas de poder, mantinham em suas mãos a capacidade de ordenação das práticas e dos espaços através dos editos propostos nos códigos de posturas. Sua presença enquanto agentes reguladores das formas e espaços da cidade durante quase todo o século XIX foi demonstrada por Torres (2010:73). Como se pode ver, de alguma maneira estes agentes, como grupos poderosos citados por Lima (1999), intentavam atuar frente aos cortiços conforme é possível notar através do *Novo Código de Posturas do Município de Rio Grande*.

Neste sentido, este trabalho tem por objetivo compreender a existência dos cortiços na paisagem riograndina de fins do século XIX. Para tanto há a necessidade de responder a uma série de questões. Quem eram efetivamente os moradores dos cortiços? Com os primeiros manejos de dados presentes no recenseamento de 1888, apresentados anteriormente, esse

questionamento fica latente. Além disto, quais são os elementos necessários para que determinadas habitações sejam enquadradas no tipo intitulado “cortiço”?

Pensando nas afirmações de Lima (1999) sobre o processo de higienização dos espaços e das práticas, corrente no final do século XIX, como foram recebidos estes novos valores e aplicados com relação aos cortiços em Rio Grande? Afora Lima (1999), a citação das habitações “cortiço” no *Novo Código de Posturas* já indicam um interesse dos agentes públicos em gerenciar sobre eles. Tomando que esta ordenação deveria dar-se tanto no que diz respeito a sua conjuntura interna quanto externa, onde estariam localizados os cortiços na malha urbana da cidade pensando em um momento de mudança de valores? Há alguma indicação de concentração, ou estariam situados em lugares “aleatórios”?

Para compreender melhor o que seriam propriamente os cortiços em Rio Grande, quais as diferenças entre as denominações “Cortiço”, “Portão” e “Diversos”? Haveria diferenças entre moradores? Entre suas localizações na cidade? Entre as frequências com que ocorrem?

Com tais questões em mente a pesquisa aqui apresentada seguiu seu rumo, mas foi preciso traçar trilhos mais específicos por onde se deveria viajar. Assim, como desdobramentos do objetivo central desta pesquisa, procurou-se determinar a composição dos moradores dos cortiços, observar a relação espacial entre cortiços, “diversos”, “portão” e a principal zona de poder da cidade e compreender o imaginário social presente na cidade daquela época acerca destas habitações.

Acontece que os cortiços estão inseridos em um contexto muito particular que congrega a passagem do regime monárquico para o republicano e o fim da escravidão. Com os marcos oficiais de mudanças – Abolição da Escravidão, Proclamação da República e Assembléia Constituinte - ocorridos em fins da década de 1880 e inícios da década de 1890, surgiram as *“condições jurídico-políticas necesarias para la transformación, aunque em aquel entonces las relaciones de producción capitalista todavía no fueran dominantes, lo que sólo vendria a ocurrir mucho más tarde, en las décadas siguientes (...).”* (Lima, 1999: 190-191)

Desta forma, os cortiços de Rio Grande parecem estar no seio de uma sociedade em ebulição, podendo ser mesmo local onde conviviam ex-escravos e trabalhadores de indústrias. Estas habitações serão compreendidas dentro deste ambiente de transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas, nas palavras de Lima.

A importância primordial da pesquisa aqui proposta encontra-se no seu caráter de apresentação da existência de cortiços na cidade do Rio Grande, expondo-os como estruturas

de interesse de estudo para a Arqueologia. Uma vez que se caracteriza como rico objeto para a compreensão da construção do espaço urbano e das relações sociais que ali se estabeleciam (Dode & Rosa: 2010). Para além disto, a bibliografia produzida sobre a cidade de Rio Grande é silenciosa no que tange a estas estruturas de habitação.

Para dar conta dos objetivos propostos, foram utilizados Relatórios Municipais da Câmara, para os anos de 1878, 1879, 1883 (dois documentos), 1885 e 1903⁵; jornal *Echo do Sul*, para o ano de 1888⁶, Código de Postura do ano de 1903; Relatório Provincial do ano de 1888; além do já referido *Livro de Estatística da População de 1888*.

O texto que segue foi dividido em quatro capítulos. O primeiro dedica-se à exposição de um histórico sobre a cidade do Rio Grande, entendendo que as habitações em estudo necessitam ser contextualizadas dentro da lógica de construção do espaço urbano da cidade. Espaço urbano este desenvolvido desde a fundação da cidade.

O capítulo dois tem por finalidade destacar os principais aspectos teóricos em que esta pesquisa foi pautada. Ali se encontram questões como a perspectiva tomada pela Arqueologia da Paisagem; a noção de exclusão social como um dos pressupostos desta pesquisa e uma revisão acerca da definição do conceito de cortiço, a partir de bibliografia e fontes históricas.

O terceiro capítulo trata de uma discussão sobre o *Livro de Estatística da População* no sentido de apresentar seu conteúdo de forma detalhada, procurando realizar considerações a respeito da maneira como foi produzido. Levantei aqui algumas incoerências e dificuldades no seu manejo e interpretação.

O quarto capítulo apresenta as considerações e análise dos dados levantados durante a pesquisa, tratando inicialmente das questões referentes ao imaginário riograndino da época sobre os cortiços. Posteriormente serão encaminhadas as apreciações acerca da composição de seus moradores, conjugadas com a observação da espacialidade tomada por cortiços, “diversos” e “portões”. Para este último momento, elaborou-se um SIG (*Sistema de*

⁵ Os Relatórios Municipais da Câmara estão disponíveis no arquivo do Projeto *Paisagens e Identidades*. A coleção original está na Bibliotheca Rio-Grandense, contemplando os anos de 1847 a 1903. Faltam apenas os anos de 1875, 1884, 1888, 1892-4, 1897-99, 1900 e 1901.

⁶ As pesquisas nos jornais foram voltadas apenas para o ano de 1888, pois esta fonte faria um papel duplo: tanto ajudaria na compreensão do censo, como deveria trazer informações a respeito do discurso veiculado sobre os cortiços. Sendo assim, por uma questão de ordem prática, optei pelas pesquisas voltarem-se apenas sobre o ano de 1888, apesar de os cortiços seguramente figurarem em outras datas. Apesar de outras folhas existirem na cidade naquele ano, o *Echo do Sul* era aquela que provavelmente traria maior volume de notícias sobre o recenseamento, em vista de ser o jornal oficial de divulgação dos atos da Câmara Municipal do Rio Grande, conforme foi possível encontrar em notícia de 1º de janeiro de 1888.

Informações Geográficas), aqui percebido como uma utilíssima ferramenta de análise para a compreensão dos cortiços no cerne da construção da paisagem riograndina, no final do século XIX e início do XX.

Capítulo I – Das histórias deste lugar

Nas palavras de Bittencourt (2007: 32), Rio Grande, a cidade com o único porto marítimo do Estado, fundada em 1737, sofreu uma metamorfose do século XVIII para o século XIX. Modificou sua histórica função militar para transformar-se no principal centro comercial do Brasil meridional.

A povoação da península, onde Rio Grande foi estabelecida, iniciou-se através da instalação de fortificações, tendo como principal delas o forte Jesus Maria José. A ocupação desenvolvia-se na direção oeste desta fortificação, conforme documento cartográfico de 1739, elucidado por Torres (2010). A elevação à vila, em 1747 e consequente instalação da Câmara, proporcionou a chegada de colonizadores açorianos, a partir de 1752, dando impulso ao povoado (TORRES, 2010: 28).

No ano de 1763, Rio Grande possuía 131 casas e 714 casais, cuja maioria constituía-se de açorianos ou mistos com açorianos, enquanto os demais se relacionavam a várias origens. Entretanto, a invasão espanhola liderada pelo futuro Vice-Rei do Prata, Pedro de Cevallos, levaria parte da população a se espriar para o outro lado do canal e continente adentro, durante o interregno que durou de 1763 a 1776 (BITTENCOURT, 2007:32).

O conjunto urbano-militar da vila aparece representado em um croqui cartográfico de c. 1777 (Figura 1). A marcação da representação, realizada por Torres, identifica: Igreja Matriz São Pedro (A), Forte de Jesus, Maria e José (B), quartel dos índios (C), trapiche do porto (D), quartel general (E), quartel (F), uma Sumaca velha (G), canal de navegação (H), macegas (terrenos pantanosos) (I) e os combros de areia (J). Percebe-se a partir da representação, nas palavras do autor, o desenvolvimento da povoação a oeste da Matriz de São Pedro. Além disto, um incipiente arruamento, com as fileiras de casas arranjadas de forma paralela à linha de costa, e uma projeção de becos e vielas perpendiculares à praia foram notados. A presença destes becos seria um dos traços não formais da espacialidade urbana portuária da cidade. Por último, podemos ver que a vila estendia-se ao longo da Rua Direita (atual Gen. Bacelar), com as casas orientadas para o interior da península (TORRES, 2010: 33-34; 42).

Estabilizadas as relações geopolíticas da América meridional, Rio Grande voltou-se para o desenvolvimento de seu, então pequeno, porto.

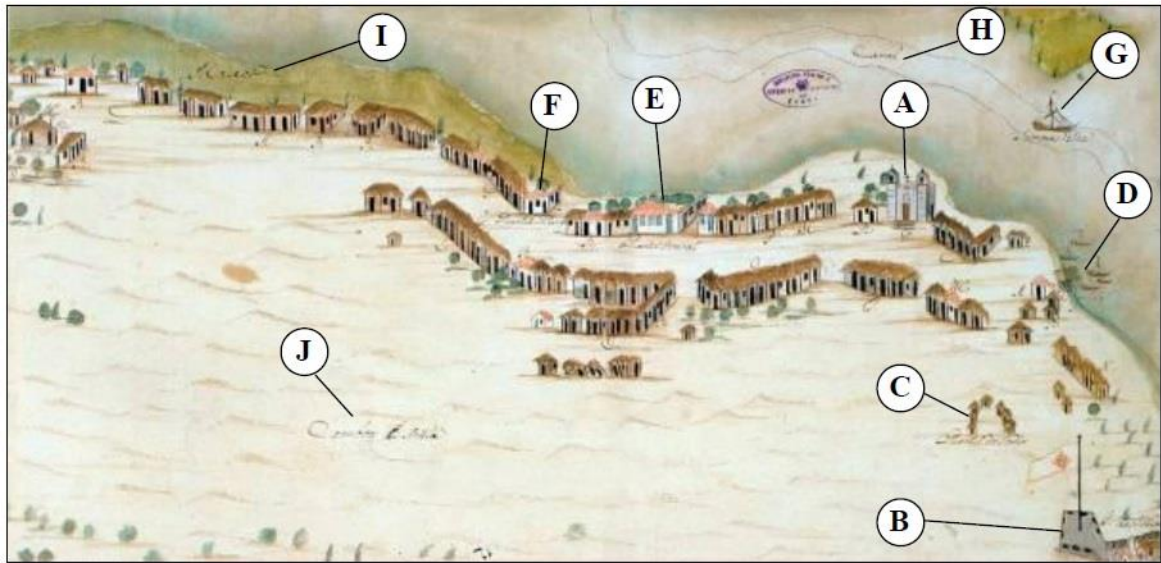


Figura 1: Croqui cartográfico de autoria de Cirurgião-mór Francisco Ferreira de Sousa em c.1777. (Fonte: TORRES, 2010: 34)

Desde o surgimento da produção saladerial, por volta de 1780, até a Independência brasileira, em 1822, a função de praça comercial tomada por Rio Grande, para negócios lícitos e ilícitos da Campanha, proporcionou a concentração de uma elite mercantil emergente no porto da então vila, no intento de agenciar mercadorias e embarcações (TORRES, 2010: 38). Observando o período que perpassa o processo de consolidação das atividades charqueadoras, a historiadora Helen Osório coloca:

“Apesar de sua pequena população e de ter a maior parte de sua produção comercializável dirigida ao abastecimento do mercado interno colonial, a capitania do extremo sul tinha, no princípio do século XIX, um comércio mais avultado, movimentando somas mais superiores à da antiga capitania de São Paulo, cujo principal produto de exportação destinava-se ao comércio ultramarino. O Rio Grande constitui-se, portanto, em um exemplo de região de recente ocupação que rapidamente integrou-se a circuitos mercantis intercoloniais” (OSORIO, 2007: 189-190 apud TORRES, 2010: 37)

Por seu turno, a Abertura dos Portos (1808), oficialmente liberou o comércio internacional através dos portos brasileiros, aumentando a demanda pelo aparelho portuário. Assim, o porto de Rio Grande experimentou grande crescimento, o que proporcionou considerável prosperidade econômica através do século XIX, perpassando até inícios do século XX (Thiesen, 2010).

Aportavam em Rio Grande embarcações provenientes de portos nacionais e estrangeiros, demonstrando a inserção do único porto marítimo gaúcho no circuito de navegação transatlântico. As atividades mercantis deram grande movimentação à zona portuária, principal porta de entrada da povoação. Através do porto adentravam objetos materiais de todos os tipos e pessoas dos mais diversos locais, carregando consigo idéias e lógicas de mundo. Conforme Thiesen (2010) “*foi então, pelo mar, que a cidade do Rio Grande recebeu os ares da modernidade, constituindo-se, no decorrer do século XIX, uma cidade essencialmente marítimo-comercial (...)*”. Neste sentido, o porto seria o elemento primordial para o empreendimento, dinamismo e crescimento da urbe. (BITTENCOURT, 2007: 33).

A Abertura dos Portos e a conseqüente impulsão à vida portuária, acabou por diversificar as funções urbanas relativas ao comércio e à manufatura artesanal. Torres (2010, 39-40) traz a indicação de Gonçalves Chaves (1822), do número de prédios comerciais da vila: 24 lojas de fazendas, 15 armazéns de atacado, 3 boticas, 3 ferreiros, 2 tanoeiros, 2 ourives, 2 lojas de louça, 2 latoeiros e 1 caldeireiro. Quanto ao número de residências, estas já somavam 346, em 1822. (COPSTEIN, 1982: 67)

Pedroso (2008: 17) comenta, assim, que o porto proporcionou a criação de um sistema sócio econômico no sentido de suprir a demanda da movimentação portuária. É o caso da criação de empresas (e aqui acrescento empregos) especializadas, como estaleiros de reparos navais.

No início dos oitocentos, foi instalada em Rio Grande a Alfândega (1804) e a Câmara Municipal (1811), cimentando as funções de fiscalização e político-administrativas do porto (TORRES, 2010: 40). Ainda merece destaque a existência de três igrejas: Matriz de São Pedro (1755), Capela São Francisco (1812) e Igreja da Ordem Terceira do Carmo (1809). Os espaços religiosos do período, segundo Torres (2010, 39-40), atestavam a função religiosa da vila, constituindo-se de centros da sociabilidade e da vida cultural.

Analisando planta de 1816, Torres descreve a continuação da tendência urbana, com arruamentos e quarteirões, a oeste da Igreja Matriz. Entretanto, o núcleo de ocupação deslocou-se sensivelmente na direção do porto do sul da península. São referidos os prédios das instituições religiosas, políticas e militares existentes, assim como aparatos portuários, como o “Trapiche da Alfândega”. Há a indicação de possessões de alguns particulares. (TORRES, 2010: 40-41).

Nota-se no documento de 1816, a Rua da Praia como principal agregadora de desenvolvimento em termos de funcionalidades urbanas. Tal situação traduzia a valorização dada à circulação mercantil-marítima na vila. Neste momento, o crescimento da vila já era assombrado por três elementos naturais: à sudoeste, pelas dunas móveis, à leste e sul, por banhados e à norte pela Lagoa dos Patos (Idem, p.42).

Estes obstáculos naturais são notáveis no mapa de 1829 (Ver figura 2), onde se percebe a urbanidade desenvolvida na direção leste, uma vez que as dunas móveis soterraram a ocupação oeste, remanescente do século XVIII (TORRES, 2010: 43). Nota-se um espaço à sudoeste da malha urbana, a indicação da Praça do Poço, demarcada com um círculo. Esta praça encontra-se nas imediações do antigo Forte Jesus Maria José, núcleo irradiador do povoamento da península.

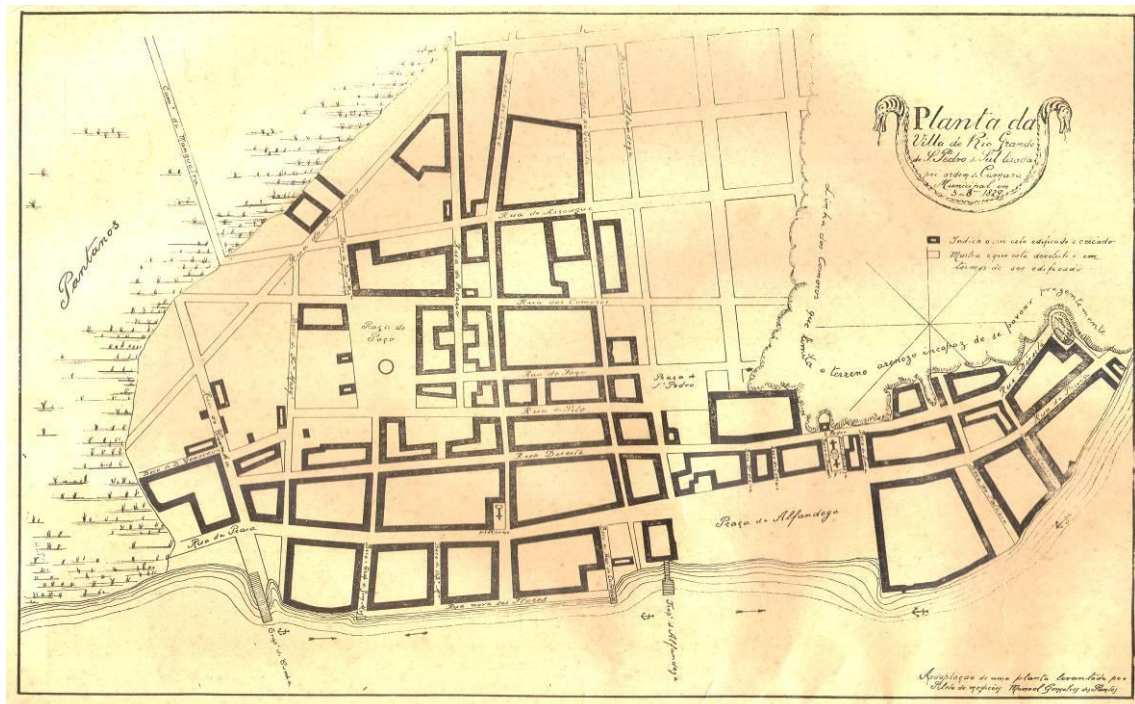


Figura 2: Planta da Villa do Rio Grande de S. Pedro do Sul – 1829
Fonte: Acervo digital do projeto Paisagens e Identidades

Outra questão representada na planta é o avanço sobre a Lagoa dos Patos, demonstrando a importância marítimo comercial de Rio Grande. Financiada com capital privado, foram feitas drenagens no canal. Parte do material de demolição do citado Forte Jesus Maria José foi utilizado para a formação do aterro que deu origem ao primeiro cais acostável do Rio

Grande⁷, definido como Rua Nova das Flores, em 1823 (TORRES, 2010: 43-44; BITTENCOURT, 2007).

Já na planta de c. 1835, produzida em função da elevação da vila à cidade, pode-se ver que o cais sofreu modificações, com projeção para oeste, acompanhando a extensão do Trapiche da Alfândega. Algumas demarcações de intenções de novos logradouros públicos foram expressadas, mas praticamente nenhuma concretizada (TORRES, 2010: 45).

No íterim que se estende desde a década de 1830 até a década 1850, a cidade viria a receber outros incrementos na sua urbanidade, como a construção do Teatro Sete de Setembro (1832), da Santa Casa de Misericórdia (1835), do edifício da Praça do Comércio e dos Correios (1844), da Bibliotheca Rio-grandense (1846) e do Mercado Público (1848) (TORRES, 2010: 47)

As construções definidas acima demonstram, sobretudo, investimentos realizados à oeste do cais do porto, concretizados a partir da lógica de superação da Lagoa com a efetivação de aterros.

Durante toda a primeira metade do século XIX quem teve de investir o seu capital para o melhoramento do aparato portuário foi a elite mercantil local. A abertura dos portos não significou que existisse uma preocupação administrativa do império em melhorar as condições portuárias. As instalações portuárias brasileiras só receberam atenção oficial do império em 1869 (TORRES, 2010: 48)

Segundo Bittencourt (2007: 37) seria nos princípios dos 1850 que o comércio atacadista de importação e exportação teria sido formado em Rio Grande, delineando a pujança do município. O autor ressalta que foi nesse período que as relações entre Brasil e demais países europeus viu-se intensificar. Segundo ele, é neste momento que o Brasil se afasta do modelo de civilização luso-brasileiro, soberano no período colonial. As elites brasileiras passam a adotar referenciais das burguesias europeia, especialmente franco-inglesas. Bittencourt (2007: 38) atesta esta realidade ocorrendo em Rio Grande, através do que chamou de uma “burguesia cidadina”, envolvida no comércio ultramarino.

A valorização social começara a fazer-se em volta de outros elementos em torno da Europa burguesa, donde nos foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais: o chá, o governo de gabinete, a cerveja inglesa, a botina Clark, o biscoito de lata. Também roupa de homem menos colorida e mais cinzenta; o maior gosto pelo teatro, que foi substituindo a igreja; pela carruagem de quatro rodas, que foi substituindo o cavalo ou o palanquim; pela bengala e pelo chapéu-de-sol que foram substituindo a espada de capitão ou sargento-mor dos antigos senhores rurais (...) (FREYRE, 1977: 574 apud BITTENCOURT, 2007: 39)

⁷ Entre as décadas de 1820 e 1830, a relação entre dragagens e realizações de constantes aterros possibilitam o avanço de pelo menos 100 metros a partir da Rua da Praia em direção à lagoa (TORRES, 2010: 46).

A descrição de Freyre é consoante com o que Andrade Lima chama de modo de vida burguês, idéia desenvolvida por Pereira de Queirós (1978). Pela definição de Lima (1999:190), compreende

as formas de comportamento resultantes de la ideología de privatización que se consolidó en Europa a lo largo del siglo XIX, paralelamente a los avances de la industrialización, valorizando el individualismo, las fronteras entre lo público y lo privado, el universo familiar y la ritualización de la vida cotidiana, la acumulación de capital (tanto real cuanto simbólico), los criterios de “respeitabilidad”, la fetichización del consumo y la ascensión social

Segundo Lima (1999: 190), antecedendo a implantação de uma burguesia propriamente dita no país, introduziu-se, no século XIX, este modo de vida burguês, instalando-se gradualmente na sociedade escravista brasileira. A transferência da corte para o Brasil (1808), seguida da Abertura dos Portos, quebrou a lógica do Pacto Colonial. Em 1822, a emancipação política, ainda que não tenha gerado uma mudança econômica e social, estimulou a expansão do comércio interno, da rede de serviços urbanos e da burocratização do estado. Este quadro favoreceu o surgimento e a diferenciação de vários setores de uma “burguesia” em formação, cujo fortalecimento deu-se progressivamente ao longo do século XIX⁸.

No ano de 1871, a Câmara Municipal solicita um levantamento da cidade em função da pressão urbana provocada pelo crescimento industrial, o aumento da oferta de empregos e a necessidade de terrenos acessíveis financeiramente para a construção de habitações populares. Seria o primeiro projeto de expansão da cidade além trincheiras, com a demarcação de arruamentos e quadras para o que viria a ser a “Cidade Nova” (TORRES, 2010: 52).

Na década de 1870, conforme Bittencourt (2007: 42) em decorrência da expansão do café no Sudeste e do aumento de trabalhadores assalariados, ampliou-se o mercado interno do país. Colonos fugindo dos latifúndios e imigrantes procurando melhores condições de vida, foram atraídos para a cidade. Considerados como mão-de-obra de nível técnico superior, os imigrantes empregavam-se sobretudo nas fábricas, estando presentes também no comércio. Este contexto desencadeou a prosperidade urbano-industrial em várias cidades, que se tornam alvo de novos investimentos.

⁸ Andrade Lima (1999: 190) coloca que foi com as grandes mudanças ocorridas entre 1888 e 1891 – encarnadas nos eventos históricos da Abolição da Escravidão (1888), Proclamação da República (1889) e Assembléia Constituinte (1891), instituíram-se afinal “las condiciones ideológicas necesarias a la reproducción de las relaciones de producción capitalistas” (Saes, 1985:47 apud Andrade Lima, 1999:190). A partir daí inicia-se a inserção de relações de caráter capitalista, de fato, dadas na transição do Estado escravista para o moderno Estado burguês.

Nesse processo, Rio Grande, ao longo das décadas de 1870 e 1880, passou a atrair a instalação de várias indústrias não-artesanais, especialmente alimentares e têxteis. Destaca-se a Companhia União Fabril (1873), de Carlos Rheingantz, marco da industrialização da cidade (BITTENCOURT, 2007, 42). Tal fábrica foi instalada primeiramente na quadra entre as atuais ruas Conde de Porto Alegre, Barroso, General Câmara e Coronel Sampaio. Em 1883, foi adquirido terreno de tamanho considerável na atual Av. Rheingantz (LUDWIG, 2012: 29).

Ludwig (2012) ainda apresenta outras fábricas do período: fábrica de conservas Leal, Santos & Cia. (1890); charutos Poock & Cia. (1891); Moinho Rio-Grandense (1894); Fábrica de Fiação e Tecelagem Rio Grande (1896), posteriormente denominada Companhia de Tecelagem Ítalo-Brasileira.

Por volta da década de 1870, segundo Torres (2010: 52), começa-se um novo momento na narrativa do espaço urbano-portuário da cidade:

A modernização do cais (1869/78), a industrialização precoce (1874), a estruturação do sistema de transportes urbano e ferroviário (1884), a iluminação a gaz (1874), o telégrafo submarino (1874), a captação e distribuição de água com a construção da Hidráulica (1878), o calçamento das ruas principais (1870/80), o novo matadouro (1873), o paisagismo das praças (1870/80), entre outros incrementos, redimensionaram o espaço na península, confirmando a pujança econômica iniciada no período do comércio de exportação e importação.

Com as demarcações mais relevantes do período, Torres (2010) apresenta um mapa da península com o centro urbano após a década de 1870, que pode ser identificado na figura 3. Observa-se ali a Cidade Nova já constituída, por fim realizando o desejo de expandir a cidade além trincheiras, a fábrica Rheingantz (2) em seu novo endereço, às margens do Saco da Mangueira, assim como a fábrica Ítalo Brasileira (4). Há novamente a indicação de locais remanescentes de uma espacialidade do século XVIII e primeira metade do século XIX: Praça 7 de Setembro (10), Praça General Telles (Atual Xavier Ferreira) (6), Igreja Matriz (7), Mercado Público (8).

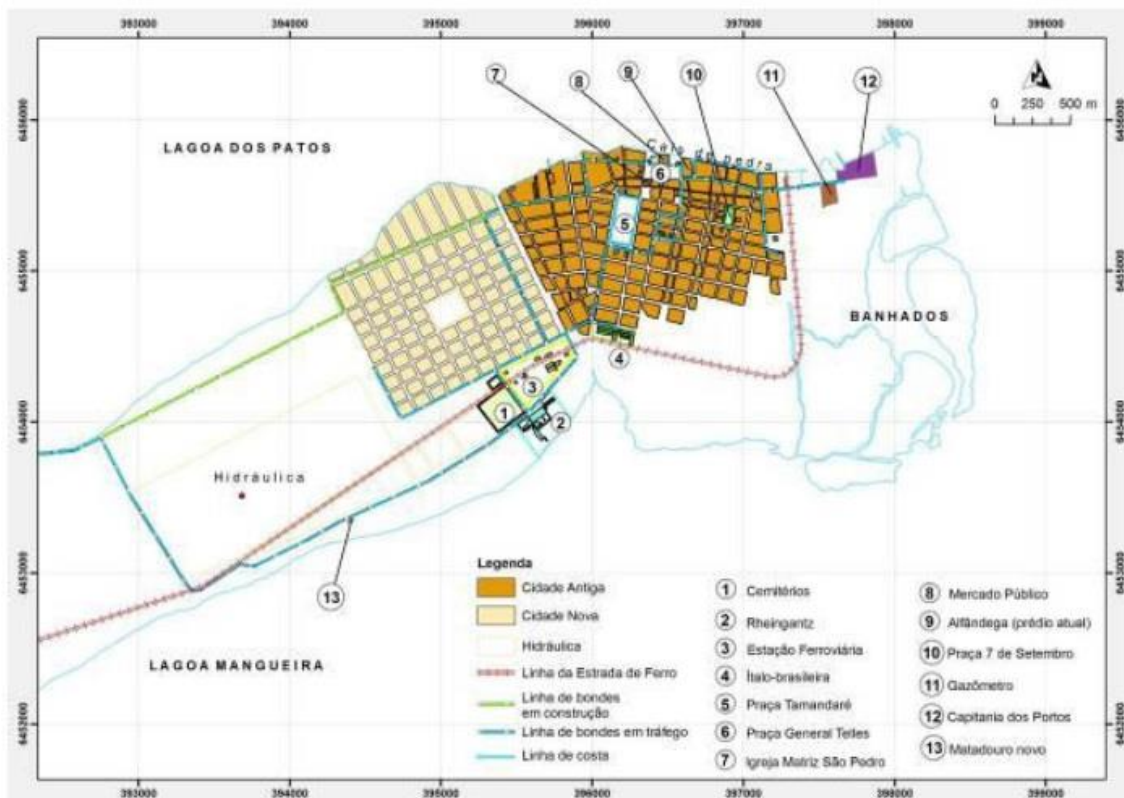


Figura 3: Mapa da península com situação do centro após década de 1870

Fonte: Torres (2010, 53)

A cidade passa, desta forma, por este “redimensionamento”, com a expansão para oeste devidamente estabelecida com a formação de um novo bairro, e para sul, com a instalação de duas importantes fábricas da cidade. É nesta cidade, pautada por uma nova projeção da malha urbana que os cortiços foram identificados. A primeira data relacionada a eles diz respeito ao ano de 1878, com sua menção no *Relatório Municipal da Câmara*.

Nas discussões de Torres (2010), a conformação urbana que sofreu transformações a partir de 1870, período marcado pela industrialização, passou novamente por profundas alterações com a construção dos molhes e do Porto Novo, iniciadas em 1906.

A interpretação de Torres vai ao encontro das palavras de Solismar Martins (2004), que considera a existência de três etapas da cidade do Rio Grande: militar, comercial e industrial. A terceira etapa seria marcada por duas fases (1873 – 1910 e 1910 -1960). A primeira fase começaria com o estabelecimento da Rheingantz e terminaria com a construção do Porto Novo e obras de melhoramento da barra.

Os autores utilizados aqui, que se referem, sobretudo, à Torres (2010) e Bittencourt (2007), tomam mão por diversas vezes de relatos de viajantes para descrever as condições da cidade em dado momento.

O primeiro viajante, John Luccock, esteve em Rio Grande no ano de 1809, e assim a descreveu:

A fileira principal de casas corre em direção leste-oeste [...]. Por trás dessa fileira de casas, que é realmente bonita e graciosa, fica uma rua de cabanas pequeninas e baixas, feitas de barro e cobertas de palha, habitações de classes mais baixas. Nesse lugar, aquelas acumulações de areia de que já falamos, frequentemente se dão, e, [...] muitas dessas casas foram quase totalmente soterradas e muito danificadas. Se não fosse essa barreira, as casas melhores estariam expostas ao mesmo destino (LUCCOCK, 1975: 117 apud Torres, 2010: 75).

Neste momento, a atual Rua Riachuelo não existia, Luccock se referia à Rua da Praia (atual Marechal Floriano) enquanto local principal e embelezado. Depois estaria o restante da cidade, cabanas construídas com materiais do meio, relacionadas às classes mais baixas, suscetíveis às pressões que o meio exercia. O viajante lhes dá o mérito de “escudo” das casas melhores.

Posteriormente, August de Saint-Hilaire, que passou por Rio Grande no ano de 1820, faz uma descrição um pouco mais generosa da vila que encontrou:

A cidade estende-se paralelamente ao canal, conseqüentemente de leste a oeste, e compõe-se de seis ruas muito desiguais, atravessadas por outras, excessivamente estreitas, chamadas becos. A mais comprida, denominada Rua da Praia, fica à margem do canal. A que vem em seguida é um pouco menor e as outras vão decrescendo em tamanho à proporção que se distanciam da primeira, a mais comprida dentre elas medindo apenas a metade da extensão da Rua da Praia. Como todas essas ruas começam no mesmo sítio resulta pelos seus comprimentos e respectivas posições, que a cidade tem em se conjunto a forma aproximada de um triângulo alongado, com a base a leste.

A Rua da Praia é larga, porém, não perfeitamente reta. Dotada de belas casas cobertas de telhas, construídas com tijolos, todas possuindo sacadas, várias de um andar e com balcões de ferro. É nessa rua que se vêem quase todas as lojas e a maioria das vendas, umas e outras bem sortidas. No resto da cidade não se contam mais de seis ou oito casas assobradadas e as quatro últimas ruas compõem quase unicamente de miseráveis choupanas de telhado muito alto, porém mal conservadas, pequenas, de paredes de enchimento, servindo de moradia à população pobre, operários e pescadores.

Nas duas ruas principais há lajedos em frente às casas, não sendo nenhuma delas calçada. Os pés da gente afundam-se na areia dificultando o caminhar (SAINT-HILAIRE, 1974: 64)

Nota-se que a primeira rua ainda é a Rua da Praia, a maior de todas. É nesta rua que ficam as melhores casas, bem descritas por ele em seu requinte, e os principais estabelecimentos comerciais. Poucas são as demais casas merecedoras de destaque no restante

da cidade, que, se subtede, localizam-se na segunda rua principal, já que nas quatro últimas há lugar apenas para choupanas, que são descritas pelo autor em sua miserabilidade.

A partir das palavras de Saint-Hilaire, fica claro que as duas principais ruas definidas por ele são a Rua da Praia e a Rua Direita (atual Gen. Bacelar). As demais quatro ruas estão vinculadas à população pobre. O autor baseia-se nas vias paralelas ao porto para chegar a esta contagem. Mas fica a questão, porque não há a indicação dos becos e ruelas perpendiculares que sabidamente existiam?

Outros viajantes que descreveram Rio Grande foram Nicolau Dreys (1825) e Arsène Isabelle (1834) os dois detiveram-se em exaltar os ricos armazéns, as belas fachadas, as casas de três andares, o porto retificado (BITTENCOURT, 2007: 36). Ou seja, sabe-se exatamente por onde andaram e para onde olharam: o porto (desde 1823 com o cais da Rua Nova das Flores), podendo terem estendido-se para a Rua da Praia.

Já em 1865, um ilustre visitante chega a Rio Grande, levando dali um relato da cidade em seu diário: Conde d'Eu. Espantando-se com o número de casas de comércio européias, na sua maior parte alemãs, o nobre continua seu relato, dizendo:

As ruas principais, em que se vêem lojas elegantes, são três, todas paralelas à praia. A muitas casas de azulejos, o que dá impressão de asseio e elegância. A rua mais importante apresenta hoje muitas bandeiras de consulados; (...) As ruas são calçadas; mas antes de se passarem as últimas casas da cidade, já se está num mar de areia, em que se torna muito custoso andar (EU, 1981: 24)

Percebe-se a presença das três atuais ruas: Riachuelo, Marechal Floriano e General Bacelar como as três ruas principais. Sobre a mais importante, imagino que o Sr. Conde se refere à Marechal Floriano, pois acredito que se estivesse falando da Riachuelo, onde encontra-se o porto, isto seria referenciado. Sobre as demais ruas, o autor não faz referência, apenas dizendo que, até se passarem as últimas casas, já se está em um “mar de areia”. Este relato aponta, como o de Luccock (1809), o problema das areias do fim da cidade. Mesmo que Eu não fale a respeito de quais populações e de como seriam estas casas, não fica difícil de presumir. Trata-se dos pobres da cidade.

Torres (2010: 74) vê nos relatos de Luccock (1809) e Saint-Hilaire (1820) a materialização de assimetrias sociais no uso e ocupação do solo: há a fileira principal de casas e por trás delas ficam as camadas populares. Esta divisão, segundo Torres, configura o que Molet (2007) chama de uma “cidade rica” e uma “cidade pobre”.

Procurando identificar espaços relacionados à confluência de grupos populares, Torres (2010) aponta: o Mercado Público, a Geribanda e a Praça Pedro de Alcântara.

A partir de indicações da década de 1860, o Mercado Público estaria relacionado a uma “presença negra e popular na orla da cidade” (idem, p. 79). Já a Geribanda, que corresponderia a atual parte norte da Praça Tamandaré (1865), constituía-se de uma fonte de água, junto às dunas, utilizada por negros, lavadeiras e marinheiros. Esta fonte estava indicada no mapa de 1835. A Praça Pedro de Alcântara, também conhecida com o Largo das Quitandeiras, apresenta a presença de negras quitandeiras que vendiam e preparavam comida, conforme expresso no Código de Posturas de 1829.

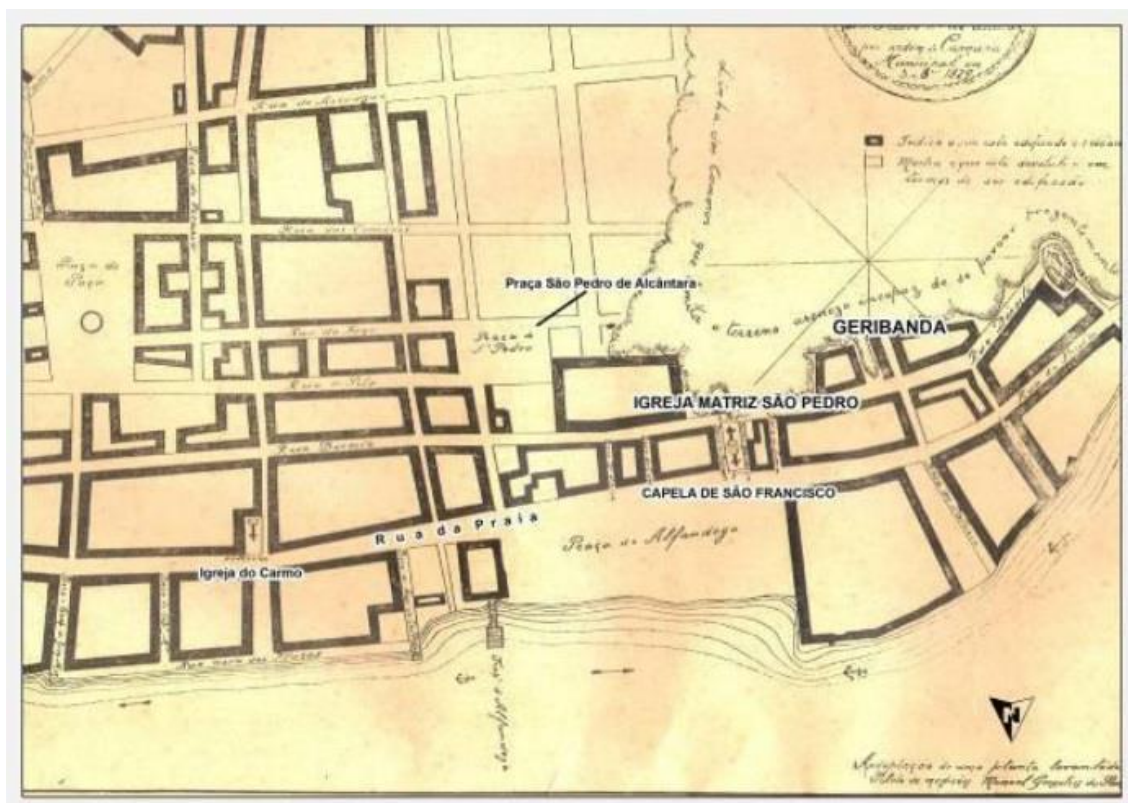


Figura 4: Detalhe da Planta de 1829, com identificação da Praça São Pedro de Alcântara e Geribanda.

Fonte: Torres (2010: 81)

No mapa de 1829, entretanto não fica evidente o Mercado Público em função deste só ser construído em 1848. Ali se demonstra apenas a Praça da Alfândega sem alinhamento, com a linha de costa a limitá-la em sua face norte.

Fecho aqui este primeiro capítulo, onde apresentei os principais aspectos relacionados ao desenvolvimento urbano riograndino. Desde fins do século XVIII, o porto passou por

inúmeras transformações, remodelando, da mesma forma, outros locais da cidade. O porto pautou a gramática urbana de Rio Grande até fins do século XIX. E penso, assim como Torres assinala, em uma cidade-porto ou um porto-cidade. No final dos oitocentos, a implantação precoce da indústria aparece como um elemento dinamizador o espaço urbano da cidade. A importância do Porto da Riachuelo como escoadouro da produção e porta de entrada de produtos só transformar-se-á no início do século XX, com a construção do Porto Novo.

Capítulo II – Breves Discussões

Como visto no capítulo I, os viajantes, principalmente John Luccock (1809) e Saint-Hilaire (1820) retrataram uma cidade dividida entre ricos e pobres. Molet (2007), trazida por Torres (2010), fala de uma “cidade rica” e uma “cidade pobre”. Esta interpretação é consoante com os viajantes que apresentam as duas vias (e posteriormente três, com a criação de uma nova rua-cais) paralelas ao porto como as principais. Ali ficavam as melhores casas, os empreendimentos comerciais, os fatores de maior beleza. Atrás, eram os pobres, morando em choupanas, casas mal construídas.

O olhar de um estrangeiro sobre uma cidade, e estrangeiro me refiro aqui a qualquer pessoa não residente, por mais perspicaz que seja, é sempre um olhar superficial. Nem Luccock, nem Saint-Hilaire conseguiriam enxergar sutilezas como divisões, negociações, relações, hierarquizações entre grupos sociais e espaços na “cidade rica”. Menos ainda na “cidade pobre”.

As formas como estes elementos se articulam para criar o espaço onde estes grupos viveram, origina um registro na paisagem onde é passível de se entender como estes elementos foram abarcados, re-significados e utilizados a partir da cultura material⁹, “*uma vez que este é o espaço onde se desenrolam as rotinas, o habitual da cidade, onde se expressam diferentes grupos e diferentes valores*” (Thiesen 1999: 11). Concordo com Thomas (2001) que apesar de não podermos entrar na cabeça das pessoas do passado e compreendermos sua forma muito particular de constituir e entender esta paisagem por um processo de empatia e reconstituição de seus valores. Mas podemos nos colocar dentro de uma série de circunstâncias materiais que não apenas visam reanimar uma realidade passada, mas também entendê-la como diferente da nossa.

Em seu estudo Thiesen (1999: 27) divide paisagem em dois elementos: lugares e espaços. Os lugares seriam onde as coisas estão inseridas, podendo ser medido metricamente. Relaciona-se às questões físicas. Já os espaços possuem características imateriais, o que torna sua identificação um exercício mais complexo. Espaços são “*esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa*

⁹ Esta entendida como “*a totalidade de material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico*” (FUNARI 2003: 11). Nesta linha entendo a paisagem como cultura material, a partir de seu caráter primordial como constituída e abarcada pelo homem em uma infinidade de formas e objetivos.

disto, [é capaz] de despertar emoções, reações, leis, orações, música e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas” (DA MATTA, 1987: 15 apud THIESEN, 1999: 27).

Entendo paisagem e toda a expressão de espaços culturais, sejam eles uma cidade ou zonas/regiões dentro dela, como *“um território que faz parte de uma série de relacionamentos entre pessoas e o ambiente, que subsidia um contexto para vida cotidiana”* (THOMAS, 2001: 175). Este conceito, portanto, extrapola a definição cartesiana do termo e denota que *“aqui a paisagem é, acima de tudo, uma paisagem social”* (THIESEN, 1999: 24).

Assim, *“considerar a paisagem nos termos da Arqueologia, aplicando-lhe os métodos da cultura material, implica em pensar a relação entre sujeito que faz e objeto que é feito”* (idem). A paisagem é então tomada como artefato e, portanto, é um produto intencional da ação cultural, que *“reflete comportamentos culturalmente determinados”* (idem). Podemos dizer que *“ela promove objetivos políticos, econômicos, sociais e os expressa”* (idem).

A reconstrução de paisagens só faz sentido quando serve de base para refletirmos sobre os seus significados. Assim, precisamos pensar a configuração da paisagem urbana riograndina neste final do século XIX.

Pelo que fica latente na bibliografia, a cidade tornara-se complexa, porém, a elucidação de espaços de significação social, definidos a partir da malha urbana como referencial, são raros, contemplando, sobretudo o porto e a área industrial, na parte sul da Península, encarnada na Rheingantz e na Ítalo Brasileira¹⁰. Em outras palavras, a identificação de espaços relacionados a determinados grupos e práticas definitivamente existe na bibliografia, mas apenas pontualmente. É neste sentido que o presente trabalho pretende ir, observando na totalidade do traçado urbano, a materialização de habitações vinculadas às camadas populares de 1888. Assim também se pode pensar, onde estaria residindo a nova elite, emergente a partir de empreendimentos industriais? Onde estariam localizadas as tavernas, os hotéis, os bordéis? Onde ficariam as associações e clubes, vinculadas a seus grupos fundadores? É claro, a paisagem citadina é composta pelos vários grupos sociais que a compõe. Pode-se pensar em uma série de paisagens justapostas, conforme proposto por Thiesen (2009, 154). No entanto, no âmbito deste trabalho, buscaremos a paisagem que se refere aos excluídos sociais.

¹⁰ Ver Thiesen (2009).

Como ferramenta de análise desta paisagem, utilizei-me de um *Sistema de Informações Geográficas* (SIG). Trata-se de uma base de dados qualitativos e quantitativos geoespacializada. Em outras palavras, é um ambiente virtual baseado em cima de uma referência espacial, como uma foto aérea ou um mapa, chamada de planta base, onde informações que podem variar de distâncias a número de moradores de uma determinada casa são alocados. Ao integrar as diferentes informações com o documento cartográfico, o SIG permite não só organizar e ter uma melhor visualização da disposição dos objetos de estudo, como também comparar e cruzar informações (COLLONY e LAKE: 2006, 13)

O processo se inicia com o georeferenciamento dos documentos escolhidos. A técnica nada mais é do que reposicionar e refazer a escala da planta base, a partir do uso de pontos de controle, locais visíveis e claros na planta, cujas coordenadas sejam conhecidas. Após essa etapa, são inseridas outras camadas, outros mapas e imagens, que sofrem o mesmo procedimento utilizando a planta base como referência. Tudo pronto, as informações são inseridas em forma de pontos, polígonos ou grade, qual seja mais adequada.

Neste trabalho, a técnica permitiu não só demonstrar a localização dos elementos retirados do Censo, um feito por si só, como auxiliou na comparação das informações ao permitir o cruzamento dos dados.

O pressuposto inicial desta pesquisa baseia-se na idéia de que cortiços são a referência primeira dos excluídos sociais. Entendo excluídos sociais como indivíduos e/ou grupos que não são contemplados com a participação e com o poder de decisão frente a questões pessoais e/ou coletivas. Que não apresentam voz, emparelhando com as observações de Zarankin e Senatore (2007).

Pesavento trata em seu livro *Uma outra cidade* da questão da relação entre cidadania e exclusão social, na Porto Alegre do século XIX. Para tanto, refere-se a dualidades, que segundo ela, remetem a uma comunidade de sentidos, possuindo significados relacionais, como é o caso de cidadania e exclusão social. Há uma referência para a constituição do mundo dos excluídos, que se caracteriza em função dos que estão inclusos numa ordem dada (PESAVENTO, 2001: 7).

Exclusão e cidadania são consideradas por Pesavento como representações da ordem social, que são, de certa forma, legitimadas e estabilizadas, dando sentido e coerência ao mundo, “*orientando o olhar e a prática dos homens*” (PESAVENTO, 2001: 8). O mundo parece ser tão verdadeiro e mais convincente do que o mundo cotidiano. As pessoas seriam

capazes de viver no mundo da representação, pois está no plano do simbólico, no reino dos significados (Pesavento, 2001: 9)¹¹.

Nas palavras de Thiesen (1999: 18):

As representações coletivas são sistemas de referência que incorporam a cosmologia e o sistema classificatório de uma sociedade e que orientam as práticas, as ações concretas, onde elas estão imbricadas e onde elas se nutrem. Elas são, segundo Chartier, “*as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social*” (ibidem). Se isto é correto, e eu penso que é, então as representações coletivas estão na base da construção dos espaços cuja gramática encontra sua expressão nas práticas sociais. Colocado desta forma, representações e práticas sociais são inseparáveis: não são nem contraditórias e nem uma é mais verdadeira que a outra. São como as duas faces de uma mesma moeda, pistas diferentes, mas complementares para se chegar a compreender os espaços sociais.

Valida-se, assim, pelo sentido de representações e práticas trazido por Thiesen (1999) e Pesavento (2001), ações do poder público sobre determinados grupos, como no caso dos cortiços. Esta expressão será possível no presente trabalho através da utilização de documentos da época como Código de Postura, Relatórios Municipais, representações cartográficas e pelo próprio *Livro de Estatística da População*. A consulta a jornais do período possui o caráter de acessar o discurso veiculado, tentando compreender, sobretudo, a abordagem dada aos cortiços e demais habitações em estudo, e a construção do recenseamento de 1888. Entende-se que as ações tomadas pelos órgãos públicos e de veiculação da informação estão pautadas e são validadas pelos sistemas de representações vigentes.

Conforme Pesavento, “*como construções imaginárias de ordenamento e partilha do mundo, cidadania e exclusão são conceitos que têm uma longa história e que se explicam na construção da diferença*” (PESAVENTO, 2001: 7). Esta autora complementa:

Tais formas de classificação, que instauram a percepção da diferença e a legitimam, são fruto de múltiplos fatores, que vão desde à biologia à estratificação social, mas que se efetivam no domínio do simbólico, que sacramenta os significados, funções, papéis e valores. (PESAVENTO: 2001, 8)

Imagina-se que portões e *diversos*, como categorias habitacionais agregadas à pesquisa, também podem ser entendidos como local de moradia de excluídos, no sentido definido por Zarankin e Senatore (2007) e explicitado em discussões através de Pesavento.

¹¹ Para a discussão de representações, Pesavento (2001), assim como Thiesen (1999), utiliza Chartier (1991).

Tomo Pesavento (2008) como referência, para quem o imaginário social caracteriza-se pelo “sistema de ideias e imagens de representação coletiva que uma comunidade constrói para si ao longo do tempo” (PESAVENTO, 2008: 11).

Na virada do século, o país passava por novas maneiras de pensar sua sociedade, culminando nas transformações sócio-políticas de fins dos oitocentos. Assim, Lima assinala, citando Bosi (1992:280): a “manipulación del imaginario social es particularmente importantes em momentos de cambio político y social, en momentos de redefinición de identidades colectivas” (LIMA, p. 193).

Uma discussão sobre as abordagens de cortiços na bibliografia faz-se necessária neste trabalho, na medida em que se faz necessário compreender e aportar olhares para elucidar a denominação destas habitações no *Livro de Estatística da População de Rio Grande*.

A definição de Piccini (2004) para cortiços foi útil enquanto uma primeira base para interpretar as habitações, quando da apresentação dos primeiros resultados deste trabalho (DODE & ROSA, 2010). Apesar de vislumbrá-los como o local onde habitavam os excluídos sociais, percebi a necessidade de um momento de discussão no sentido de incrementar a reflexão acerca da definição de cortiços para a Rio Grande do final do século XIX.

Algumas questões ficaram a mim latentes: Quais são os elementos necessários para que determinadas habitações sejam enquadradas no tipo intitulado “cortiço”? Presume-se que eles não eram os únicos locais destinados ao alojamento de trabalhadores subalternos e indivíduos economicamente desfavorecidos. Prova disto foi a incorporação das categorias portão e *diversos* no presente trabalho.

Para este momento foram selecionados três autores na bibliografia: a obra de Piccini (2004), *Os cortiços na cidade: conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo*, de 2004, que aqui será analisada de maneira mais aprofundada; o site “Mapas Temáticos Santana e Bexiga: Cotidiano e cultura de trabalhadores urbanos em São Paulo e Rio de Janeiro entre 1870 e 1930” – *Visita aos cortiços do Rio imperial: Cortiços – Rio de Janeiro, 1878*, projeto temático coordenado por Sidney Chalhoub e o artigo *Cortiços, casebres, porões: onde moram os excluídos*, de Sandra Pesavento, contido no livro *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*, onde analisa o contexto de insalubridade de habitações de Porto Alegre.

O trabalho de Piccini, que se trata de sua tese de doutoramento, defendido em março de 1997, teve sua primeira edição publicada em 1999. O foco de seu estudo está nos cortiços,

definidos como habitações coletivas de aluguel, destinados a grande parte da população de baixa renda desde o final do século XIX (PICCINI, 2004: 11). Sua análise concentra-se na contemporaneidade, na cidade de São Paulo. A melhoria das condições de vida destes locais, para o autor, passa necessariamente por ações da municipalidade. Sendo assim, analisa três períodos de administrações municipais, dos anos 1986 a 1995, no que diz respeito a suas proposições de ordenamento urbanístico com relação aos cortiços.

O autor, realizando um retrospecto histórico da habitação, expõe que os cortiços, tais como as vilas operárias, são a modalidade mais antiga de moradias populares em São Paulo. Assim, apresenta uma tipologia comum de cortiços, datada de 1893:

•”*Cortiço de quintal: ocupava o centro do quarteirão com acesso através de um pequeno corredor. De face para a rua ao lado do portão de entrada, havia quase sempre um prédio de uso comercial;*

•*Cortiço casinha: construção independente com frente para a rua também chamada de pensão;*

•*Caso de cômodo: sobrado com várias subdivisões internas;*

•*Cortiços improvisados: ocupação precária de fundo de depósitos, fundo de bares, armazéns, cocheiras e estábulos, sempre no centro do quarteirão;*

•*Hotel-cortiço: tinha uso de restaurante de dia, e no mesmo local, à noite, as pessoas se reuniam para dormir.*”(PICCINI, 2004: 21-22)

O autor ainda nos dá outros nomes pelos quais os cortiços foram identificados dependendo do período histórico-político, denotando sua precariedade. Dos mais usuais destaca: “‘*casa de cômodo*’, ‘*cabeça de porco*¹²’, ‘*estância*’, ‘*zungu*’, ‘*pensão*’, ‘*hotel*’, ‘*hospedaria*’, ‘*vila*’, ‘*quintal*’, ‘*estalagem*’ e ‘*fileira de quartos ao longo de um corredor*’.” (idem: 22).

Quando da apresentação das denominações, o autor diz que permeiam todas elas

unidades concebidas como quartos, em alguns casos com instalações sanitárias de uso privado, pia por exemplo, mas pela sua infra-estrutura externa coletiva, como tanque, ducha e W.C., não perdiam as características de precariedade tanto do ponto de vista físico quanto pela rotatividade dos moradores (PICCINI, 2004:22)

¹² Piccini detêm-se nesta designação, uma vez que este nome relaciona-se ao primeiro cortiço do Rio de Janeiro a originar a denominação. Conforme Pesavento (2001: 97), o Cabeça de Porto possuía de 2 a 4 mil habitantes, sendo o maior cortiço carioca na década de 1880. Constituíam-se de sobrados, térreos e quartos, era um verdadeiro bairro.

Há dois aspectos que ressaltam no trecho extraído de Piccini. O primeiro é que a relação de elementos da infra-estrutura externa coletiva se resumem, praticamente, aos mesmos pontos apontados no *Novo Código de Posturas de Rio Grande, de 1903*, que será abordado adiante. O outro é o destaque à existência de uma “rotatividade” nos seus moradores, questão que não é apontada de forma tão clara em outros autores.

Já Sidney Chalhoub em seu projeto de construção de um mapa temático sobre questões relacionadas ao cotidiano no Rio de Janeiro e em São Paulo, conforme consta no *site Visita aos cortiços do Rio imperial: Cortiços – Rio de Janeiro, 1878*, apresenta uma outra postura.

O autor utilizou-se para a realização do mapa do levantamento das habitações coletivas existentes (casinhas, cortiços, estalagens), realizado em 1878, sob os auspícios do *Ministério do Império* e da *Junta Central de Higiene Pública*. Sua descrição nos mostra os cortiços como um

cenário onde pulsava a vida de centenas de homens e mulheres pobres, livres e escravos, imigrantes portugueses e italianos, que trabalhavam, ajudavam-se, dançavam, cantavam, brigavam e morriam de epidemias diversas nos espaços dessas habitações coletivas

Chalhoub descreve que os cortiços eram um tema permanente das juntas de higienização pública e das autoridades policiais, sendo um foco de preocupação social. As imagens expostas no site colaboram com essa visão, de cantos escuros e claustrofóbicos, desordenados e caóticos (Figuras 5, 6, 7 e 8). Estas fotografias foram colocadas aqui no mero intuito de trazer uma representação visual de habitações entendidas como cortiços.



Figura 5: Foto Prédio à rua Frei Caneca.
Fonte: <http://www.unicamp.br/cecult/mapastematicos/corticoc/cortimagens1.html>



Figura 6: Foto Entrada de habitação coletiva, 1906.
Fonte: <http://www.unicamp.br/cecult/mapastematicos/corticoc/cortimagens1.html>



Figura 7: Foto Estalagem existente nos fundos dos prédios 12 a 44 da Rua do Senado
Fonte: <http://www.unicamp.br/cecult/mapastematicos/corticicos/cortimagens1.html>



Figura 8: Foto Casinhas novas da estalagem nos fundos dos prédios n. 12 a 44 da Rua do Senado. Fonte: <http://www.unicamp.br/cecult/mapastematicos/corticicos/cortimagens1.html>

As figuras acima apresentadas, retiradas do *site* de Chalhoub, nos atestam a concepção de cortiço como antro, local imundo e mal conservado. As fotografias demonstram a pluralidade e a pobreza dos locais. Nota-se o grande número de crianças a posarem para as fotos. Segundo o coordenador do projeto, as fotografias mostram fachadas e panoramas de casas populares e estalagens da época. Para ele, pode-se ver claramente

um padrão de expansão desse tipo de moradia: a partir de uma entrada mais ou menos acanhada, estreita, os cortiços serpenteavam pelos fundos de inúmeros prédios, formando emaranhados de quatinhos e casinhas que surpreendiam (e horrorizavam) as autoridades sanitárias.

Apesar de Chalhoub produzir seu mapa e suas considerações sobre a relação dos cortiços com as autoridades sanitárias e policiais do Rio de Janeiro, há a indicação de ocorrerem outras duas habitações: casinhas e estalagens. Aparentemente, em função do tratamento dispensado pela *Junta Central de Higiene Pública* e pelo *Ministério do Império*, o autor tratou-os em suas interpretações no mesmo nível.

Numa preocupação semelhante à Piccini de definir os cortiços a partir de uma visão histórica e à Chalhoub de apontar as significações tomadas por estas habitações no seu contexto de estudo, Pesavento (2001), começa seu artigo invocando a produção de Aluísio de Azevedo, *O Cortiço*, obra publicada em 1890, que foi evocada para abrir o presente trabalho.

Pesavento (2001: 95) destaca que a abordagem literária de Aluísio de Azevedo acaba por ressaltar a função do cortiço (abrigar a população desvalida) em detrimento de qualquer descrição de sua materialidade física. O leitor é quem remonta, aos poucos, as feições deste local.

Procurando acepções antigas da palavra e indicações históricas da habitação, a autora percebe a existência de duas definições referentes à configuração das estruturas dos cortiços. Partindo de um significado inicial para o termo, de recinto delimitado e superlotado, cortiço desdobrou-se como um tipo de habitação específica, surgida no Brasil. Descrevendo-o:

em um terreno na cidade, o proprietário dispunha-se a construir ou a permitir a construção de casas, subdividindo o espaço para depois alugá-lo, preservando um pátio central, onde geralmente se colocavam tanques, uma bica, enfim, um dispositivo para obtenção de água. Ao redor deste dispunham-se, parede contra parede, habitações modestas e pequenas, com a abertura para o pátio interno (PESAVENTO, 2001: 97).

Pode-se perceber que esta descrição assemelha-se com a materialidade observada na Foto 3 e 4, definida como uma estalagem por Chalhoub.

Já o segundo sentido tomado pelo cortiço, onde há a manutenção da idéia de local diminuto com muitas pessoas, a configuração física aparece transformada em um único edifício:

Portanto de espaço confinado com muitas casas, passa-se a designar por cortiço uma habitação subdividida, sem indicar se foi construída especialmente para ser sublocada ou se tal uso do edifício representa a degradação de um prédio mais antigo, um *pardieiro* que, com a mudança dos antigos moradores, se torna uma moradia coletiva.

Já esta segunda definição pode ser associada às fotografias de Chalhoub (Fotos 1 e 2), onde se vê representado apenas um prédio.

Pesavento (2001: 110), citando vários dos sinônimos de cortiço trazidos por Piccini (2004), demonstra a conotação pejorativa que há ao redor do nome cortiço. Nas denominações insinua-se não apenas a precariedade ou degradação das moradias. Ali subjaz um julgamento moral dos seus ocupantes, indo além da sua pobreza em si. Esta representação negativa de seus habitantes é apresentada pela autora através do discurso de jornais de Porto Alegre do final do século XIX, sobretudo década de 1890. Fica evidente a “cruzada” dos gestores públicos e segmentos dominantes contra cortiços, vendo-os como atentado à moral, perigo social, antro de vagabundos e centro de pestilências.

Como se pode notar, as posturas de Chalhoub, Piccini (2004) e Pesavento (2001) quanto aos cortiços não são excludentes, ao contrário, são complementares. A variedade de formas que as habitações podem tomar fica registrado por Piccini na sua tipologia de cortiços para São Paulo, que além de aspectos morfológicos, leva em conta o uso de seus residentes. Pesavento, trazendo uma classificação quanto à conformação espacial dos cortiços, demonstra a existência de duas estruturas definidas. Já Chalhoub vê um claro padrão de desenvolvimento das habitações, por pequenas entradas, os cortiços serpenteavam por dentro das quadras. Além disso, aponta a questão da insalubridade e propensão em abrigar indivíduos potencialmente suspeitos.

Sobre Rio Grande, não encontrei trabalho bibliográfico discutindo esta questão de definição. Ocorreram apenas referências da existência de cortiços no âmbito da cidade em fins do século XIX e início do século XX (BITTENCOURT, 2007; PEDROSO, 2008). Entretanto, estas habitações foram encontradas em outras fontes documentais, além do *Livro de Estatística da População de Rio Grande de 1888*. Estas fontes constituem-se dos já citados *Relatórios Municipais da Câmara e Código de Posturas do ano de 1903*.

Foi nos Relatórios Municipais que encontrei referência mais antiga de cortiço: 1878. Este relatório, que tem por intenção aumentar o imposto sobre cortiços, assim define: “*Ser considerado cortiço toda a edificação que não tiver frente para a rua, devido alinhamento, e cuja entrada seja portões*”¹³. Demonstra-se aí duas questões. Primeiro, esta definição com entrada única e ausência de frente para a rua enquadra-se no que Pesavento (2001) definiu como primeira incidência de cortiço: pátio que abriga pequenas habitações. Chalhoub segue no mesmo caminho com a indicação de seu “padrão”. Este seria o que Piccini (2004) traz como cortiço-quintal. Segundo: Portões? Cortiços seriam definidos pelo nome de outras habitações citadas no recenseamento? Seriam as mesmas, na verdade?

No ano de 1879 os cortiços são mencionados novamente com a mesma preocupação do ano anterior: impostos. O texto é bastante similar.

Já no primeiro relatório do ano de 1883, os impostos sobre cortiços são novamente citados:

A Camara vos pede que esse imposto seja elevado a trez mil e quinhentos réis (3\$500) devendo ser cobrado esta importancia por cada uma habitação dessa denominação, sejam ellas edificadas ou não na frente ou no centro do terreno. Sendo estas construcções as que menos custam e mais lucros dão aos proprietarios; e sendo além disso pouco hygienico, parece á Camara que não tereis duvida alguma em fazer, na lei do orçamento, a alteração que vos pede. [...] ¹⁴

Nota-se aí uma mudança na definição dos cortiços, eles podem agora ter frente para a rua. Não existe mais a definição de como deve ser sua entrada. O referencial dado diz respeito à localização no terreno, mas não há com isto intenção de defini-las. Destaca-se também o lucro aos proprietários e as condições entendidas como pouco higiênicas. No segundo relatório de 1883, reitera-se a solicitação de aumento do imposto. No relatório de 1885, há menção à solicitação dos proprietários dos cortiços para que seja revisado o valor cobrado sobre as habitações. A resolução: *Acha a Camara preferivel o que já havia pedido á Assembléa em seu citado relatório, isto é: o importo de 3\$500, a cobrar de cada quarto das habitações denominadas cortiços, sejam estas na frente, fundo dos terrenos ou mesmo no centro*¹⁵.

Tanto faz que sejam na frente, no meio, no fundo! Há a indicação de quartos, mas como estariam organizados os quartos? Ao redor de um pátio, dentro de um mesmo prédio?

¹³ Relatório Municipal da Câmara - 1878

¹⁴ Relatório Municipal da Câmara – 1883a

¹⁵ Relatório Municipal da Câmara - 1885

Quem sabe?! Aqui se encerra as indicações de como, ou onde, estariam os cortiços relacionados a seus aspectos físicos. O *Relatório Municipal de 1903* indica ao subdelegado a necessidade de atenção à opinião do médico municipal em relação aos cortiços. O agente policial deveria tomar as atitudes cabíveis se as prescrições aconselhadas a estes locais não fossem observadas. A preocupação aqui é eminentemente higiênica.

Outro documento citando os cortiços de Rio Grande é o Código de Posturas de 1903, já mencionado:

Parágrafo 16 - os prédios que forem repartidos para mais de uma habitação não terão em comum quintal, esgoto, latrinas e tanques.

Parágrafo 18 - os prédios destinados a habitações coletivas como: colégios, hospitais, asilos, hotéis, casa de pensão, albergues e *cortiços*, com as diversas denominações de **avenidas** e **estalagens**, e os de reunião, como teatros, salas de baile e semelhantes, deverão satisfazer as condições de higiene, segurança e estética.[grifos meus]

O 16º parágrafo do Código foi colocado aqui, mesmo que não seja relativo aos cortiços, pois indica uma intenção em legislar sobre habitações com instalações comuns, tal como deveria ocorrer com os cortiços. São os mesmos aspectos levantados por Piccini (2004). Com relação ao parágrafo 18, pode-se notar que a preocupação em uma regularização se define em termos higiênicos, estéticos e de segurança. Além disto, parece que aos cortiços se faz uma ressalva: “com as diversas denominações de **avenidas** e **estalagens**”. Como notado, estalagem é uma das designações dadas por Piccini.

Para fins deste trabalho, os cortiços contidos no censo de 1888, foram entendidos como aquelas habitações que estavam devidamente cadastradas enquanto tal, na medida em que pagavam impostos desta maneira. Entretanto, esta é uma visão oficial, burocrática. Como expresso nos textos traduzidos até aqui, o cortiço possui um componente de negatividade e preconceitos que deve ser levado em consideração para compreender sua definição.

Me volto agora para outra das habitações aqui analisadas. Chalhoub e Pesavento (2001) indicam em suas produções a existência de outras habitações interpretadas por ela como cortiços ou tipos similares. Pesavento vale-se, como no caso carioca, de documento produzido a partir de visitas para análise das condições higiênicas em residências populares.

O registro diz respeito a inspeções em habitações coletivas em Porto Alegre, no ano de 1899. Apresentando o tipo de construção, a localização, o proprietário e a medida ordenada e

prazo dado para providências, a autora analisa as medidas e sua relação com cada tipo de prédio. Cita-se no tipo a existência de cortiço, prédio, porão e... *portão*.

No que se refere a cortiço, este foi identificado na listagem das visitas como correspondente à estrutura definida pela primeira significação: casinhas situadas em terreno limitado. No entender de Pesavento (2001:110), o portão aponta o mesmo sentido. Não se restringindo a um elemento construtivo, é um tipo de habitação coletiva similar ao cortiço, que possui casinhas e casebres em um terreno, aberto para a rua por um portão.

Para a autora, é possível perceber uma clara relação entre o portão e o célebre cortiço carioca Cabeça de Porco, pois mesmo com suas construções diversas ainda estava restrito a uma espaço delimitado. Cortiço e portão apesar de equivalerem na disposição espacial, estariam notadamente distanciados na degradação higiênica, pois portões estariam em condições mais precárias.

Para Rio Grande foi encontrada uma referência à habitação definida pelo censo como portão. Copstein (1982: 66) descrevendo a cidade em fins do século XIX, indica a moradia dos abastados, das classes médias e dos pobres:

A população mais pobre habitava os “portões”, que se situavam preferentemente nas ruas do sul. Eram pequenas casas de beiral de telha, erguidas excentricamente no terreno de modo a formar dois pátios. O menor, na frente, separava-se da rua por um muro dotado da abertura que denominava a construção.

Dando indicativos espaciais em termos da malha urbana e conformações construtivas, Copstein (1982), contrastado com as considerações realizadas por Pesavento (2001), apresenta, a meu ver, um tipo de habitação bem específico relacionado aos segmentos sociais desfavorecidos. Esta ideia é endossada se colocar-se aqui o grande contingente de indicações destas habitações no *Livro de Estatística da População de Rio Grande de 1888*. Soma-se a isto este aparecimento na listagem porto alegreense de 1899. Habitações de mesma denominação em locais diferentes e épocas diferentes só me levam a crer que se trata de um local definido.

De qualquer forma, para fins riograndinos, a condição de cortiço parece estar bem definida, sobretudo em função do recolhimento dos impostos. Ou seja, estas moradias, mesmo que contendo conformações semelhantes e abrigando, igualmente, segmentos excluídos, não parecem designar o mesmo tipo de habitação. Entendo, assim, que portões é uma categoria específica.

Ao contrário do que ocorreu para portões, os *diversos* não foram encontrados em nenhuma bibliografia consultada. As considerações a respeito destas moradas nomeadas no censo ocorrerão adiante, quando do manejo de dados sobre estas habitações.

Capítulo III - Manual de boas maneiras: como tratar um censo

O *Livro de Estatística da População de Rio Grande de 1888* está salvaguardado pelo Arquivo Histórico da Prefeitura do Rio Grande. Constitui-se de uma encadernação com dimensões de 60 cm x 46 cm. Quando aberto, suas páginas formam uma grande tabela, onde são dispostas, em termos quantitativos, as principais informações acerca da população riograndina (Anexo 1¹⁶). Cada coluna diz respeito a uma categoria examinada pelo recenseamento enquanto as linhas trazem as informações de cada registro.

A primeira informação disponibilizada pelo Censo intitula-se “Classe do Prédio” podendo ser “térreo”, “sobrado” ou “assobradado”. Segue-se a discriminação “Occupado”, que é dividida em “alugado” ou “vasio”. (Primeira questão intrigante: como um prédio pode encontrar-se apenas em situação de alugado ou vazio? Casa própria, nem pensar?!) A coluna seguinte informa a “Rua”. Posteriormente, o “Nº do prédio”, o “Districto”, o “Quarteirão”, a “Secção” e o “Nº de ordem”.

A coluna “Nome dos Habitantes”, ao contrário do prometido, disponibiliza apenas um nome relativo à unidade cadastrada. Possivelmente trata-se do “chefe de família”. Entra-se no prédio. A grande titulação “Pessoas habitando o mesmo prédio” dá conta dos “Filhos”, “Filhas”, “Creados”, “Creadas”; comportando também “Parentes, hóspedes, empregados, etc”, cuja divisão dá-se em “da localidade” e “de fora da localidade”, que por sua vez são respectivamente divididos em “homens” e “mulheres”. Ao fim, um “Totaes” demonstra quantas pessoas moravam naquela linha. Desculpem! Naquele prédio. Explico depois.

A coluna correspondente às “Nacionalidades” traz os “Brasileiros” dispostos em “da cidade”, “da província” e “de fora”, seguidos de “portugueses”, “franceses e ingleses”, “alemães”, “italianos” e “outras nacionalidades”.

No “Estado” demonstram-se os estados civis. Separam-se homens e mulheres, respectivamente: “solteiros”, “casados” e “viúvos”; “solteiras”, “casadas” e “viúvas”.

“Profissão” apresenta um rol de atividades expressas em: “Médicos”, “Magistrados e Advogados”, “Engenheiros e Architectos”, “Professores”, “Commerciantes”, “Agricultores”, “Criadores”, “Empregados Publicos”, “Empregados de Commercio”, “Operarios”, “Diversas Profissões”. Possui ainda uma coluna para “Sem Profissão”.

¹⁶ Alguns anexos deste trabalho tiveram de ser colocados em ambiente digital em virtude da incapacidade de reprodução para o papel, tanto por questões funcionais de tamanho, quanto para facilitar a visualização.

Quanto à “Instrução”, possuem aqueles que “Sabem lêr e escrever” e os que “Não sabem lêr”. A coluna seguinte, “Residencia no Rio Grande”, poderia ser preenchida como “Sempre”, “menos de 1 anno”, de “1 a 5 annos”, “mais de 5 annos” e “De passagem”.

Nos quesitos finais (“Nascidos em”, “Annos de Idade”, “Côr” e “Religião”), as linhas são subdivididas em “M” (masculino) e “F” (feminino). Em “Nascidos em” há uma ramificação nos meses do ano¹⁷. Segue-se a coluna de “Annos de Idade”, onde são estabelecidas faixas etárias: “Nascidos em 1888”, “Nascidos em 1887”, “De 2 a 5 annos”. As divisões seguintes adotam a contagem de 5 em 5 annos. A partir dos 40 annos, opera-se de 10 em 10 annos, até os 90. As duas últimas divisões etárias são “Mais de 90 annos” e “Desconhecida”.

Quanto à “Côr”, a população poderia enquadrar-se em “Branços”, “Pardos” e “Pretos”. Para finalizar, a “Religião” abria espaço para “Cathólicos”, “Protestantes”, “Israelitas” e “Outras religiões”.

Fica evidente, pela abrangência de lugares discriminados e pela expressão da totalidade dos dados, que o recenseamento de 1888 tinha por objetivo realizar uma contabilidade da população geral do município.

Não recebendo uma titulação, em princípio, a primeira parte do *Livro* detalha a “Cidade”, ocupando a maior parte de suas páginas¹⁸. O que pode ser percebido através do nome familiar das ruas. Em seguida, vem a “Cidade Nova”. Assim nomeada, possui uma ligação direta com a primeira parte do município. A ligação é visível pela continuidade na contagem dos quarteirões e na existência da denominação das ruas, além da forma de apresentação da somatória dos dados, ao fim do volume.

Nas demais localidades do município, isto não é observado. A contabilidade de quarteirões é específica. Nestas zonas afastadas, no cabeçalho, o título “Rua” é riscado e substituído pelo nome do distrito. Segue-se assim: Ilha dos Marinheiros, Tahim, Povo Novo, Mangueira, Carreiros. A antiga coluna “Rua” é, pois, aproveitada para conter as subdivisões locais, que substituem a nomenclatura das vias. Para exemplificar, no Povo Novo aparecem Quinta, Ilha da Torutama, Barra Falsa, Arraial, entre outros.

¹⁷ Por não se tratar de dado relevante para o Projeto *Paisagens e Identidades*, esta informação não foi levantada nas pesquisas e, por isto, não aparece na tabela em anexo.

¹⁸ Das 92 páginas do Livro, 68 são destinadas à “Cidade”.

Uma soma finalizava cada zona recenseada. Ao fim do censo há um espaço com o título de “Resumo”, onde são apresentados os totais das sete localidades do município.

Resumo:
Rio Grande (Cidade)
Rio Grande (Cidade Nova)
Total
Ilha dos Marinheiros
Districto do Tahim
Districto do Povo Novo
Districto da Mangueira
Carreiros
População do Município

Tabela 1: Localidades citadas no resumo da estatística populacional de 1888.
Fonte: Adaptado do Livro de Estatística da População do Rio Grande de 1888, p. 92. Arquivo Histórico da Prefeitura do Rio Grande.

Como se pode ver a “Cidade” e a “Cidade Nova” formam o que se convencionou chamar de “Rio Grande”. Seria, então, o componente urbano do município. Este mereceu uma contagem à parte, em um “Total”, que deveria mais bem chamar-se subtotal. Com a incorporação dos demais locais na contagem, chegou-se enfim à integralidade da “População do Município”.

A preocupação em realizar um demonstrativo que colocasse a área urbana em separado, pode ser interpretada como uma necessidade de observar a realidade particular do centro urbano em um momento de ebulição em termos de construções, embelezamento, modernização (BITTENCOURT, 2007; TORRES, 2010).

Voltando para a grande tabela. Pretendendo ser um esquema claro e objetivo, uma tentativa de colocar em quadradinhos padronizados uma realidade multifacetada e por demais subjetiva, o *Livro de Estatística* é um pequeno universo misterioso a ser desvendado. As denominações utilizadas, a lógica de produção, seu preenchimento são aspectos que deveriam ser minimamente entendidos para que um estudo fosse viabilizado.

O problema da linha. Ocorreram situações em que se demonstrava claramente a linha como um prédio, com número específico, onde se deslindava as quantidades do grupo de pessoas que ali habitavam, podendo ser entendidos como uma família. Observando-se,

entretanto, linhas que continham informações sobre locais conhecidos, a situação pode ser questionada. O Banco London-Brazilian (atual Sobrado dos Azulejos) é cadastrado na rua Pedro II, 71, sobrado. Na linha seguinte, no prédio nº 73, foi cadastrado seu possível gerente, Frank Christopher Stoneham Ford. Aqui, na “classe do prédio”, na coluna “sobrado” há, ao invés do típico 1, um risco. Esta representação foi interpretada, conforme os padrões de habitação da época, da seguinte forma: o banco funcionava embaixo e em cima morava seu gerente. A entrada de sua residência dava-se por uma porta que possuía numeração própria. Em outras palavras, um mesmo prédio poderia possuir mais de uma numeração. Então um núcleo familiar ou estabelecimento estaria relacionado à numeração e não ao prédio? Não necessariamente.

A maior prova disto são os cortiços, que sabidamente serviam de habitação para mais de uma família e, ainda assim, possuíam número de prédio específico. Ocorreram vezes também em que um mesmo número de prédio estava repetido em duas ou mais linhas, relacionados a diferentes nomes. Uma vez que parece difícil generalizar o critério de preenchimento da linha, seja por família, prédio, habitação, numeração ou outro critério insondável, optei por referir-me à linha como uma **unidade de análise** ou **cadastro**.

Outra questão latente. O que é, afinal, esse alugado? Procurando em dicionários da época, encontrei a palavra alugado como: *p. p. de Alugar, e adj. Dado ou tomado de aluguel.* (p. 101). Já aluguel seria *ação de alugar, preço por que se aluga alguma coisa* (p. 101)¹⁹. Ou seja, não há diferenciação do significado atual. Pode-se apelar para uma explicação possível: com um pequeno grupo detentor do capital, as casas da cidade eram de propriedade de poucos, que alugavam para aqueles que não possuíam recursos para construir seu lar. Mera suposição. Nenhum esclarecimento. Um ponto a ser aprofundado no futuro.

O Projeto *Paisagens e Identidades* tem como zona de interesse a área relacionada ao antigo porto da cidade de Rio Grande. O núcleo principal associado ao período marítimo-comercial da cidade. O **Anexo 2** contém uma tábua com a relação dos nomes de ruas e praças relativos à “Cidade” que compõem o censo. Ali estão destacados os logradouros que foram levantados para fins do projeto

Nestas ruas, no censo, a coluna “Districto” estava preenchida com o número 1 e/ou 2. Dois distritos. O que é primeiro e o que é segundo? As ruas paralelas ao porto, com exceção da General Osório, possuíam os dois. Das transversais, umas eram do primeiro e outras do

¹⁹ Dicionario da Lingua Portuguesa. s/d.

segundo. Ficou evidente que a divisão ocorria de norte para sul. Ordenando as ruas transversais ao porto em sua sequência, apenas uma encerrava dois distritos: Zalony. À leste 1º distrito, à oeste 2º distrito. E foi assim que ficaram definidos os dois distritos da cidade. Pode-se visualizar no Anexo 3 um mapa produzido através da planta de 1892 e os nomes das ruas presentes no censo.

Deste primeiro estabelecimento encaminhou-se um segundo. Na Zalony, os números ímpares estavam ligados ao 1º distrito, enquanto os números pares ao 2º. Pensando que a lógica de numeração deveria ser uniforme (pelo menos isto!), descobriu-se o lado da rua de que se tratava as sequências ímpares e pares. Neste caso, ímpares na face oeste, pares face leste. Nas ruas paralelas ao porto, a numeração foi desvendada a partir da relação de prédios atuais com os cadastros no censo: ímpares na face sul, pares na norte. Foi com o exame mais detalhado do censo, associado às unidades atuais, que se chegou ao sentido em que a numeração corria nas ruas. De norte para sul e de leste para oeste. Como um resumo disto, produziu-se o esquema a seguir:



Figura 9: Esquema representando o limite dos distritos, as faces da numeração e o sentido da sequência.

Este esquema parece funcionar muito bem²⁰ e em apenas uma oportunidade, ocorrida quando da elaboração deste trabalho, o sentido da sequência pode ser questionado.

Outra questão relevante é o preenchimento do censo, que segue a ordem dos quarteirões e não a ordem de uma rua. Os quarteirões são numerados. O primeiro quarteirão, por exemplo, contempla parte da rua Pedro II, a Ilha do Ladino, a Rua Dr. Pio e a Barroso. Já o quarteirão 2 abrange toda a rua Riachuelo. O 3 engloba parte da Pedro II e o Becco do Affonso. Estes são alguns exemplos para demonstrar que os quarteirões não podem ser interpretados como quadras, apesar de quarteirões de um mesmo número agrupar ruas próximas.

Se não são quadras, o que são esses quarteirões? Com as pesquisas no jornal, encontrei uma indicação. *A delegacia de policia convida os Srs. Inspectores de quarteirão para se apresentarem na secretaria da policia para objecto de serviço*²¹. Seriam, então, os quarteirões do censo os mesmos quarteirões que tinham sob responsabilidade os inspetores?

Wellington da Silva (2007: 29), em seu estudo sobre os inspetores de quarteirão no Recife, na primeira metade do século XIX, apresenta um histórico jurídico do policiamento brasileiro. O cargo de inspetor de quarteirão existia na legislação do Império desde 1827, sendo posteriormente abolido e reintroduzido a partir do Código de Processo Criminal, em 1832.

Os inspetores eram escolhidos pelos juízes de paz, dentro da população do distrito, cuja aprovação operava-se na Câmara Municipal. Eram selecionados entre os cidadãos maiores de 21 anos, alfabetizados, com boa reputação em seus quarteirões (Idem).

Recebiam uma parcela considerável de poder para coibir a prática de atos delituosos - zelando pelas propriedades e pelo sossego de todos aqueles que moravam em seu quarteirão. Para isso, como determinava o Código de Processo Criminal (art. 12º, § 2º), eles tinham autoridade para efetuar prisões em flagrante, para admoestar e, até mesmo, caso não conseguissem resultado prático com as admoestações, para obrigar a assinar “termos de bem viver” a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, viviam pelas ruas ofendendo os bons costumes e perturbando o sossego público, tais como: vadios, mendigos, bêbados, desordeiros e prostitutas. Diariamente, tinham a obrigação de enviar para os juízes de paz uma parte circunstanciada dos acontecimentos ocorridos em suas respectivas áreas de jurisdição. Em suma, os inspetores eram a primeira instância do policiamento em cada aglomerado urbano, fosse este uma vila ou uma cidade. (SILVA, 2007: 29)

²⁰ A rua Riachuelo é exceção quanto às faces. Por ser esta rua o próprio porto, apresenta apenas um lado com construções, cuja numeração é corrida. A ordem da sequência dá-se de leste para oeste, como nas demais ruas.

²¹ Echo do Sul – Sabbado, 21 de abril de 1888

O número de inspetores de quarteirões era compatível com o número de quarteirões, que segundo Silva (idem), era a menor unidade administrativa e policial do município. Um quarteirão constituía-se por, no mínimo, 25 fogos. Cada conjunto de 3 quarteirões formaria um distrito. O autor evidencia que fogo, para fins eleitorais, era considerada a casa, ou parte dela, em que habitava independentemente uma família ou pessoa²².

Conferindo os dados sobre número mínimo de fogos por quarteirão e número de quarteirões por distrito, disponibilizados por Silva (2007), pude perceber que o censo riograndino talvez não esteja emparelhado com estas definições. O número mínimo de 25 fogos por quarteirão corresponde, uma vez que existem muito mais unidades de análise por quarteirão e mesmo mais endereços²³. Os dois distritos da “Cidade” possuem um número bem mais elevado de quarteirões do que os três mencionados por Silva (2007). Estas diferenças podem ser explicadas em função da distinta realidade encontrada na Recife do início dos oitocentos e na Rio Grande da virada do século.

Sobre os inspetores de quarteirão e suas atribuições, devo salientar que o Código de Processo Criminal, de 1832, foi reformulado em 1841, sendo substituído apenas em 1941. Na reformulação sofrida, foram introduzidos novos postos, como o de delegado e o de subdelegado. Silva coloca: *Nos princípios de 1840, quando os juízes de paz perderam suas atribuições de polícia para os delegados, os inspetores de quarteirão continuaram auxiliando as novas autoridades policiais* (SILVA, 2007: 29). Ou seja, o quarteirão e seus inspetores continuaram sendo a unidade mínima de regulação da vida cotidiana.

De volta ao censo, o “Nº de Ordem” é também uma série corrida de números que individualiza os cadastros de cada zona do município²⁴. Os únicos locais que são encadeados são a “Cidade” e a “Cidade Nova”, compondo a “Rio Grande”. A “Secção” foi preenchida apenas uma vez em todo o censo, quando do 1º cadastro, como 1. Depois nunca mais foi

²² Decidi não utilizar a definição de fogo para as análises aqui desenvolvidas, em virtude da já explicitada confusão em relação ao recenseamento de 1888 e o critério de preenchimento de suas linhas. Mantenho, então, a definição de **cadastro** ou **unidade de análise**.

²³ Para este momento, contabilizei, dentro de um mesmo quarteirão, o número de unidades de análise que dispunham do número de prédio. Aqueles em que o número de prédio repetia-se foram contabilizados apenas uma vez. Os que não o possuíam, foram descartados.

²⁴ Posso dizer, com certa segurança, que a grande maioria dos cadastros ou unidades de análise possuem um número de ordem (raras vezes percebi cadastros sem). Este número é a maneira mais eficaz de busca por um cadastro no *Livro*, já que os individualiza e sequencia-os. Acredito que este número tenha sido proposto com este fim.

completada. Será possível que as secções fossem as localidades e distritos expressos anteriormente, que em princípio haviam sido planejados para serem tratados desta forma, mas, por fim, mostrou-se mais interessante deixar sua denominação tradicional?

Há uma grande preocupação em mostrar a relação daqueles naturais do município em contraste com os estrangeiros, no sentido amplo da palavra. Percebi isto na coluna “Pessoas Habitando o mesmo prédio”, que possui subdivisão particular para os “da localidade” e os “de fora”, nas parciais dos “Brasileiros”, e na coluna “Residência no Rio Grande”. Há, portanto, três oportunidades que manifestam, de forma ou outra, esta diferenciação.

Pode-se pensar nisto enquanto uma necessidade encontrada frente a esta cidade portuária, com tantas entradas e saídas, como uma busca por controle mais rigoroso da população. Entretanto, ainda sobre este assunto, ficam latentes algumas questões sobre as demais nacionalidades apresentadas como opção. Pode-se pensar que as opções arroladas poderiam ser aquelas que possuíam maior expressividade na cidade. Mas por que ingleses e franceses estariam aglutinados no mesmo item?

Falando ainda sobre a expressividade, nas profissões, há algumas que poucas vezes foram preenchidas. Outro aspecto aqui digno de nota são as religiões. Porque discriminar os israelitas se haviam tão poucos contabilizados?

Estas questões ficam mais evidentes se forem observados os valores das somatórias do censo (Ver Anexo 4).

O *Livro de Estatística da População de Rio Grande 1888* tem em sua última página, quando da somatória final, uma assinatura com data de 16 de julho de 1888. A assinatura é de Candido José de Godoy, importante personagem desta história.

O livro do recenseamento indica a data de término do processo de produção do registro da estatística, mas também possui indicativos a respeito das datas iniciais e da maneira com que os dados foram coletados com a população. Abrindo o livro, colada na contracapa, vê-se uma ficha intitulada “Camara Municipal do Rio Grande” – “Serviço de Estatística da População”. A ficha consta de espaço para “Secção”, “Nº d’ordem”, “Districto”, “Quarteirão”. Há um local para “O Engenheiro”, além de endereço e “Nome do morador”.

Abaixo destes campos está disposta uma tabela. Esta tabela teve seu cabeçalho aqui adaptado:

Nomes das pessoas residindo na mesma casa (1)	Em que qualidade ahi residem (2)	Indicar a província onde nasceu ou se brasileiro (3)	Estado (4)	Profissão (5)	Instrucção (6)	Residencia no Rio Grande (7)	Mes e anno do nascimento (8)	Côr (9)	Religião (10)
---	----------------------------------	--	------------	---------------	----------------	------------------------------	------------------------------	---------	---------------

Tabela 2: Cabeçalho da ficha presente na contracapa do Livro.
Fonte: Adaptado do Livro de Estatística da População do Rio Grande de 1888. Arquivo Histórico da Prefeitura do Rio Grande.

Finalizando a ficha há lugar determinado para data e para uma “Assignatura”.

Seguida da ficha, há uma segunda folha afixada, com os dizeres *Esclarecimentos para encher a lista no dia 15 d’Abril de 1888*:

Na 1ª columna – *se escreverá os nomes de todas as pessoas, mesmo os recém-nascidos que habitarem a casa no dia 15 d’Abril, que foi designado para se proceder ao recenseamento.*

Na 2ª columna - *deve-se declarar si é filho, filha, hospede do lugar ou de passagem, empregado, criado ou escravo, seguindo a ordem indicados.*

Na 3ª columna – *indicar a nacionalidade si é estrangeiro, sendo brasileiro a provincia onde nasceu, e sendo da provincia do Rio Grande a cidade ou villa do nascimento.*

Na 4ª columna – *declarar si é solteiro, casado ou viúvo.*

Na 5ª columna – *deve-se dizer a profissão, emprego publico, particular, si não tem profissão, etc.*

Na 6ª columna – *declarar si sabe ler e escrever por uma das palavras **sim** ou **não**.*

Na 7ª columna – *declarar desde quanto tempo reside no Rio Grande. Nunca tendo habitado fora se dirá **sempre**.*

Na 8ª columna – *declarar o mes e anno do nascimento e na falta d’esta indicação a idade certa ou presumível.*

Na 9ª columna – *indicar a côr: branca, parda ou preta.*

Na 10ª columna – *declarar si é catholico, protestante, israelita, etc.*

Como se pode notar, o censo tinha data para o recolhimento das informações em 15 de abril. Cita-se, na explicação da 2ª coluna da ficha, que corresponde à coluna “Pessoas habitando o mesmo prédio” na tabela do Livro, a presença de escravos.

Olhemos as datas: 15 de abril, 13 de maio (Abolição da Escravidão) e 16 de julho. O recenseamento não traz, na coluna prevista ou em quaisquer delas, espaço para mão-de-obra

escrava. Entretanto, quando de seu planejamento, essa possibilidade estava presente. O projeto teve de ser alterado pela mudança da conjuntura vigente. Será que isto foi um problema? Mais um problema dentro dos muitos problemas que os executores deste recenseamento certamente devem ter encontrado?

Ainda nesta lógica. Pensando nos baixos percentuais de alfabetização, como eles fizeram para que a vultosa população iletrada preenchesse a ficha de sua morada? Quanto tempo antes foram entregues as fichas e em quanto tempo elas foram recolhidas e, ainda, compiladas no *Livro*, uma vez que transcorreram apenas 3 meses entre a tomada de informações e a assinatura do produto final?

Em algum momento houve algum contratempo? A população colaborou de forma positiva para que a empreitada fosse levada a cabo? Qual o critério utilizado para o preenchimento do *Livro*, quais as divisões adotadas por eles? Haveria algum critério especial para algo? Uma pergunta mais ambiciosa: Quais problemas terminológicos perpassaram a jornada de elaboração do recenseamento? Quantas e quais pessoas envolveram-se nisto? Por que realizar um censo naquele momento? Qual o valor e o significado de um censo para o final do século XIX?

Recorreu-se aos jornais da época para elucidar estas interrogações. A primeira notícia relacionada ao recenseamento correspondia ao mês de março. Pude encontrar ali as informações centrais referentes às lacunas sobre o seu processo de elaboração.

O Sr. Dr. Candido de Godoy, engenheiro da municipalidade, dirigio-nos uma attenciosa cartinha acompanhada de um exemplar das listas e esclarecimentos que vão ser distribuidos pelos domicílios, afim de se proceder ao recenseamento da população do municipio de Rio Grande.

S. S. diz-nos que foi encarregado d'esse serviço em virtude de resolução tomada pela Camara, em sessão de 5 de Março corrente, e pede-nos para que façamos comprehender á população a importancia e utilidade do emprehendimento.

São de tal modo intuitivas as vantagens de uma estatistica regularmente feita, que presumimos ociosas quaesquer explicações tendentes a demonstral-as.

Suggere-nos este importante assumpto uma observação cuja oportunidade e procedencia decorrem precisamente do pequeno espaço de tempo que o Dr. Godoy tem diante de si para levar a cabo a sua ardua tarefa.

Parece-nos que S. S. não dispõe do auxilio, aliás indispensável, de pessoas aptas para o serviço do recenseamento. Cremos que o systema de enviar listas para serem escripturadas pelos destinatarios e depois devolvidas por estes a S. S., não promette resultados seguros, attenta a indifferença de uns, o esquecimento de outros e a possibilidade de que muitas das listas levem descaminho.

Se com a collaboração das autoridades nos districtos ruraes é impossivel obter-se uma estatistica expurgada de deficiências, que dirá pelo systema que, nos parece, vai ser posto em pratica !

Desejamos que este importante serviço tivesse uma organização mais compatível com a sua natureza e multiples exigencias, afim de que o respectivo êxito não dependesse exclusivamente da boa vontade dos habitantes do municipio.

É possível que estejamos em erro, mas n'este caso somos a elle induzidos pela auzencia de explicações, cuja publicidade é exigida pelo interesse publico e pelas conveniencias da municipalidade²⁵.

Dr. Candido Godoy, engenheiro da Câmara, finalmente apresentado. Arca com a incumbência de realizar a estatística da população riograndina, em 5 de março. Recorre ao jornal. Pede colaboração da população. Tem seu mérito reconhecido, enquanto organizador de uma ação de necessidade. Mas como mais um exercícius aos nossos músculos mentais, o jornal convenceu-se de que eram por demais “intuitivas” as vantagens de uma estatística populacional, fazendo o favor de calar-se sobre este aspecto. Mas nada como o tempo para trazer o esclarecimento.

Apesar das exaltações, o jornal é cético quanto à capacidade do método de recolhimento dos dados e quanto à confiabilidade que será possível atribuir-se aos futuros resultados. Sem ajudantes qualificados. Sem um sistema que o beneficie. O jornal alerta, ao fechar a matéria, da falta de explicações mais contundentes sobre este recenseamento, culpa da Câmara Municipal.

Em 29 de março, é publicada a ata da 9ª Sessão Ordinária da Camara, de 5 de março de 1888, sob presidência do vereador Vianna:

O Sr. Presidente apresentou um memorial do Sr. engenheiro no qual este trata da necessidade de ser organizada a estatistica geral do Municipio, dos meios mais praticos que pódem concorrer para que ella seja a expressão da verdade, e como membro da commissão de estatistica declarou que lhe parece da maior importancia este assumpto, e que, apezar de se não achar presente o Sr. vereador Dr. Almeida Pires, membro da mesma commissão, lhe parecia dever a Camara desde já tomar uma resolução á respeito, para que a tempo possam ser impressas as listas que devem ser distribuídas por todos os fógos deste e dos districtos do Povo Novo e Tahym, iniciando-se o trabalho que, de qualquer outra maneira será sempre defeituoso. – A Camara resolveo autorisar o Sr. engenheiro a contractar e mandar fazer as listas de que trata o seu memorial, que foi lido, e a fazer aquisição dos livros necessarios á estatistica, despendendo com este serviço até a quantia de quinhentos mil réis²⁶.

Pelo que fica demonstrado aí, o ímpeto de promover uma estatística partiu do próprio engenheiro, que apresentou um projeto já pronto à Câmara. Tudo estava definido a partir de seu “memorial”, cujo conteúdo parece traduzir-se na ficha já nossa conhecida. Cita-se uma “comissão de estatística”, composta por Godoy, e por outro vereador Dr. Almeida Pires.

²⁵ Echo do Sul – Quarta-feira, 21 de março de 1888

²⁶ Echo do Sul – Quinta-feira, 29 de março de 1888

Parece que esta comissão já existia antes da proposição do recenseamento²⁷. Vimos, no entanto, através destas e de outras matérias, que o único membro ativo da comissão parece mesmo ser o engenheiro.

O censo seria, pois, a “expressão da verdade”. Nada mais natural do que um engenheiro, versado na arte da ciência, da exatidão, dos números, ser o responsável por uma estatística populacional.

Em 21 de abril, mais uma notícia:

Damos há tempo noticia de que o Sr. Dr. Candido José de Godoy, engenheiro da Camara Municipal, propuzera-se a effectuar o recenseamento da população do municipio , e que aquella corporação aceitara esse bom serviço, dando as providencias convenientes para facilitar a execução dos trabalhos a emprehender.

Numerosas circulares foram destruidas, por meio dos inspectores de quateirões, por todas as habitações da cidade e districtos ruraes, e, recolhidas as informações n’ellas pedidas, deu-se agora começo ao processo da apuração e organização da estatistica.

Segundo nos consta, faltam ainda circulares, quer d’esta cidade, quer de fóra, mas em tão pequeno numero, que não alteram o resultado a que se visa.

Já é conhecido o recenseamento do Tahym, cujo resultado é o seguinte, faltando apenas 3 casas: (...) ²⁸

Pelo que se pode notar, a coluna “Quarteirões” no *Livro* efetivamente correspondia ao espaço dos inspetores de quarteirão, já que foram eles os responsáveis pela intermediação com a população. Um recenseamento, que precisava ser organizado e ordenado, era um caso perfeito para serem acionados aqueles que regulavam a unidade mínima da vida administrativa do município, os inspetores de quarteirão. É um caso efetivo da ação destas autoridades, fechando com as palavras de Silva (2007).

A notícia segue com a publicação dos dados relativos ao Taim. Dividido por suas localidades, foram apresentadas as quantidades de habitantes e de moradas. Nada muito específico, um cômputo geral, com certeza. Mas já em 21 de abril?! Seis dias passados do preenchimento da ficha!

Em seis dias seria humanamente impossível repassar todos dos dados para o *Livro* para chegar a serem publicados os resultados do Taim, que se constitui, como se pode ver na **Tabela 1**, da quarta zona discriminada do município. Isto só pode representar uma situação: os dados do censo estavam sendo manipulados antes de serem sistematizados no *Livro*. O que

²⁷ Talvez esta comissão seja permanente. Em matéria de 26 de junho, na publicação de uma das atas da Câmara, encontrou-se a nomeação de comissões sendo “Para a de estatistica e redacção os Srs. vereadores Dias e Vianna”.

²⁸ Echo do Sul – Sabbado, 21 de abril de 1888

muda com isto? Tudo. E nada. Comprova-se definitivamente que houve tempo de sobra para uma análise prévia e consequente acomodação dos dados. Que talvez a encadernação que chegou até nós como o *Livro de Estatística da População* poderia nem existir neste primeiro momento. Quem sabe se não foi encomendado logo depois? E aí, pensa-se novamente na questão: seria por isto que os escravos não estariam arrolados no *Livro*? Sua encomenda seria posterior à Abolição?

A notícia de 21 de abril ainda consta de um parágrafo final. *Quando for publicado o recenseamento geral virão n'elle todos os minuciosos esclarecimentos próprios de trabalhos d'esta natureza, taes como os relativos a sexos, idade, estados, profissões, etc., etc*²⁹.

Não se vê mais informações sobre o assunto no jornal. Só em 18 de julho, dois dias depois da data de conclusão do *Livro*, sai a estatística esperada.

Pelo illustrado engenheiro da camara municipal, Sr. Dr. Candido de Godoy, foi-nos remettido o mappa em que S. S. condensou todos os dados estatisticos resultantes do recente recenseamento da população do municipio.

Do mappa em questão evidencia-se que as condições geraes do municipio não são tão precarias como se suppõe, por isso que n'uma área relativamente pequena encerra uma população constante de vinte mil, duzentas e setenta e sete almas.

Reproduzimos em totalidade os principaes dados do mappa que temos á vista³⁰.

Foram expressos no jornal, referente ao município, a relação quantitativa de fógos, estados civis quanto ao sexo, nacionalidades, alfabetizados e analfabetos, faixas etárias, cores e religiões. Seguiram-se, portanto, as já conhecidas divisões do *Livro*, com exceção das faixas etárias, que foram aglutinadas em segmentos mais largos de idade, e das religiões, que teve a expressão dos israelitas somada a de outras religiões. A partir da contabilidade dos estados, foi possível produzir a quantidade total de habitantes.

Seguindo o mapa, vieram os comentários, onde se pode perceber que a questão do analfabetismo é algo de extrema importância para o jornal, que gasta praticamente todo este espaço a tentar justificar o alto índice de analfabetos.

Dos dados acima resulta que entre a população estrangeira o elemento portuguez e italiano é o mais abundante.

Não nos deve causar grande surpresa o crescido numero de analphabetos existentes no municipio (11.340) se tivermos em mente a circumstancia de que n'esse numero entram 2426 crianças, que apenas contam de 1 a 5 annos.

²⁹ Echo do Sul – Sabbado, 21 de abril de 1888

³⁰ Echo do Sul – Quarta-feira, 18 de julho de 1888

Toda via a instrução podia e devia ser mais generalizada; oito mil analphabets n'uma população superior a vinte mil almas é já um indicio de atrazo intellectual e de carencia de escolas.

Os districtos do Tahym e Povo Novo são os que relativamente contribuem com maior numero de analphabets, por isso que dos 1293 habitantes do primeiro apenas 249 sabem ler e escrever; e dos 3.202 habitantes do segundo 2.331 são ignorantes!

A desproporção é chocante.

Sob o ponto de vista da instrução não é positivamente lisongeiro o estado da população cidadã.

A cidade, comprehendendo a cidade nova, conta 14.345 habitantes, dos quaes sómente 7.475 sabem lêr es escrever.

Temos que a ignorancia absorve quase 50% da população urbana, e isto n'um centro onde há regular numero se escolas publicas e estabelecimentos particulares de instrução.

Esta notícia é o ponto final do recenseamento nas páginas do *Echo*³¹. Candido Godoy passa a ser vangloriado como “ilustrado”, como um qualificativo para sua capacidade intellectual, levando a cabo seu intento. Por fim, as informações prometidas foram aclaradas.

O jornal traz um resumo da estatística que é demonstrada nos mesmos termos encontrados ao fim do *Livro*, como se pode conferir no Anexo 4. O recenseamento, entretanto, não produziu a contagem de alguns quesitos enunciados na tabela, como as “Pessoas Habitando o mesmo prédio” e as “Profissões”. A primeira foi utilizada, no que diz respeito ao *Livro*, na sua divisão de “Totaes”, para calcular o número de habitantes. As demais inscrições: “filhos”, “filhas”, “parentes”, “hóspedes”, “empregados”, “criados” e “criadas” nem foram mencionadas. As profissões para nada foram solicitadas, apesar de o jornal, em 21 de abril, citá-las como um dos dados que o censo deveria futuramente elucidar.

Nas nacionalidades, será que o destaque dado pelo jornal aos italianos como a segunda origem mais vultosa na cidade poderia corresponder a uma tentativa de evidenciar esta população. Como se quisessem dizer, “aqui temos também imigrantes italianos, não apenas nas colônias”? E por que não falar dos alemães?

Os dados arrolados para preenchimento no censo, as opções das colunas, são uma maneira de demonstrar aquilo que se queria ser. Por exemplo, homogeneizou-se aquelas “profissões indignas”, que são o substancial da população (Ver Anexo 4). Pode-se pensar a partir disto no motivo que levou os organizadores do recenseamento a eximirem-se da somatória das profissões. Possivelmente estes números seriam por demais insípidos, já que

³¹ Na verdade, em 22 de julho, na publicação da Ata da 6ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, de 25 de junho, reporta-se a leitura de um ofício, pelo Sr. Godoy, onde o recenseamento é citado. A oportunidade serviu para apresentar a lista daqueles que o ajudaram no “serviço de estatística” e para solicitar uma gratificação a destes. A solicitação foi aprovada.

um balaio de gatos, expresso como “diversas profissões”, não deixa muito espaço para apreciações ou para exibição do *status* da cidade.

Nas religiões se pode observar a maioria esmagadora de católicos. Seguidos de longe por protestantes e dos quase insignificantes israelitas, ocorrendo maior quantidade de “outras religiões” (Ver Anexo 4). Aliás, quais são essas religiões inominadas? Hinduístas? Budistas? Islâmicos? Taoístas? Sabe-se lá. Poder-se-ia pensar hoje na religião espírita, nas religiões afro-brasileiras: Candomblé, Umbanda, Quimbanda, etc. O que importa é que deveriam ser religiões de importância ou conveniência reduzida para ser expressa.

Ante-hontem, ás 9h da noute, a policia deu n’uma casa de feitiçaria, á rua dos Principes, entre as ruas Francisco Marques e Andrade Neves, e levou para a cadêa nada menos de 19 feiteceiros, 10 homens e 9 mulheres, todos pretos minas.

O activo Sr. subdelegado, que foi quem effectuou a diligencia, apprehendeu um grande sortimento de *manipansos* e utensilios da *industria* da brucharia.

D’esta vez o feitiço virou contra os feiteceiros³².

Nas últimas décadas do século XIX, batuques e candombes ocorriam em meio a desescravização que se operava. Os negros teriam uma presença diferenciada, em termos quantitativos, na cidade. Sem possuírem senhor presente, suas aparições serão constantes nos jornais da época, como ameaças, suspeitos primeiros de vagabundagem, badernas, contravenções e crimes. (PESAVENTO: 2008, 368)

Entretanto, estes rituais, como os descritos pela notícia do *Echo do Sul*, chamados de feitiçaria ou bruxaria, não eram entendidos como práticas religiosas, ou pelo menos não chocavam por questões desta natureza. Ato desviante puro e simples, era uma das expressões do reino do misterioso que dava o que falar no final dos oitocentos.

Pesavento (2008), analisando uma série de casos de batuques, bruxarias e relações com o sobrenatural em Porto Alegre, na virada do século XX, pondera:

Notemos, no caso da reclamação do jornal, a ausência de uma preocupação religiosa. Não é exatamente a igreja católica que faz campanha contra, tampouco se visualizavam tais práticas como integrantes de uma nova religião. (...) Assim, a condenação de tais manifestações se encontra mais no terreno moral e da cultura e, talvez, no desafio de fazer face ao incontrolável e ao desconhecido de tais situações por parte de uma sociedade que se queria moderna e progressista. (PESAVENTO, 2008: 368)

Uma vez que as religiões afro-brasileiras parecem não ser encaradas enquanto tal em fins do século XIX, fica a interrogação do que seriam essas “outras religiões” no censo. A

³² Echo do Sul – Sexta-feira, 27 de abril de 1888

esmagadora maioria católica, também pode ser questionada. Os negros (e quaisquer outras pessoas que cultuavam o que se poderia encarar como “bruxaria”, na época) deveriam responder ao recenseamento como praticantes da religião católica. Seja porque receberam o batismo, seja porque a figura do senhor ainda fazia sombra a sua auto-definição, seja por uma pressão social, ou seja porque, novamente, não era uma possibilidade viável para o período admitir, mesmo por parte dos negros, que as práticas ritualísticas adotadas compusessem uma religião.

A data de publicação do incidente com os feiticeiros, 27 de abril, está ainda muito próxima do preenchimento da ficha para o censo (15 de abril) e da primeira exposição dos dados do Taim (21 de abril). Fica sempre a inquietante pergunta: será que eram escravos? Como estariam representados no *Livro*? Neste momento de desagregação do sistema escravista, a supressão dos escravos e a demarcação dos criados na tabela pode trazer alguns indicativos.

No *Relatório de fim da Administração Provincial de 1888* podemos observar um *Resumo geral dos quadros demonstrativos das condições dos escravos inscritos na matrícula encerrada à 30 de março de 1887*. Ali são arroladas informações quantitativas sobre escravos dos municípios gaúchos. Rio Grande caracteriza-se como a cidade com maior número de escravos, contando com 844 indivíduos, dos quais 498 possuíam domicílio urbano.

Nos primeiros meses de 1888, o *Echo do Sul* noticia, quase que diariamente, a libertação de escravos. São mencionados os nomes dos proprietários, os nomes dos libertos, o tipo de acordo (normalmente a prestação de serviço, aí sendo estipulado o prazo - raras são as liberdades sem ônus) e as idades. Segundo Cardoso (1977), a libertação de escravos a partir de contratos de prestação de serviços foi uma das maneiras empregadas no sul do Brasil na tentativa de manutenção do sistema escravista: “(...) [os proprietários de escravos] encaravam o prolongamento da escravidão a qualquer preço (pelo “emancipacionismo”, com a cláusula de prestação de serviços, pelo apego à lei de 71 ou pelo que mais fosse) como tábua de salvação.” (CARDOSO, 1977, 194).

Apesar de não poder ainda expor a extinção da escravidão no município, em Rio Grande, o *Echo do Sul* esforça-se em demonstrar o número decrescente de escravos, como que a manifestar o empenho que se estava produzindo em adentrar este novo tipo de concepção sobre aqueles tidos como bens pessoais.

Do mês de janeiro ao mês de maio foi publicado no jornal pesquisado um levantamento das matrículas de escravos que ainda restavam no município. Até 31 de janeiro de 1888, Rio Grande contava com 215 escravos³³. Em 10 de fevereiro, somava-se 158³⁴. O mês de fevereiro fechou sua contagem de escravos em 113, dos quais 97 eram lotados na Cidade³⁵. No fim do mês de março publica-se a existência de 105 escravos, sendo destes 14 fugidos³⁶. O mês de abril não possui publicações destes resumos, mas, em 2 de maio, as *Notas do Dia* dão conta das expressões deste mês: *Na matricula dos escravos residentes n'este municipio, houve no mez p. findo, as seguintes alterações*³⁷:

<i>Existiam no dia 1º de abril</i>	104	
<i>Foram liberados sem ônus durante o referido mez</i>	3	
<i>Idem com ônus de serviços</i>	17	20
<i>Ficam existindo</i>		84
<i>Destes acham-se fugidos</i>		14
<i>Total</i>		70

A notícia em destaque é a última desta série. Dias depois, operava-se a Abolição e o conteúdo referente ao negro passava do levantamento para os festejos realizados Brasil a fora. Dias depois, o conteúdo mudava progressivamente.

De qualquer forma, existiam 70 escravos, estritamente falando, no mês de abril de 1888, em Rio Grande, quando as fichas do recenseamento deviam ser preenchidas. Nos *Esclarecimentos para encher a lista*, pode-se ver, na explicação da coluna 2, espaço para eles: *deve-se declarar si é filho, filha, hospede do lugar ou de passagem, empregado, criado ou escravo, seguindo a ordem indicados* (grifo meu). Esta questão de uma mudança entre a lista e o *Livro* já foi levantada... (Mas parece que criado e escravo são possibilidades alternativas, ou é só uma impressão?)

³³ Echo do Sul – Quarta-feira, 8 de Fevereiro de 1888

³⁴ Echo do Sul – Sabbado, 11 de Fevereiro de 1888

³⁵ Cidade aqui se refere à expressão do *Echo do Sul* de 4 de Março de 1888, onde a notícia foi publicada. Não podendo ser confundida com a divisão *Cidade/Cidade Nova* encontrada no recenseamento.

³⁶ Echo do Sul – Domingo, 25 de Março de 1888

³⁷ Echo do Sul – Quarta-Feira, 2 de Maio de 1888

A(s) pergunta(s) é (são): Uma vez em contrato de prestação de serviço, os “ex-escravos” eram vistos como “criados” ou “empregados”? Como foram traduzidos para o *Livro* os 70 escravos que talvez figurassem nas listas?

Rio Grande contava, desde 28 de junho de 1887, com um regulamento de criados, elaborado em forma de Postura Municipal. Dada a regulamentação, os criados e amas de leite deveriam dirigir-se a Câmara Municipal, inscrever-se em um Livro de Registro ou Inscrição e pegar sua caderneta de identificação, juntamente com uma cópia do Código de Posturas (que pode ser encontrado ao fim deste volume, no Anexo 5). Os contratos deveriam estabelecer-se através da caderneta. Com seu fim, o criado deveria comparecer à Câmara para que fosse transcrita sua conduta (Art. 6º).

Ana Paula do Amaral Costa (2009), estudando a regulamentação do serviço de criados em Rio Grande entre 1887 e 1894, tem como fonte o segundo livro, chamado por ela de *Livro de Registro de Contratos*. Não seria possível, através dele, determinar com exatidão o número de criados e criadas existentes no município. Observa-se, entretanto, a porcentagem superior de criadas em detrimento dos criados, fato que seria constatado também no Rio de Janeiro e São Paulo (COSTA, 2009: 115).

Em gráfico comparativo, Costa apresenta um total de 29 contratos de criadas, em 1887. Este número sobe para 251, em 1888, enquanto em 1889, atinge apenas 68 (COSTA, 2009: 115).

No **Gráfico 1**, pode-se observar as expressões encontradas no censo para a somatória das colunas “criado” e “criada”. Mesmo que aqui sejam demonstradas de forma parcial, demonstra-se a efetiva discrepância entre criadas e criados, com o elemento feminino chegando a mais de 70% do total de 913 indivíduos nesta condição. Deve-se ponderar também, que o censo apresenta o número de indivíduos assim nomeados, não caracterizando a efetivação de contrato.

O Artigo 27º, do código de *Regulamentação de Criados* demarca o prazo de 15 dias, a partir de sua publicação, para a matrícula ou inscrição dos criados e amas de leite. Mas parece que a disposição não foi seguida à risca e o *Echo do Sul* exalava descontentamento. Os culpados eram os chefes de família que negligenciavam a solicitação de cadernetas a seus criados ou não demarcavam sua entrada, sua saída e a conduta do contratado³⁸.

³⁸ *Echo do Sul* – Sabbado, 18 de Fevereiro de 1888

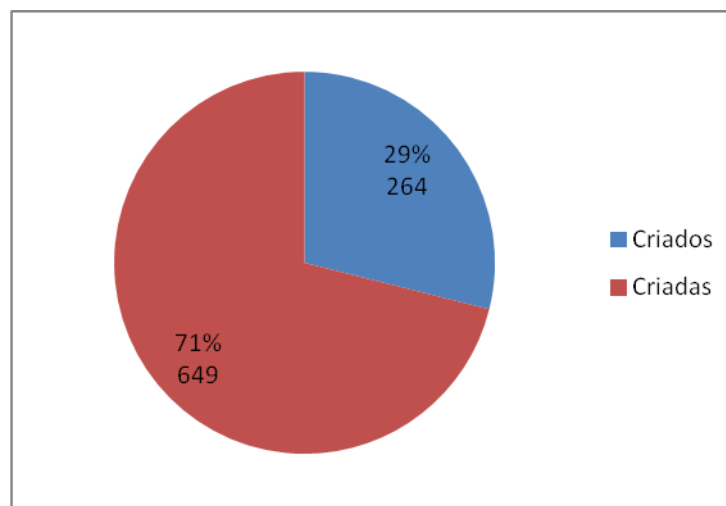


Gráfico 1: Parciais das porcentagens e quantidades de criados e criadas – Censo 1888³⁹

A própria delegacia teve de posicionar-se: *A delegacia de policia pede aos Srs. Chefes de família para mandarem os seus criados á secretaria de policia com as respectivas cadernetas afim de que estas sejam ali registradas*⁴⁰. A notícia teve de ser complementada, assinalando a necessidade de registro nas cadernetas do dia de entrada do criado e de seu salário⁴¹.

Uma nova corrida através dos números havia sido lançada, no sentido contrário àquela produzida com os escravos. Desta vez, o foco era a ascendência da matrícula de criados. O *Echo do Sul* publicava dados referentes à Pelotas e Porto Alegre, quem sabe numa tentativa de convencer seus conterrâneos a procederem da mesma forma.

Sobre Pelotas, em 19 de abril, fala-se que, dos 2.000 indivíduos que exercem a função de criados, só 10 pegaram suas cadernetas⁴². Em publicação de 20 de maio, o número de criados matriculados, *nos ultimos dias*, havia subido de 62 para 300⁴³. Em 21 de maio, eram 460⁴⁴. Chegou-se a quase 600, em 26 de maio⁴⁵. Em 31 de maio, conta-se a existência de 715 indivíduos matriculados. Até 9 de junho, estavam matriculados 820 criados de ambos os

³⁹ Gráfico produzido a partir dos logradouros pesquisados no projeto *Paisagens e Identidades*.

⁴⁰ *Echo do Sul* – Quinta-feira, 3 de maio de 1888

⁴¹ *Echo do Sul* – Sabbado, 5 de maio de 1888

⁴² *Echo do Sul* – Quinta-feira, 19 de abril de 1888

⁴³ *Echo do Sul* – Domingo, 20 de maio de 1888

⁴⁴ *Echo do Sul* – Quarta-feira, 23 de maio de 1888

⁴⁵ *Echo do Sul* – Terça-feira, 29 de maio de 1888

sexos⁴⁶. Em 13 de junho, achavam-se devidamente matriculados cerca de 1.000 criados⁴⁷ (Ufa!). Já sobre Porto Alegre, em 27 de abril, divulgou-se a existência de 900 e tantos matriculados⁴⁸, que subiu para mil e tantos, segundo o *Echo* de dois dias depois⁴⁹.

Em Rio Grande, a única menção a números mais ou menos concretos, diz respeito a uma reclamação:

O escrivão da policia

Sobre uma noticia dada hontem por uma folha, sob a epigraphe – *Questão a resolver*, escrevem-nos o seguinte:

Verdade é que o escrivão da policia cobra emolumentos pelos alvarás de soltura que passa, porque, como qualquer empregado, não está disposto a trabalhar de graça para quem quer que seja; (...)

Está o mesmo escrivão encarregado do árduo serviço de registrar as cadernetas dos criados e amas de leite, trabalho insano que lhe absorve todo o tempo, pois **sobem a mil e tantas** as cadernetas fornecidas pela Camara Municipal, e por esse trabalho nem um real lhe entra no bolso ! (...) [grifo meu]⁵⁰

O tom das reportagens envolvendo criados recria um ambiente de preocupação em transformar os vagabundos ou propensos à vagabundagem em trabalhadores de bem. Costa (2009) destaca o crescente número de libertos (e posso acrescentar aqui escravos em prestação de serviço), além do elemento imigrante a perambular pela cidade, em fins do século XIX, que trouxeram a necessidade de ordenação.

Os hábitos populares se tornaram alvo de especial atenção no momento em que o *trabalho compulsório* passava a ser *trabalho livre*. Nesse sentido, medidas foram tomadas para adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado de coisas, inculcando-lhes valores e formas de comportamento que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida. (SOIHET, 2001: 362 apud COSTA, 2009: 114)

É o que Pesavento (2001: 13) coloca como a imposição da visibilidade dos indesejados no final dos oitocentos. Estas pessoas a perambularem pela urbe, em um momento de desagregação do universo escravista, seriam uma ameaça ao padrão de civilidade desejado, e desta forma, pessoas perigosas. “*Passam a ser nomeados como alvo de uma*

⁴⁶ Echo do Sul – Terça, 12 de junho de 1888

⁴⁷ Echo do Sul – Sabbado, 16 de junho de 1888

⁴⁸ Echo do Sul – Sexta-feira, 27 de abril de 1888

⁴⁹ Echo do Sul – Domingo, 29 de abril de 1888

⁵⁰ Echo do Sul – Domingo, 10 de junho de 1888

batalha sem trégua, pois são o inimigo na trincheira” (idem). A única maneira de redenção seria o trabalho ou a tutela de um patrão. A condição de pobreza, entretanto, associa-se aos perigos, e conseqüentemente, a crimes, vícios, maldade (idem).

A elaboração de uma Regulamentação para Criados, neste momento, não é à toa. Mas no ano de 1888, ele acabou por desempenhar papel especial. Os escravos foram libertos. (Sim! Mesmo aqueles em contrato de prestação de serviços!⁵¹). O que fazer com eles? O que fazer com aqueles que certamente iriam engrossar a massa de vagabundos? Convertê-los a condição mais próxima a sua anterior: criados.

E a mobilização foi rápida. Em meio às recorrentes notícias das comemorações exultantes pela Abolição, em vários locais do país:

Pelotas

O Sr. Dr. Arthur Antunes Maciel, digno presidente da camara municipal, officiou hontem ao Sr. major Macedo, delegado de policia, pedindo a sua coadjuvação no intuito de obrigar amos e creados a sujeitarem-se ao regulamento da referida camara sobre o serviço domestico.

Pouco depois, o Sr. Dr. Arthur em pessoa entendeu-se com aquella autoridade e conferenciou com ella a respeito do assumpto, ficando assentado que, após a communicação official da lei abolindo o elemento escravo, ambos procederiam no sentido de tomar medidas coercitivas contra a infracção do regulamento⁵².

No dia seguinte, outra notícia da cidade vizinha aponta a parceria da polícia com a Câmara Municipal, asseverando que: “(...) *o secretario da camara municipal não teve mãos a medir no fornecimento das cadernetas* (...)”⁵³. Não é de se espantar, assim, o pulo quantitativo que o fim do mês de maio proporcionou aos índices de matrícula dos criados pelotenses, conforme os números demonstrados anteriormente.

Sob as mesmas circunstâncias, Rio Grande também articulava Câmara Municipal e Delegacia de Polícia. Sob o título *Contra a vagabundagem*, discute o *Echo do Sul* e seu rival, *O Artista*:

⁵¹ “*Do Correio Mercantil extrahimos as linhas que se seguem:*

Muitas pessoas entendiam que, sendo o contratado pessoa livre, apenas ligado ao ex-senhor, por um compromisso voluntario, a lei da abolição já decretada pela camara dos deputados, não lhe aproveitava. Embora de opinião diversa mas, accendendo do pedido d’essas pessoas, telegraphamos ante-hontem para a côrte ao Sr. A. J. Dias, proprietario desta folha, rogando-lhe que consultasse os competentes a respeito. A resposta, que nos chegou ante-hontem mesmo ás 11 horas da noite, diz: <os contratados estão incluídos na nova lei.

A medida do governo é radical>”. (Echo do Sul – Terça-feira, 15 de maio de 1888)

⁵² Echo do Sul – Quinta-feira, 17 de maio de 1888

⁵³ Echo do Sul – Sexta-feira, 18 de maio de 1888

A pessoa fidedigna que informou ao Artista ser inexacto que a camara municipal se houvesse dirigido ao Sr. delegado de policia, pedindo providencias sobre a vagabundagem, está, por sua vez, mal informada.

Copiamos em seguida o officio que a corporação municipal, animada das mais louvaveis intenções, dirigio á autoridade policial em 22 do corrente:

Paço da Camara Municipal da cidade do Rio Grande, 22 de Maio de 1888.

Illm. Sr.

Tendo sido approvedo o regulamento additivo ao código de posturas municipaes, e que rege o serviço dos criados e amas de leite, resolveu a camara dirigir-se a V. S. e pedir o valioso concurso de que V. S. dispõe, como autoridade, para que aquelle regulamento não seja burlado.

Como V. S. comprehende é uma necessidade contra os vagabundos, e evitar que o numero d'estes cresça de maneira a tornar-se um perigo para a sociedade, sobretudo agora, que milhares de individuos escravos ou contratados foram declarados livres.

Conta a Camara que V. S., que sempre se tem desvelado pela segurança publica e qual paz da família rio-grandense, não se negará ao que pede, sem outro fim mais do que melhorar o serviço dos criados, dando a estes garantias que antes não tinham, e proporcionar aos patrões melhores serviços, privando que se repitam os abusos que n'este ramo de serviços se dão frequentemente.

Deus guarde a V. S. – Illm. Sr. capitão José Joaquim da Silva Cintra, dignissimo no delegado de policia,

Marcolino Francisco Rosa

Presidente da Camara

Porphiro Alves da Silva,

Secretario⁵⁴.

A discussão, sempre intitulada da mesma forma, seguiu por vários dias, como uma bola de neve de picuinhas entre os dois jornais. Ora discutindo sobre autoria de frases, ora divergindo, em termos burocráticos, veja-se bem, das ações tomadas pelas autoridades.

Mas o plano era este: de escravos, passariam automaticamente para a condição de criados. Mas o câmbio instantâneo não foi possível, o *Regulamento de Criados e Amas de Leite* já não estava sendo cumprido desde antes da Abolição. Ele teve de ser colocado a funcionar *na marra*. Se anteriormente os dedos eram apontados, através do jornal, para os chefes de família, agora o foco mudara. Instaurou-se um novo panorama (sempre penso nisto como uma crise). O mundo precisava ser enquadrado novamente no seu eixo. Antes que se passasse muito tempo, desta forma, antes de sentirem mais o gosto da liberdade, que certamente corrompê-los-ia, os libertos precisavam ser disciplinados e quantificados. Da matrícula de escravos, iriam para a matrícula de criados. Não é a toa que Costa (2009: 115) apresenta 1888 como o ano de maior número de contratos de criadas (251). Foi uma verdadeira “caça” aos ex-escravos para sua conversão em criados, e esta caça tinha endereço específico, como evidenciarei adiante.

⁵⁴ Echo do Sul – Sabbado, 26 de maio de 1888

Mas afinal, como se pode pensar no *Livro de Estatística da População* representando este estado de coisas?

A *Regulamentação de Criados e Amas de Leite* fala-nos da condição de liberdade e do recebimento de salário para que alguém seja considerado criado:

Art. 1º - É considerado criado, para todos os efeitos d'esta postura, quem quer que, sendo de condição livre, tiver ou tomar, mediante salário, a ocupação de moço de hotel ou casa de pasto e hospedaria, cozinheiro, copeiro, hortelão, cocheiro, lacaio, ama de leite, ama secca, e, em geral, de qualquer serviço doméstico;

A ligação estreita com o doméstico, pode explicar o alto índice de criadas encontradas no censo (70%). O dado resultante do censo (913 criados para as ruas exploradas pelo *Paisagens e Identidades*) pode ser contrastado com a situação veiculada no jornal. Apesar de em Rio Grande não ocorrerem publicações de número de criados, pode-se fazer uma aproximação com Pelotas. Acredito que seja válida tal justaposição, uma vez que o processo parece ter-se operado da mesma maneira nas duas cidades. Havia a reclamação constante do *Echo*, em convencer os riograndinos da necessidade de enquadrar os criados na regulamentação a que deveriam ser submetidos. A articulação das autoridades para que, após o marco da Abolição os ex-escravos fossem matriculados, parece ser semelhante nas duas cidades. Desta forma, acredito que, até o mês de abril, o número de criados não tenha sido muito expressivo em Rio Grande, assumindo proporções consideráveis após a extinção da escravidão.

Sendo assim, certamente não existiam em Rio Grande, de fato, os mínimos 913 criados contabilizados. Só posso pensar que esses criados do *Livro* possivelmente não eram criados dentro de sua regulamentação específica (de condição livre, com salário e devidamente circunscrito no Código). Talvez fossem mesmo escravos sob contrato.

Mas há de serem feitas duas considerações sobre o *Livro* no que tange a inexistência dos escravos. Primeira. Entre a recuperação das listas (15 de abril) e a Abolição (13 de maio) passou-se quase um mês. Viu-se já que os dados, seguramente, foram manipulados antes de serem repassados para o *Livro*, pelo caso do Taim (21 de abril). Então, o *Livro*, realmente, pode ter sido encomendado depois da Abolição. Segunda. Deve-se pensar na, também já citada, representação do que se queria mostrar sobre a cidade. Os dados disponibilizados pelo censo não iriam restringir-se ao âmbito de Rio Grande, uma vez que sua informação seria

divulgada para compor as extensas compilações e almanaques da época⁵⁵. Sendo assim, suas divisões deveriam seguir uma série mínima de padrões, sem fugir, é claro, da realidade encontrada na cidade. Haveria, desta forma, uma exposição externa e interna do que era Rio Grande.

No que diz respeito à Abolição, mais precisamente ao ideal abolicionista, Cardoso (1977), manifesta a noção de que o movimento abolicionista não era um todo homogêneo. Fala de um “abolicionismo autêntico”, melhor expresso por Joaquim Nabuco, que deveria ser “a crítica completa do sistema escravocrata como produtor de seres alienados, senhores ou escravos” (CARDOSO: 1977, 220).

Com pesquisa realizada com jornais e relatórios provinciais, Cardoso defende a idéia de que, no Rio Grande do Sul, o abolicionismo, enquanto ideologia, foi uma forma de fusão de interesses e ideais divergentes, algumas vezes mesmo contraditórios. Agregava tanto aqueles que queriam resolver a falta de mão-de-obra em suas propriedades rurais, quanto aqueles que desejavam que uma nova realidade, com base no trabalho livre, fosse instaurada. Havia, por fim, os que estavam mais preocupados com os problemas do homem negro, do que com a entrada de imigrantes ou com os efeitos negativos que a escravidão provocava no desenvolvimento da economia. (CARDOSO: 1977, 212-213).

Este “acordo”, como um denominador comum de interesses diversos, só foi viável pois a crítica à escravidão, que gerou o abolicionismo, no sul, foi uma crítica da sociedade branca e livre que estava engessada pela sociedade escravocrata. Era antes a emancipação do branco-livre do que do escravo. (CARDOSO: 1977, 213).

Nem sempre a ideologia abolicionista exprimiu-se em termos diretos como processo de regeneração da sociedade dos brancos livres, indiretamente essa foi a motivação decisiva para granjear o apoio de amplas correntes da opinião. Tal incentivo revestia-se da aparência de um luta pelo progresso e pela grandeza da Nação, fazendo *pendant*, dessa forma, ao movimento pró-imigração. Esse seria, por assim dizer, o aspecto construtivo da ideologia do progresso, enquanto a abolição representava a destruição do passado, necessária para o êxito da nova ordem. Por isso entre os *slogans* abolicionistas estava sempre a idéia da *Pátria*, da *Civilização*, da *Integração do País no Concerto das Nações Livres e Civilizadas* (CARDOSO: 1977, 213).

Não era apenas de Rio Grande, veja-se bem, que o *Echo do Sul* fazia referência quanto ao progressivo fim da escravidão. Várias cidades eram mencionadas: Dom Pedrito, Cacimbinhas, São Martinho, Bagé. Isto para citar as cidades gaúchas, pois eram mencionadas

⁵⁵ Como exemplo destas publicações: Almanak Literário e Estatístico da Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/Pelotas. Ed. Carlos Pinto & C. Successores, 1890.

cidades de fora da província, igualmente. As notícias eram basicamente as mesmas: se não se exaltava a glória da cidade pelo fim da escravidão, demonstrava-se o número diminuto de escravos a que havia chegado. Um telegrama de Canguçu, remetido ao *Echo* por um jornal pelotense, merece exposição: *Estão livres todos os escravos matriculados n'este município, com excepção de quatro cujos senhores estão ausentes. Cangussú, o baluarte da escravidão, sacudio esse jugo aviltante. O regozijo é immenso*⁵⁶.

A exposição que apresenta o *Echo do Sul* parece ir ao encontro das palavras de Cardoso (1977: 213). O júbilo era declarado. O progresso estava chegando, oficialmente. Na prática, sabe-se que a condição do “ex-escravo” sob prestação de serviço em nada mudara. O jornal, fonte mais rica em termos de comunicação da mentalidade de uma época, poderia ser apenas uma via onde este ímpeto de modernidade expressava-se. O que quero dizer é que a cidade do Rio Grande, integrada diretamente às cidades mais modernas do mundo através de seu porto, não poderia mais permitir-se à exposição do atraso que significava a mão-de-obra escrava. Quem sabe se o Sr. Godoy, encarnando aqui a responsabilidade do recenseamento, não resolveu varrer de vez a escravidão do município?

⁵⁶ *Echo do Sul* – Quarta-feira, 4 de abril de 1888

Capítulo IV – Concretizando os objetivos

Parto agora para a análise, através do discurso difundido pelo *Echo do Sul* de 1888, do imaginário que a sociedade riograndina da época possuía de seus cortiços e, não podendo desprendê-la de seu contexto global, de cortiços em geral. Neste sentido, a referência tomada sobre o imaginário social é de Pesavento (2008), como já citada anteriormente, que o caracteriza como um “sistema de ideias e imagens de representação coletiva que uma comunidade constrói para si ao longo do tempo” (PESAVENTO, 2008: 11).

Se a compulsão por converter os indivíduos propensos à vadiagem em criados chegou a seu ápice durante a adequação de uma sociedade de repente desescravizada, com pessoas sem senhor e sem sentido a perambularem pelas ruas, a preocupação com o cumprimento do Regulamento de Criados estava em voga desde o início do ano de 1888. Dito de outra forma, se durante o mês de maio a preocupação com a vagabundagem tomou maiores proporções, como visto no discurso do *Echo do Sul*, e a regularização dos criados tornou-se medida padrão para contornar o problema, isto foi apenas a consolidação de uma tendência.

Em 18 de fevereiro, sai a primeira publicação sobre a indignação com o descumprimento do regulamento. A notícia é também o marco inicial para a compreensão do papel e dos olhares sobre o cortiço dentro (e fora) de Rio Grande:

Promulgada a 5 de Janeiro, a lei que approvou o regulamento sobre creados, este já havia entrado em plena execução apoz a respectica sanccão executiva.

Ao tempo em que vigora, esse regulamento deu as sufficientes mostras de si, para que ninguém se illuda a respeito das preconizadas vantagens de sua execução.

Confeccionado sob o pensamento de prover a palpitantes necessidades da vida doméstica e da **ordem social**, não ha produzido os efeitos que d'elle se esperava, por isso que ahi está a cidade cheia de **vagabundos** e **vagabundas** que vivem mettidos em **immundos cortiços**, entregues aos gaudios da **ociosidade**, ao passo que correm nas folhas numerosos annuncios de familias que precisam de servos.

Por seu lado a Municipalidade não ha podido regularisar convenientemente a expedição de cadernetas, já por que a policia não tem conseguido exercer com a desejada promptidão a funcção que lhe incumbe n'este novo ramo de serviço, já por que os chefes de família são os primeiros a negligenciarem os seus deveres, não exigindo as cadernetas dos creados que entram ao seu serviço, nem attestando n'ellas quando elles se despedem ou são despedidos a conducta e costumes dos mesmos.

(...)

D'ahi o resultado negativo do regulamento em questão e, o que ainda é peor, o estar acumulando-se nos **cortiços** e nas **casas de duvidosa reputação** gente

sem eira nem beira a quem a **ociosidade** convida á pratica do **crime**; (...) [grifos meus]⁵⁷

As palavras grifadas constituem-se de palavras-chave que revelam de forma clara o pensamento que se possuía. Uma verdadeira riqueza de expressão para este trabalho. Não seria preciso invocar autores para interpretar a regulamentação de criados como forma de manter a *ordem social*. A sociedade da época sabia e reproduzia este discurso. *Vagabundos, vagabundas, immundos cortiços, casas de duvidosa reputação, ociosidade, crime*. Um mundo cheio de perigos, mas de onde deveriam sair os criados que trabalhariam na casa de famílias de bem.

Mas, como já indicado, com a Abolição a situação mudara e a regulamentação tornou-se peça-chave. Onde procurar os libertos? É claro, nos cortiços:

A municipalidade officiou ao Sr. delegado de policia pedindo o seu auxilio em sentido de constringer os libertos ao trabalho.

Sabe-se que os cortiços estão cheios de individuos sem occupação, escapados das casas em que serviam quando eram captivos; e pretende-se activar medidas conducentes a reprimir os perniciosos efeitos da vagabundagem.

O Sr. delegado de policia pôz-se de accordo com a camara e vai dar busca nos cubiculos onde os ex-escravisados gozam as delicias de uma ociosidade que os póde compellir para as veredas do crime.

Applaudimos a resolução adoptada pela municipalidade e esperamos que os seus esforços serão coroados de exito em beneficio os próprios libertos⁵⁸.

Vê-se aí, novamente, a aparição do cortiço como o local de certeza da aglomeração de ex-escravos, expostos aí à vagabundagem, que certamente deveria impulsioná-los à prática de crimes. Os cubiculos serão revistados. Cubículos: locais diminutos, com pouca passagem de ar, certamente fétidos, o lugar perfeito para a corrupção da alma humana.

Em 10 de junho, mesma data que sai a notícia do número de *mil e tantas* cadernetas de criados, noticia-se a ação da polícia em Rio Grande:

Hoje, o Sr. Major Joaquim Alvez de Macedo, delegado de policia, auxiliado pelos Srs. sobdelegados do 1º e 2º districtos e praças da secção, darão principio á vista nos cortiços e demais habitações da cidade de onde moram individuos empregados no mister de creados de servir, afim de verificar qual d'elles não tem ainda cadernetas

Outrosim, as referidas autoridades verão quaes os creados que não tem emprego e as razões porque o deixaram, afim de com a pena disciplinar de prisão por alguns dias obrigar a todos ao trabalho⁵⁹.

⁵⁷ Echo do Sul – Sabbado, 18 de Fevereiro de 1888

⁵⁸ Echo do Sul – Quinta-feira, 24 de maio de 1888

⁵⁹ Echo do Sul – Domingo, 10 de junho de 1888

Pergunto-me aí, se os cortiços a que os jornais tanto falavam eram aqueles mesmos 16 cortiços que foram notados no censo. Os 16 cortiços com 132 habitantes. Como eles poderiam ser o local privilegiado para as batidas da polícia, numa cidade que contaria, em junho com *mil e tantas* pessoas matriculadas enquanto criados e criadas. Não estou contando com um “inchamento” no número de cortiços na cidade de abril (censo) à junho (publicação do número de criados).

Ou o número de 132 habitantes diz respeito aos moradores efetivos e havia uma população rotativa que não foi, de fato, incorporada na contagem do recenseamento. Ou, na verdade, o que se conta nos jornais enquanto cortiços diz respeito não apenas aqueles cadastrados enquanto tal, mas aos espaços que possuíam elementos negativos que compunham a rede de sentidos associada à habitação cortiço.

A efetividade das incursões policiais a cortiços e outras moradias, já chamadas de *casas de duvidosa reputação*, sobre o aumento do número de criados matriculados parece irrisória, pelo menos para este momento (10 de junho). As visitas, revestidas com o manto da preocupação pela ociosidade, parecem estar mais vinculadas a um medo de aglomerações de libertos e os consequentes riscos que isto traria.

A similaridade entre Rio Grande e Pelotas sobre a maneira de proceder acerca de situações relacionadas à instauração oficial de uma sociedade sem escravos não parou na conversão compulsória de criados. Os cortiços de lá também eram alvo de batidas policiais no mesmo sentido:

São do Correio estas linhas:

<Como noticiamos, no sabbado, o Sr. major Joaquim Alves de Macedo, delegado de policia, em companhia do subdelegado do 1º districto, começou a visitar as habitações da cidade denominadas cortiços, iniciando esse trabalho pelos localizados á rua Paysandú, proximidades da cadêa, e rua S. Jeronymo estrada do Fragata.

Procurando conhecer o genero de vida dos moradores d’essas casas, S. S. orientou-se dos deveres a que estão obrigados aconselhando a todos que se dedicassem ao trabalho e promettendo fazer-lhes uma segunda visita e a vêr se as suas prescripções tinham sido cumpridas.

N’um dos cortiços, foram presos dous individuos que faltaram com o respeito á autoridade quando esta lhes perguntou qual era o meio de vida que adoptavam.>⁶⁰

Dois dias depois uma extensa nota é publicada novamente pelo *Echo*, dando conta de outras ações da polícia

⁶⁰ Echo do Sul – Quarta-feira, 13 de junho de 1888

- o Sr. major Macedo, delegado de policia, acompanhado dos Srs. Nunes Baptista, subdelegado do 1º districto, escrivão, commandante da policia nocturna e praças da secção fixa continuou a visita aos cortiços existentes em diversos logares da cidade, com o fim de obrigar ao trabalho os vagabundos que n'ellea (sic) se acoitam, e fiscalisar o serviço de criados já munidos de cadernetas. Inspecionaram-se alguns casebres para oéste e depois os de algumas ruas da Varzea.

Foram presas por não terem occupação 9 mulheres de côr e uma branca, que faltou com o respeito ao Sr. delegado de policia, e bem assim um preto ainda moço, que é conhecido como ratoneiro e foi encontrado no *dulce far niente*, em companhia de uma preta, na Varzea.

Dando a noticia acima o *Correio* acrescenta:

< Para conhecimento dos interessados, os avisamos de que a posse para e simples de caderneta ao exclui a prisão por suspeita de vagabundagem, porque muitos individuos há que, acoissados pela autoridade, foram matricular-se na camara municipal como creados ou peães (sic), sem terem effectivamente cousa em que se occupem.

Da caderneta deve constar o nome do locador dos serviços da pessoa que a possui.

O que a muitos poderá parecer excesso de zelo da policia, em referencia aos indiviuos de profissão desconhecida, não é mais do que uma salutarissima providencia para garantir a paz, a moralidade e os direitos da sociedade pelotense.

Dentro em pouco tempo, os proprios favorecidos com a lei libertadora serão os primeiros a reconhecer a exactidão das nossas palavras⁶¹.

Fiz questão de colocar aqui as notícias na íntegra, por mais moroso que torne a leitura, para demonstrar a insistência e a recorrência deste discurso no jornal. Riograndinos e pelotenses compartilhavam discursos similares e, creio, complementares.

Seria incorrer em erro, entretanto, dizer que os cortiços estavam coalhados de negros. Não apenas porque o censo deixa isto claro (38% do total de moradores eram brancos). A sociedade da época sabia da existência da população branca dos cortiços, não só branca, mas estrangeira: *Em uns cortiços da rua General Osorio, pertencentes ao Sr. Francisco Hormain, foi encontrado morto, hontem, o portuguez de nome Sebastião Fragoso.(...)*⁶². Da mesma forma ocorria com os criados: não eram apenas negros que prestavam este serviço. Advinda de Pelotas, sob o título *Todos tem o seu dia*, uma notícia dá conta do aumento pela preferência por criadas alemãs, que antes possuíam pouca aceitação, podendo estas agora até cobrarem mais por seus préstimos: *Ha familias que, nem de graça, têm querido continuar com os seus antigos famulos em casa*⁶³.

Mas o que importa aqui é que a correlação entre negros, vagabundagem (e consequente criminalidade) e cortiços estava assegurada dentro de uma representação, mais

61 Echo do Sul – Sexta-feira, 15 de junho de 1888

62 Echo do Sul – Sabbado, 16 de junho de 1888

63 Echo do Sul – Sabbado, 19 de Maio de 1888

do que de fato eram. Existia, no imaginário da época, o que compreendo como uma esfera de sentidos, onde o epicentro da relação, o vértice central, era, com certeza, o cortiço.

HORRIVEL! !

A cidade do Rio Grande tem sido ultimamente teatro de crimes notáveis, sem exemplo nos annaes da criminalidade da provincia.

Hontem ás (sic) 7 horas da tarde o Sr. Paulo José Almeida apresentou um requerimento de queixa ao Sr. delegado de policia relativamente ao facto de ter sido a parda Amelia dos Santos, menor de 15 annos, barbaramente castigada no dia 9 de Janeiro passado, às 7 ½ horas da noite pela parda Elisa e pelas creoulas Luiza e Esperança n'um dos compartimentos de um cortiço de propriedade do Sr. Francisco Hormain, sito á rua General Osorio.

Logo que a autoridade teve conhecimento do caso dirigio-se à residencia do Sr. Paulo José de Almeida, á rua Aquidaban n. 14, onde se achava a victima do bárbaro castigo. Tendo levado em sua companhia os Srs. Drs Manoel A. Reis e Vieira de Castro, estes examiram a infeliz parda, verificando achar-se ella coberta de chagas na região do sacrum – chagas que exhibiam aspecto repugnante, devido a ter a desventurada occultado até hontem os seus padecimentos.

Procedendo-se a um inquerito sobre o successo, declarou a paciente que no já citado dia 9 de Janeiro ás 7 horas da noite sahira de sua casa para vir á (sic) cidade, e que na praça da Caridade Nova encontrára a parda Elisa, que a convidou para ir ao quarto d'ella á rua General Osorio; que aceitando do convite para lá se dirigio com ella e ao entrar notou que apagaram a luz, tendo podido entretanto notar a presença n'aquelle logar da creoula Luiza, amasia de Leonidio Antonio da Cruz, e a preta Esperança, sendo esta residente á (sic) rua dos Andradas, que depois de apagada a luz agarraram-n'a violentamente, taparam-lhe a boca, deitaram-n'a de brusos e em seguida e em seguida começaram a castigal-a com um pão, que logo ás (sic) primeiras pancadas perdêra os sentidos e quando voltou a si, não podendo caminhar, foi pelas suas aggressoras conduzidas em braços até o portão de sua casa onde aquellas lhe disseram que se as *denunciasse tirar-lhe-iam a vida.* (...) ⁶⁴

Uma cena lamentável, descrita vivamente, passada em um dos compartimentos destes infernais cortiços. A notícia ainda deu *pano para manga*. Foram publicadas, nos dias que passaram, as providências da policia, a apuração do inquerito e, mais adiante, avisos do julgamento. Estas notícias seguintes apareceram sem referências à morada de Luiza, mas seria preciso?

Fica demonstrado aí o tipo de pessoa que frequentava esses lugares, os envolvidos na história são *crioulas, pretas e parda*. Personagens de um espancamento bárbaro. Os digníssimos senhores (provavelmente brancos), tomaram as atitudes civilizadas que cabiam: resguardo da vítima, averiguação policial e observação médica (com dois doutores!). Acrescento à sequência de ações louváveis a publicação no jornal, para que a sociedade fosse informada dos acontecimentos lamentáveis que andavam ocorrendo.

Não quero fazer um juízo de valor aqui. É lógico que uma vítima de agressão precisa de amparo e tratamento e, os culpados, de punição. Mas o jornal apresenta claramente uma

⁶⁴ Echo do Sul – Domingo, 12 de Fevereiro de 1888

dicotomia entre dois universos: por um lado aquele que tomou as ações cabíveis, homens de bem que agiram conforme a moral e os bons costumes; por outro aquele corrompido, de marginalidade, descontrole emocional, com uma perversidade com um *quê* de selvageria. Isto porque, afinal, o motivo do espancamento foi o ciúme de Luiza por Leonídio, conforme é informado no encerramento da notícia⁶⁵.

Mas em cortiços também havia espaço para atitudes decentes. Em destaque, a notícia *Uma heroína de cortiço*, tomou grande espaço no *Echo do Sul*, em 10 de janeiro de 1888. Na Argentina, uma jovem italiana chegada à Buenos Aires há cerca de um ano, recém *desposada*, estava uma tarde em sua *habitação* quando o cunhado (marido da irmã) chega no intuito de violentá-la. *A joven se defende valentemente*. Mesmo coagida com ameaça de morte por uma faca, ela *não cede*. Na contenda, acaba por cortar-se a mão, o *sangue corre das feridas porém não desmaia um momento*. Consegue desarmar o cunhado e matá-lo com dezessete facadas. Com a chegada da polícia a jovem informa ao comissário: *fui eu que o matei*. Finda a descrição, há o posicionamento apaixonado do *Paiz*, jornal citado pelo *Echo*, sobre o caso: uma lição encarnada esta mulher, e vinda do povo (!). Um exemplo frente à desordem moral que se instalou em Buenos Aires. Sua atitude foi uma reiteração dos valores e virtudes que se deve encontrar em uma esposa, preferindo a morte a entregar-se a outro homem. Felicita-se a posição da imprensa em geral, no sentido de defesa da mulher, escrevendo editoriais, reportagens, notícias *cheios de compaixão por ella*⁶⁶.

Dois tipos de caráter tão diversos, Luiza e suas comparsas contrapondo-se a italiana de Buenos Aires apresentam uma esfera central tratada em relação a suas habitações: o cortiço era um signo de degradação social, mais do que isto, um sinônimo de perversão moral, que o exemplo argentino mostrou ser contornável.

Um outro exemplo longínquo, desta vez nacional, foi encontrado nas páginas do *Echo do Sul*: os famosos cortiços cariocas.

Noticias da côrte
- Em virtude de ordem da inspectoría geral, apresentaram os delegados de hygiene, relatórios sobre os cortiços e estalagens das respectivas freguezias,

⁶⁵ Tenho que transmitir esta informação. Pode ser pura coincidência, mas Leonídio Antonio da Cruz é o mesmo nome do Fiscal Geral da Câmara Municipal, que assina, no *Echo do Sul*, notas de comunicados da instituição à sociedade, tais como esta: *O fiscal abaixo assignado faz publico, para conhecimento dos interessados, que o toque de silencio será dado ás 9 horas da noute, no decorrer de 21 de Março a 22 de Setembro.* (*Echo do Sul* – Sexta-Feira, 23 de março de 1888). Talvez a mesma pessoa encarregada de fiscalizar ações de ordenamento da vida cotidiana, seja aquela que desencadeou um ato de barbárie, que era amasio de Luiza (que morava em um cortiço!).

⁶⁶ *Echo do Sul* – Terça-feira, 10 de janeiro de 1888

indicando quaes os proprietarios ou arrendatarios, o numero de quartos, de moradores, e quaes as suas condições hygienicas.

Pelos pareceres dos dous membros da inspectoría aprovados em sessão receberam os delegados ordem para intimar o fechamento de diversas estalagens.

A intimação foi feita, marcando-se para o fechamento prazo razoavel⁶⁷.

O sinônimo *estalagem* é aqui utilizado abertamente. A notícia dá conta do problema higiênico que são estas habitações populares, com a necessidade de inspeção e regulação por parte de delegados de higiene. A situação era tão grave, que algumas tiveram de ser fechadas. Lá ocorriam também crimes, que chegavam aos ouvidos riograndinos. Um assassinato foi cometido na capital do império⁶⁸, e a vítima era moradora de uma estalagem. (Só podia!)

Observando os títulos e o conteúdo das sessões onde são citados os cortiços, nos já mencionados Relatórios da Câmara Municipal, pude constatar uma diferenciação significativa. Nos anos de 1878, 1879 e 1883 os cortiços estavam representados na entrada *Impostos*. Nas discussões de *Augmento da receita*, em 1883 e 1885. Já em 1903, foram referidos como local a ser tratado com atenção, na entrada *Hygiene, saude e assistencia publica*.

Esta abordagem demonstra que entre 1878 e 1885, estritamente falando, o interesse nos cortiços possuía um viés econômico, de recolhimento de impostos, engorde dos cofres públicos. Pois, pelo jeito, davam dinheiro aos proprietários, conforme o *Relatório Municipal da Câmara de 8 de fevereiro de 1883*. O mesmo relatório não se eximiu de deixar a sua nota sobre o local ser *pouco hygienico*, mas esta não era a questão central, ainda. Ela só será consolidada no relatório de 1903 (mesmo ano do Código de Postura que regula sobre os cortiços).

Os cortiços cariocas já estavam sendo rondados pelas autoridades sanitárias, no mesmo ano de 1888, quando se falava em imundície para os cortiços riograndinos. A imundície a que se referia o *Echo do Sul* parece possuir mais um tom de perigo social, desordem moral, onde ocorrem coisas abjetas, do que imundície como problema de saúde pública. Isto não quer dizer que os cortiços já não fossem tidos como locais fétidos e sujos, *pouco hygienico*, como diz o relatório. Isto era só um reflexo do tipo de pessoas sem condições e sem índole que lá moravam.

Dito de outra forma, os cortiços em Rio Grande passaram a ser um problema de higiene no início do século XX. Só aparecendo neste sentido propriamente dito no Relatório

⁶⁷ Echo do Sul – Sexta-Feira, 23 de março de 1888

⁶⁸ Echo do Sul – Quarta-feira, 14 de março de 1888

da Câmara Municipal e no Código de Posturas de 1903. Mas já era possível encontrar no jornal de 1888, notícias de cortiços pensados a partir de uma ótica higienista no Rio de Janeiro. Ou seja, já existia uma base para as preocupações higiênicas com os cortiços riograndinos. O campo já estava semeado.

Cabe dizer que as preocupações, em termos de saneamento, operaram-se de forma diferenciada nas duas cidades (Rio Grande e Rio de Janeiro). Suas necessidades e contextos eram, sem precisar recorrer a relativizações, totalmente diferenciados. Mas demonstram-se a partir disto as preocupações que rondavam os riograndinos na relação com sua cidade. Quais inquietações impulsionavam os agentes públicos e dispersores de opinião: neste ano de 1888, ainda era, com certeza, uma questão moralizadora, associada a uma financeira, que fazia dos cortiços boa fonte de recolhimento de impostos.

Acredito, desta forma, que os cortiços da cidade de Rio Grande, do ano de 1888, retratados no censo, fossem o eixo central de uma esfera de sentidos que associava estas habitações com negro-vagabundagem-criminalidade que rondava o imaginário popular. Neste imaginário, também agregava-se as noções de podridão do ambiente, de lugares apertados, escuros, mal cheirosos, aspectos execráveis pelos ideais emulados pela burguesia em ascensão (LIMA, 1999). Mas a reversão em ações consistentes que traduzissem as preocupações higienistas, só mesmo em 1903. É só a partir daí que a sociedade passa a ter suporte para deixar de tratar a falta de higiene como um problema consequente e, de certa forma, periférico do cortiço. As representações e as práticas são faces de uma mesma moeda, como afirma Thiesen (1999: 19).

Seguindo este raciocínio, apesar de um ordenamento específico sair apenas em 1903, com todos os maus qualificativos ligados a estas habitações de negros e vagabundos, um lugar, certamente, mal frequentado, a cidade traduzia em sua paisagem a representação e o papel dos cortiços neste ano de 1888. Desta maneira, levando-se em considerações as questões levantadas até aqui, passo para a apreciação da relação espacial entre cortiços, *diversos* e *portão*, e a principal zona de poder da cidade. Nesta análise também está inserida a composição dos moradores dos três tipos de habitações.

As plotagens das habitações foram realizadas na representação cartográfica de 1892, intitulada *Lampeões da Cidade do Rio Grande*, em função da proximidade temporal com o censo. Mas antes de apresentar qualquer mapa, tabela ou análise, devo voltar ao material básico do qual me utilizei, o censo, para realizar ponderações e explicar, de forma

sequenciada os vários olhares e andamentos que tive de proceder para a montagem do *Sistema de Informações Geográficas* (SIG).

Os dados do censo estão dispostos em cadastros (já anteriormente definidos). Os cadastros ou unidades de análise dão conta de uma família, de uma habitação, de um prédio, de um fogo, ou de qualquer outra coisa que se queira. As informações sobre cada habitante de um cadastro são quantitativas e estão, portanto, representadas no *Livro* através de números, basicamente (não estritamente). Descrições acerca do que é tratado pelo *Livro* como prédio (“Tipo de prédio”, “Nº do prédio”, “Districto”, “Quarteirão”, “Nº de ordem”) também seguem o mesmo (des)caminho.

Um exemplo claro e simples é o Sr. Candido Godoy. Aparece como único habitante no prédio 194, da Rua dos Príncipes. Foi contabilizado na subdivisão “homem”, da coluna “da localidade”, que integra os “Parentes, hóspedes, empregados, etc.” (Anexo 4). Seja-se bem, o número de “filhos” e “filhas” deve ser especificado, mas o responsável pela casa entra em uma subdivisão de coluna mais abrangente.

O que poderia me trazer uma tremenda pena pela situação do coitado do nosso amigo, o Sr. Godoy, que se esforçou tanto pra colocar em prática as ações que desembocaram no *Livro de Estatística*, na verdade me rende valiosas informações sobre sua vida. Solitário, não há possibilidade de confusões sobre a pessoa de quem trata aquele cadastro. Mora numa casa térrea, é solteiro, assinalado na profissão “Engenheiros e Architectos” (confere!), é alfabetizado (esperado!), tem de 25 a 30 anos, é um católico de cor branca (esperado igualmente!).

Com a presença de um número maior de familiares, a situação se complexifica e tudo começa a passar bem longe do caso redondinho do Sr. Godoy. As complicações variam em menor ou maior grau. Uma família com quatro pessoas: um filho, uma filha, o homem e a mulher. Pode-se presumir que as idades masculina e feminina mais jovem sejam dos filhos. Sendo três analfabetos, o homem da casa seria quem possivelmente possuía instrução. Com a indicação de um elemento do cadastro como “operário” e os demais “sem profissão”, também se presume que este seja o homem, tomando que os filhos sejam muito jovens. E assim por diante, numa variedade de jogos de lógica com valores e conceitos da época como probabilidades. Agora tente fazer isto para cadastros com 10, 15, 30, até 40 pessoas. E agora multiplique isto pelo número de cadastros que uma folha do censo comporta (cerca de 50). *Et voilà!*

Há também que se levar em conta que o censo possui peculiaridades próprias. Está lotado de situações comprobatórias da falta de padronização nos métodos de registro (e penso que de coleta) dos dados, além de incoerências que foram interpretadas como erros de preenchimento⁶⁹ e da recorrência de simbologias ainda pouco compreendidas. Tais situações ocorrem pela natureza do documento escrito proporcionar grande liberdade de representações gráficas e de silêncios (por erro ou intenção)⁷⁰. Devo acrescentar, ainda, que talvez o Sr. Godoy não tenha sido o único a preencher as páginas do *Livro*, por uma percepção na mudança de estilo da letra.

Uma questão crucial para fins deste trabalho, em termos dos símbolos e intuito de sua expressão no *Livro*, diz respeito às indicações relativas ao prédio. Pensando que um dos objetivos aqui propostos seria a localização de habitações na malha urbana, as colunas “Classe do Prédio” e “Nº do prédio” são de interesse especial.

O número do prédio indica a localização da habitação na rua. Aqui mais do que isto, poderia indicar habitações que dividem o mesmo lote ou o mesmo prédio. Estas situações poderiam dar-se a partir de cadastros com mesmo número de prédio, mas poderiam ocorrer também com unidades onde há em tal coluna a marcação de um risco (-). Este signo poderia indicar tal associação. Nestes casos, imediatamente procurou-se olhar para a classe do prédio.

Poderia haver uma correspondência entre a falta de numeração individual do prédio na rua e a falta de indicação da classe do prédio (ou falta de indicação da classe e presença da numeração, ou falta da numeração e presença da classe), o que poderia traduzir a dita situação: cadastros em uma destas situações dividindo o mesmo prédio ou terreno com o cadastro anterior⁷¹. Entretanto, esta não foi uma constante. Não é viável, portanto, realizar este tipo de ponderação em larga escala. Talvez cada caso seja um caso. Enigmas tradicionais

⁶⁹ Exemplo: a somatória total do número de habitantes de um cadastro não fechar com os valores descritos em um dos quesitos, como religião, ou cor, ou qualquer uma das demais colunas.

⁷⁰ Este foi um dos problemas encontrados nesta pesquisa, que precisava uniformizar os signos e dados do *Livro* para que pudessem corresponder com os moldes estabelecidos pelo universo digital. Desta forma, fez-se necessário enquadrar ou omitir determinadas informações, que, na medida em que se mostraram pertinentes, foram explicitadas no texto. Para deixar um exemplo, na coluna que demarca a faixa etária da população, por vezes, ao invés do típico número indicando a quantidade de moradores com a variação de idade “Mais de 90”, aparecia 98, 99, 100. Ou seja, estas pessoas, pela idade avançada, eram dignas de terem seus anos de vida mencionados. É o tipo de informação que foi aqui suprimida.

⁷¹ Como houve no caso do Banco London Brazilian (nº de ordem 173) e seu gerente Frank Christopher Stoneham Ford (nº de ordem 174). O nº de ordem 174 apresentava nº de prédio 73, a classe do prédio estava demarcada com um risco no sobrado, enquanto seu antecessor, nº de prédio 71, possuía indicada a classe do prédio como sobrado.

de documentos escritos com suas lógicas particulares de produção que, para além de uma especificidade da época, vincula-se a maneira de proceder dos envolvidos em sua produção.

Seguramente, o *Livro de Estatística da População* necessita de estudos mais aprofundados. Estudos que não se furtam de intensas saídas a campo, correspondência com outras fontes, análise de antigos lotes, exame minucioso de suas colunas etc., etc. Tudo no sentido de tentar costurar uma colcha com fios soltos, nós cegos, grandes buracos, mas que, de certo, ainda *aquece neste inverno*.

Para a produção dos mapas contendo a plotagem das habitações, uma série de organizações e triagens foram impostas. Em primeiro lugar, foram selecionados no *Livro de Estatística* todas as aparições de cortiços, portões e *diversos*, levou-se em conta para realização desta busca tanto repartição Cidade quanto Cidade Nova. As habitações foram levantadas nos seus vários desdobramentos: Cortiço, Diversos Cortiços, (Portão), (Diversos-Portão), “nome do habitante” – Portão, Diversos Moradores, (Diversos), e assim sucessivamente⁷².

A ocorrência significativa da expressão “(Diversos-Portão)” fez com que se suscitasse a possibilidade de que estivessem conjugadas duas categorias vislumbradas separadamente nesta pesquisa, abrindo espaço para um quarto tipo. No entanto, notou-se, pela existência de um cadastro “(Diversos-Portão) – 9 moradias”, seguida da nomeação de 9 pessoas, que a palavra “diversos” estava dando um qualificativo para o portão. As discussões travadas no segundo capítulo, a partir da bibliografia (Pesavento, 2001; Copstein, 1982), indicam que as habitações *portões* são uma categoria bem definida e, portanto, única. Desta forma, “diversos-portões” foram arrolados no tipo portão, sem necessidade da abertura de uma nova classificação.

A primeira seleção proporcionou a elaboração de uma tabela⁷³ para cada categoria habitacional em estudo. O intuito aqui foi apenas o de aglutinar unidades de análise de mesmo tipo. Cheguei, assim, a contagem de 16 cortiços, 212 portões e 18 *diversos*⁷⁴.

⁷² Quando falo aqui que em primeiro lugar foram selecionadas do *Livro* todas as aparições das habitações aqui estudadas, nas suas variações, estou tratando de maneira condensada o que foram numerosas revisões ao longo da elaboração da tabela para o SIG. Revisões tanto no documento original quanto em fotografias tomadas deste, disponibilizadas no banco digital do projeto *Paisagens e Identidades*.

⁷³ Para a elaboração das tabelas referidas neste trabalho, foi utilizado o software Excel.

⁷⁴ Estes números estão corrigidos, conforme as revisões posteriores à elaboração da primeira tabela.

No caso dos portões, observei que alguns cadastros estavam possivelmente referindo-se apenas ao portão de uma residência, ou seja, a um portão de fato, por estarem referidos como “portão”, mas não constarem de habitantes. Estes casos foram suprimidos da tabela. Excluídos também foram os cadastros onde, na coluna “Nome dos habitantes”, estava a desinência “vazio – portão”, sem constar de habitantes descritos. Sendo o interesse desta pesquisa uma análise da recorrência espacial das habitações associadas a seus moradores, não havia necessidade de manter unidades sem residentes. Foram então excluídas 19 unidades de análise, gerando um total de 193 portões.

Posteriormente iniciou-se a preparação da tabela que deveria ser inserida no *software* ArcGis e gerar a plotagem de pontos. A produção da tabela teve de ser pensada em termos de uma articulação das necessidades desta pesquisa e das possibilidades oferecidas pelo *software* (inserção de dados e seu tratamento, representações gráficas, etc). A quais perguntas o SIG deveria responder? Resolvi partir de todas as categorias do *Livro de Estatística*, isto porque quis incorporar a maior quantidade de dados possível. Mas antes era preciso trabalhar em cima do princípio básico de um *Sistema de Informações Geográficas*: as localizações.

Trabalhar com pontos em um SIG significa dispor os dados em uma tabela. Cada ponto perfaz uma linha, recebendo seus atributos nas colunas. Um ponto diz respeito a uma localização geográfica. Meus pontos caracterizam-se por cada uma das habitações levantadas nesta pesquisa. Assim, três colunas são obrigatórias neste sistema: “Pontos” (sequenciados a partir de 1) e suas coordenadas geográficas “X” (longitude) e “Y” (latitude).

A imagem que serviu de base para o SIG utilizado para este trabalho foi uma *Quickbird*, georeferenciada a partir do sistema de coordenadas UTM (*Universal Transverso de Mercator*). As localizações, expressas nas colunas X e Y, desta forma, deveriam ser postas no mesmo sistema de coordenadas. Mas como achar as coordenadas de cortiços, portões e diversos, sem saber onde estavam situados? A numeração entre 1888 e hoje mudara várias vezes, sem deixar registro de correspondências⁷⁵. Poderia deter-me e indicar, com certa

⁷⁵ Antenor Monteiro (1947: 104-107) fala da pintura ou da colocação de placas para numeração das casas em Rio Grande. Várias discussões, até fins do século XIX, deram-se em torno da ineficácia da numeração, que não abrangia todas as ruas. 1879, 1903 e 1918 (p. 106-107) são datas em que a numeração parece ter incluído todo o universo da cidade. Fiscais estariam encarregados de proceder às incursões, mas não há indicativos do estabelecimento de padrões, fora algumas atas da Câmara com a indicação do sentido das sequências. Estariam os fiscais produzindo a numeração *in situ*, conforme as situações apresentavam-se? O que importa agora é o enorme problema para o estudo da cidade do Rio Grande, que precisa urgentemente de um trabalho hercúleo sobre sua numeração.

precisão, algumas das mais de duzentas habitações levantadas, mas nunca todas. Nem perto disto!

Foi preciso achar uma via alternativa.

Um ponto, uma localização. Estava criado um grande problema, não só pelo desconhecimento da numeração. Como saber se certos cadastros não corresponderiam ao mesmo local, visto aquela pequena confusão já explicitada sobre a classe do prédio e as diferentes maneiras de expressar a numeração (ou a sua falta)?

Privilegiei o número do prédio enquanto localização na malha urbana, um indicativo de segurança (desprezei a classe do prédio). O número do prédio que estava riscado foi compreendido como um possível prédio sem número, o que não seria, necessariamente, uma indicação de vínculo, em termos de numeração, com o cadastro anterior⁷⁶. Adotei a percepção de que cadastros com o mesmo número de prédio possuem localizações iguais. O SIG tem como base a localização geográfica, então uma mesma localização acarretaria em pontos concomitantes e, com isto, ocorreria a visualização de apenas um dos pontos. A melhor alternativa foi juntar cadastros com numeração de prédio igual, formando apenas uma habitação. Não seria um problema tão grande se for levado em conta as concentrações de população que se esperava perceber. Procedi assim duas vezes para a categoria *diversos* e sete para *portão*⁷⁷. Na tabela do SIG estes casos receberam um nome especial na sua descrição, onde foi substituída a nomeação constante no censo por uma atribuída. Realizar estes agrupamentos foi a ação padrão para contornar a falta de clareza do censo. As unidades de análise com um risco no número do prédio foram localizadas tomando como referência o número do cadastro anterior. No caso de uma sequência de cadastros das moradias em estudo com estes riscos, as habitações foram colocadas lado a lado, mas não agrupadas.

Com o número de pontos já fechado, basicamente sempre utilizei o mesmo procedimento para fixa-los na malha urbana. Primeiramente, com o auxílio de uma tabela *Excel*, a totalidade da rua foi colocada em sequência quanto à numeração, dividindo ímpares e pares. Ou seja, produziu-se uma sequência de cada lado da rua, cujo total de unidades de

⁷⁶ Tomei tal resolução em função da publicação de Monteiro (1947). Há nos documentos evocados por ele um tom de necessidade constante de mudança e reafirmação da numeração. Seria possível que, com o passar dos anos, a antiga numeração já fosse caduca ou o arranjo de prédios fosse outro, necessitando da verificação da sequência. Uma casa com um risco em seu número poderia ser uma casa não numerada naquele momento.

⁷⁷ Ocorreu apenas uma exceção, no portão 3, ponto 43, pois havia uma indicação clara no *Livro* de que estes pontos estavam relacionados quanto a seu número. Aí o nome do cadastro (nº de ordem 476) era “(Diversos – portão) – 9 moradias” seguido de nove unidades com os nomes dos habitantes expressos. Nas nove oportunidades, o número do prédio estava riscado.

análise foi quantificado⁷⁸. Da mesma forma, o número de quadras da respectiva rua foi contabilizado, a partir da planta de 1904⁷⁹. O número total de cadastros de cada lado da rua foi dividido pelo número de quadras. Nas ruas que são paralelas ao porto, havia a possibilidade de uma secção dividindo-as nos distritos, proporcionando que a mesma metodologia fosse aplicada em um espaço menor da rua⁸⁰. Em casos raros, que se constituem, principalmente, da rua Pedro II (atual Marechal Floriano) e da Riachuelo, os estudos do projeto *Paisagens e identidades*⁸¹ já haviam gerado, com o cruzamento dos dados do censo e outras fontes, o local exato de algumas unidades, servindo como referenciais.

A proposta de plotagem descrita proporcionou um “efeito puxão” nos pontos, diferentemente da opção por marcá-los equidistantes. O que, de certo, seria mais seguro. A idéia, no entanto, formou-se na expectativa de trazer uma representação visual mais aproximada da distribuição espacial real. O pensamento foi no sentido de burlar situações que poderiam ocorrer. Hipoteticamente: em uma rua situada em um único distrito (ou seja, sem a possibilidade de dividi-la) foi percebida apenas uma ocorrência de uma das categorias de habitação aqui estudadas. O número do prédio é 20. De uma maneira honesta quanto ao meu desconhecimento, a marcação dessa habitação deveria ser bem no meio da extensão da rua. Mas se a rua possui numeração até o 200, logicamente o número 20 estará muito mais próximo do começo da rua do que do meio (ou do fim).

O processo de localização discriminado procurou dar a tendência da localização dos pontos. Entretanto, a representação no mapa é descompromissada, valendo o que convençionei chamar de grau de confiabilidade do ponto, que, em geral, é baixo.

Aconteceram situações em que, havendo um prédio de referência, esta divisão número de cadastros/número de quadras indicou o prédio conhecido na quadra em que ele realmente está. Pode ser uma mera coincidência, mas demonstra que há possibilidade de o método ser promissor. O erro pode ser em termos de uma, no máximo duas, quadras.

⁷⁸ As unidades de análise foram escolhidas em detrimento da numeração, neste momento, em virtude de esta apresentar incoerências, que, por vezes, dificultam saber se se trata do mesmo prédio ou não. Sendo assim, para fins de um balanço geral, posso dizer, um balanço populacional, utilizaram-se os cadastros.

⁷⁹ A planta de 1892, neste caso, não foi utilizada em virtude de não apresentar uma diferenciação entre quarteirões existentes e projetados. Há quarteirões em 1892 que aparecem como projeto na planta posterior (1904). Uma vez que a mais recente mostrou-se mais confiável, apesar da distância temporal, foi onde se baseou a quantificação das quadras.

⁸⁰ Excetua-se a General Osório, que, mesmo paralela ao porto, situa-se apenas no 2º distrito.

⁸¹ O projeto também possui um cadastro de endereços do ano de 1888, retirados do *Echo do Sul*, cuja consulta efetivou-se aqui na esperança de que nomes e números de prédio do censo fossem concomitantes.

Assim, cada rua portadora das habitações em foco foi organizada. Cada uma teve suas especificidades, com as ruas de maiores informações a apresentarem divisões menores. Com ocasionais situações-problema, como: alguns cadastros, não possuindo número do prédio, estavam entre sequências pares e ímpares. Normalmente, esta fato era interpretado como a continuação da sequência em que estava inserido. Ou seja, se acima dele apresentava-se uma relação de números pares, logicamente estes números seriam pares, da mesma forma. Mas as visualizações de mapas (daí incorporando o de 1892), como no caso da cadeia (nº ord. 1287), e a apreciação do contexto interno da rua, mostrou que, na verdade, algumas vezes estes números são o início da sequência seguinte. Fatos mínimos, mas que trariam outra configuração à plotagem dos pontos.

Outro entrave a que cheguei, foi com relação ao sentido da numeração da rua Villeta. Ocorre no *Livro* a indicação de ruas perpendiculares em alguns cadastros, o que confirma o sentido da sequência numérica. Mas em um dos lados da rua Villeta (Atual Napoleão Laureano), uma rua transversal que estaria no início dela, fora citada entre números de prédios muito altos. Isto fez com que me questionasse, neste caso, sobre o sentido que a numeração corria. Para contornar a situação, foi preciso indicar a Villeta como um caso especial dentro da localização dos pontos, onde está definida apenas a rua em que a habitação se encontra.

O procedimento que envolve divisão entre cadastros e quadras para encontrar os cortiços, *diversos* e portões, foi a primeira tentativa realizada para localizar, em larga escala, as unidades do censo. Desta maneira, a realização deste processo, uma exploração mais aprofundada do *Livro* e a construção da tabela que seria inserida no SIG, contando com as demais tabelas auxiliares⁸², foram produções concomitantes e, posso dizer, indissociáveis.

Outra questão que convencionei e que deve ser ressaltada é o local, na quadra, onde os pontos seriam marcados. Resolvi marcar os pontos na borda da quadra, por desconhecimento da extensão que as habitações teriam quarteirão adentro. O que serve de identificação para a localização dos pontos é o número do prédio, que nada mais é do que uma sequência externa.

Explicada a maneira de demarcação dos pontos e a necessidade de junção de outros (gerando um total de 16 cortiços, 169 portões e 15 diversos nas tabelas do SIG), passo agora para a explicação dos atributos que seriam elencados para serem explorados no SIG. Resolvi partir de todas as categorias do *Livro de Estatística*, isto porque quis incorporar a maior

⁸² Me refiro aqui à tabela de tipos, à tabela de Correspondência de pontos e à tabela com todas as ruas para localizar as habitações.

quantidade de dados possível. Pensei não só nas possibilidades interpretativas para este momento, mas também nas pesquisas futuras que podem trazer um aprofundamento de questões aqui tratadas.

A tabela para ser inserida no SIG possui uma peculiaridade no que diz respeito à forma e linguagem do *software*. Por exemplo, diferentemente da tabela do censo (Anexo 4), a tabela para o SIG não aceita a realização de subdivisões. Cada coluna diz respeito a um dado específico. Para esta adequação os dados do *Livro* tiveram de ser “abertos”, produzindo uma multiplicação de colunas (Exemplo: a coluna “Côr”, com suas subdivisões “Branco”, “Pardo”, “Preto” entrecruzadas com M – masculino – e F – feminino - produziu, a princípio seis colunas: “Homens brancos”, “Homens pardos”, “Homens pretos”, “Mulheres brancas”, e assim por diante). As únicas colunas informativas do censo suprimidas da tabela para o SIG foi a “Classe do Prédio⁸³” e a “Alugado”. A primeira foi eliminada pela já informada confusão, a segunda por não agregar dados relevantes.

As colunas “Rua”, “Nº do prédio”, “Nº de Ordem”, “Districto” e “Quarteirão” foram transpostas para uma tabela auxiliar de Correspondência de Pontos (Ver Anexo 6 - digital), cuja função principal é identificar cada ponto da tabela do SIG. Conta-se aí, como na tabela principal, com a “Descrição” do ponto, que nada mais é do que a transposição da coluna “Nome dos Habitantes” do recenseamento. Nesta tabela também há o indicativo dos portões e *diversos* que foram agrupados, recebendo nome especial, na coluna “Renomeados” (Diversos 1, Diversos 2, Portão 1 a Portão 7).

Foi o primeiro tratamento dispensado à tabela do SIG. Com o início da produção dos mapas e o manuseio com o *software*, conhecendo, na prática, suas ações e limitações frente às questões colocadas e à tradução gráfica dos resultados, foi preciso acrescentar novas colunas, sem desfazer as antigas.

A tabela o SIG apresentada aqui (Ver Anexo 7 - digital) é uma versão condensada da tabela original. Aqui estão discriminadas apenas as colunas citadas e utilizadas de alguma forma para este trabalho para a elaboração dos mapas do SIG e produção dos gráficos.

Para fins desta pesquisa, no SIG, não foram utilizadas as informações quantitativas apresentadas pelo censo. Estas tiveram de ser transformada em dados qualitativos (sim e não) ou em expressões quantitativas pré-definidas, na forma de escalas de graduação (no caso, o

⁸³ À título de informação, todas as habitações levantadas aqui, quando possuíam no *Livro* a indicação do número de prédio, este era térreo.

grau de confiabilidade e o índice populacional). Isto ocorreu em virtude do *software* realizar o cruzamento de dados quantitativos e qualitativos de forma ineficaz para esta pesquisa. Uma coluna quantitativa qualquer cruzada com a coluna tipo de habitação, geraria tantas representações gráficas quanto o número de tipos multiplicado pelo número de recorrência dos valores. Para não explicar, uma infinidade de signos e cores estaria representada.

Ainda sobre o SIG e os dados, é importante destacar que se pode realizar no *software* ArcGis apenas três cruzamentos de informações. Apenas três colunas poderiam ser utilizadas de uma vez. Um dos dados estava sempre comprometido, que era o tipo. Não existiam mais critérios a ser verificados nas imagens dos mapas que fossem compostos por apenas duas opções.

Nada como um bom exemplo para elucidar os enunciados feitos acima. A coluna cores, por exemplo: constava de 6 colunas, de sexo e cor, pois foi “aberta” para entrar no SIG. Mas para satisfazer as necessidades deste trabalho, transformou-se em apenas três colunas, onde foi agrupado o número de homens e mulheres de cada cor. Para aparecerem nos mapas de forma qualitativa, ou seja, “nesta residência há brancos”, as três colunas de cores geraram outras três colunas onde se expressava a existência da cor naquele ponto por “sim ou não” (Ver Anexo 7 – digital). No momento de entrecruzar os dados, o tipo, como carro-chefe, possuía seu espaço garantido, deixando abertura para mais duas colunas. O problema é que neste caso eram três cores. O problema é que em todos os casos havia mais de duas classificações de um mesmo tipo de informação. Assim, uma cor, ou uma coluna foi cruzada de cada vez, multiplicando o número de mapas.

Mas, antes dos mapas, vejamos os gráficos.

Os gráficos aqui produzidos dizem respeito basicamente a seis elementos informativos do *Livro*: nacionalidade, estados civis, profissões, cores, alfabetização e religião. Estes foram entendidos como os aspectos essenciais para interpretar a população residente nos três níveis de habitação estudados. Procurou-se a partir daí observar situações e grupos sociais que se vinculam preferencialmente a determinado tipo habitacional. Os tipos foram levados em conta considerando seu universo geral, com observações e comparações entre eles. Análises intra tipo, apesar de viáveis, não são o objetivo desta pesquisa.

Por uma questão de organização, primeiramente serão considerados os cortiços, seguidos de portões e diversos. Uma análise entre habitações virá em seguida. Após esta

definição, serão apreciados os mapas, produzidos a partir das informações populacionais e das espacialidades desenhadas pelas habitações na malha urbana.

Os gráficos utilizados para o manejo dos dados demonstram, sobretudo, porcentagens, onde optei por deixar evidente o percentual juntamente com o número absoluto do dado. A maioria dos gráficos foi representada em forma de *pizza*. Entretanto, aqueles relativos às nacionalidades apresentam os setores das três categorias nacionais (da cidade, de fora e da província) destacados, em virtude de seu total evidenciar o número de brasileiros.

No caso dos quesitos de estados civis e de profissões, para relativizar os números, somei as idades de homens e mulheres de até 10 anos de idade. Um estudo a respeito da infância no século XIX que proporcionasse o uso desta faixa etária de maneira mais contundente seria deveras interessante, mas não foi aqui abordado. A limitação aos 10 anos e a desconsideração da faixa etária “de 10 a 15 anos”, deu-se em virtude de que, neste último período de vida, a contração do casamento – principalmente pelo sexo feminino - e a habilitação para o trabalho são situações bastante comuns.

Iniciando-se pelo cortiços, nos 16 encontrados no recenseamento de 1888, habitam 132 pessoas. Há um equilíbrio entre a população do sexo masculino e feminino com um total de 71 homens (54%) e 61 mulheres (46%).

Como se pode notar no Gráfico 2, desta população geral de moradores de cortiço, o número de solteiros e solteiras excede em muito o número de casados ou viúvos. Há de se levar em conta que, quando se observa a taxa de solteiros, as crianças também estavam contabilizadas. Nos cortiços, ocorreram um total de 7 meninas e 6 meninos até 10 anos, o que continua assegurando a condição de solteiros como a mais expressiva.

O número desproporcional entre casados e casadas é curioso. Em outros cadastros do censo, que não se vinculam aos tipos de habitação estudados, visualiza-se um casal quando o homem está marcado em casado e a mulher em casada. No caso dos cortiços, haveriam 9 homens casados excedentes. Como se verá adiante, a desproporção entre casados e casadas é constante nas habitações em estudo. Poderia ser mais um problema de coleta de dados, quando a pessoa que preencheu a ficha indicou sua condição de casado, quando na verdade estava em situação de mancebia. Ou pode ser que este seja um indicativo de que casais não estavam residindo juntos.

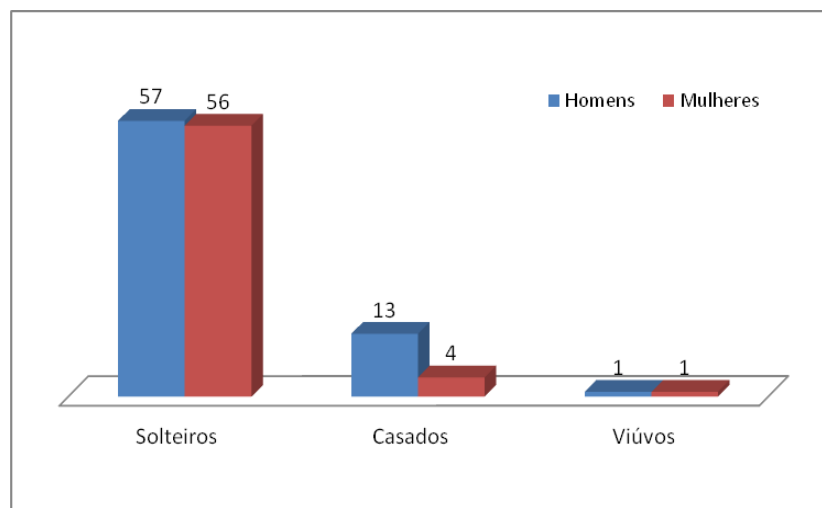


Gráfico 2: Comparativo dos estados civis encontrados no tipo cortiços - Censo de 1888

De forma geral, a população pobre estava familiarizada com uma constante movimentação dentro da cidade (PESAVENTO, 2008). Mas no caso dos cortiços, especificamente, Piccini (1999) os traz como local definido por sua rotatividade. Talvez mais do que uma residência temporária, ali fosse um local de passagem. Onde a população poderia ficar por alguns dias, por preço relativamente baixo, esperando por familiares ou procurando por outra residência. É uma das explicações possíveis para a diferença entre casados e casadas.

Sobre a origem da população dos cortiços, o Gráfico 3 apresenta as nacionalidades. Ali se evidencia a quantidade superior de indivíduos naturais da cidade (cerca de 47%), o que garante a hegemonia de brasileiros, somando cerca de 67% (89 indivíduos), se forem somados os vindos da província (8%) e os de fora (12%). O segundo grupo de maior relevância populacional nos cortiços são os portugueses, contando 19% dos habitantes. Dos estrangeiros à pátria, eles também se destacam, pois apenas um italiano está lotado nestas habitações e “outras nacionalidades” compõem 13% do percentual geral.

As notícias de jornais anteriormente evocadas dão conta de negros e mestiços que estavam morando ou frequentando os cortiços. Aparentemente brasileiros, pelo discurso, é possível fazer uma comparação do percentual de nacionais e os valores para pardos e pretos (Ver Gráfico 4).

O gráfico demonstra um total de 38% de brancos, 28% de pardos e 34% de pretos. Assim, 62% dos moradores dos cortiços eram pardos e pretos, o que bem poderia indicar que os indivíduos destas cores correspondem aos indivíduos nacionais (67% dos habitantes). De

qualquer forma, os números corroboram com a apresentação no que tange a cor da população presente majoritariamente nos cortiços, conforme demonstrou o *Echo do Sul*.

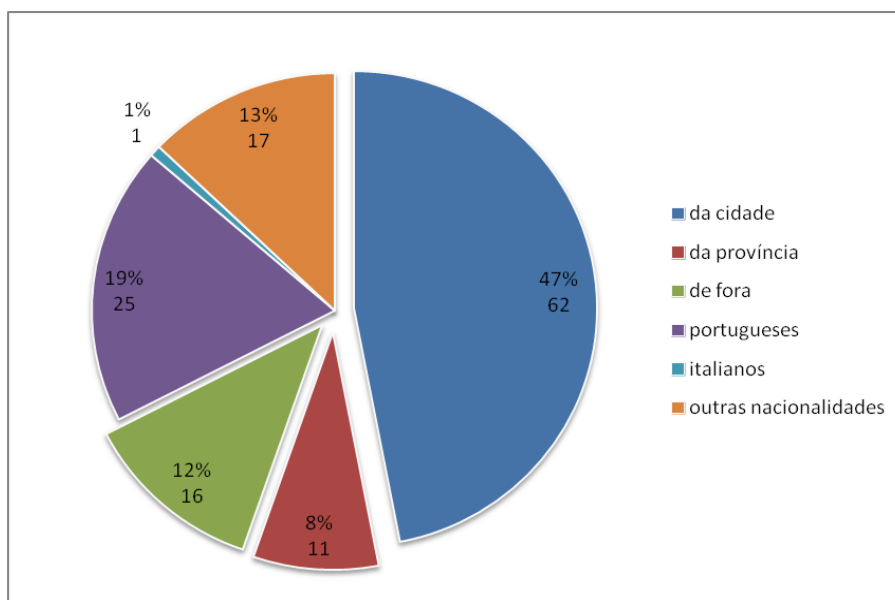


Gráfico 3: Nacionalidades encontradas no tipo cortiços – Censo de 1888

A respeito dos valores encontrados para as religiões dos moradores dos cortiços, das 127 expressões detectadas, todos são católicos.

A alfabetização, conforme o Gráfico 5, e conforme o esperado, era extremamente baixa: apenas ¼ dos habitantes sabiam ler e escrever. A situação segue os padrões da época nos termos de dificuldade de acesso à educação formal, mas também confere com população pobre que residia nos cortiços riograndinos.

Quanto às profissões, o Gráfico 6 evidencia a presença de 3 agricultores (2%), 2 empregados de comércio (1%), 14 operários (11%), 84 trabalhadores de diversas profissões (64%) e 29 indivíduos sem profissão (22%).

As profissões arroladas e os números relacionados a elas não são surpreendentes para moradores de cortiços. Com 64%, as “Diversas Profissões” caracterizam-se como a maior parcela profissional. Os cortiços foram identificados nos jornais como locais preferenciais para batidas policiais no intuito de transformar seus moradores em criados, conforme a regulamentação vigente. Mas mais do que denunciar a presença em potencial de criadagem a ser regularizada, o jornal deixa transparecer a existência de uma população dedicada à lida doméstica. Homens e mulheres que poderiam estar enquadrados em serviços como: *moço de*

*hotel ou casa de pasto e hospedaria, cozinheiro, copeiro, hortelão, cocheiro, lacaio, ama de leite, ama secca, e, em geral, de qualquer serviço doméstico*⁸⁴.

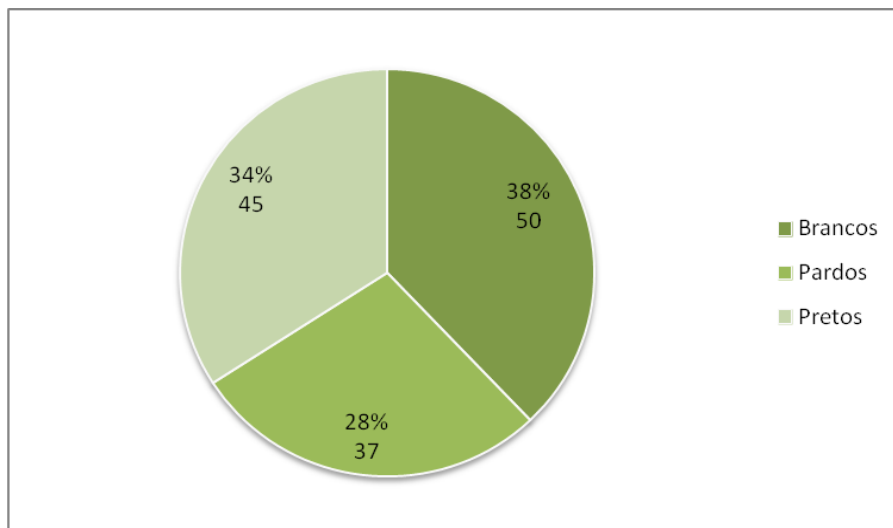


Gráfico 4: Relação das “Cores” encontradas no tipo cortiços – Censo 1888

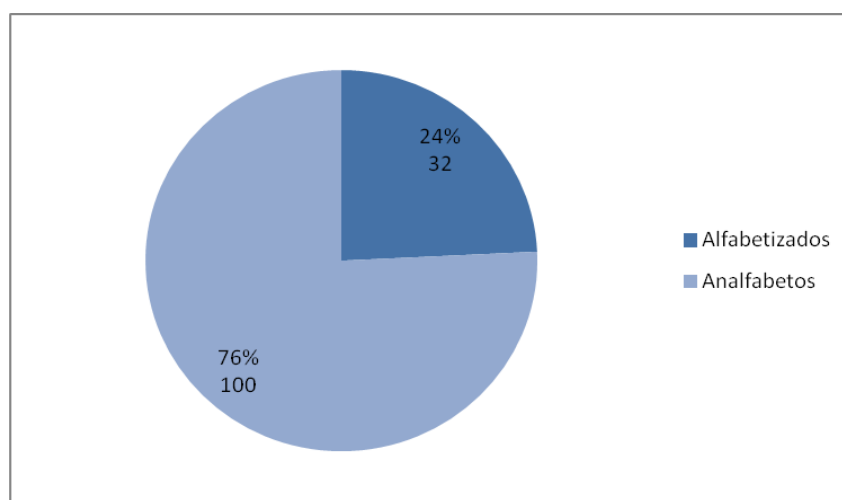


Gráfico 5: Percentual de alfabetização no tipo cortiços – Censo 1888

⁸⁴ Regulamentação de Criados (Art 1º). Echo do Sul, 29 de junho de 1887

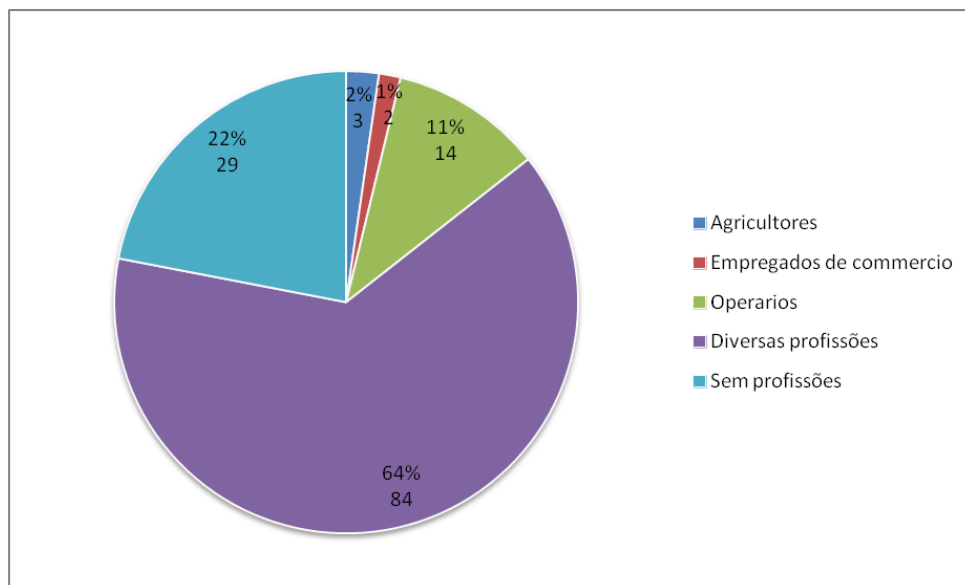


Gráfico 6: Profissões encontradas no tipo cortiços – Censo 1888

Em seguida, na expressividade dos números, destacam-se os indivíduos sem profissão (22%). Aqui se deve novamente levar em conta o número de crianças. Há 13 pessoas, somando-se meninos e meninas, com até 10 anos, o que diminui quase pela metade o total de elementos sem profissão. Pode-se pensar, ainda, na existência de inválidos, idosos, donas de casa e de meninos de meninas, que apesar de contarem mais de 10 anos, não possuíam profissão no momento.

Os operários configuram-se como a terceira categoria de profissões mais relevante, com 11% (14 indivíduos) do total. Pode-se realizar uma extrapolação e pensar na relação entre os operários e a presença de estrangeiros (o italiano e as 17 pessoas advindas de outras nacionalidades), levando-se em consideração as exposições de Bittencourt (2007: 42) sobre o emprego de imigrantes na indústria e comércio.

Das profissões menos representativas, é interessante notar a presença de 3 agricultores. O que estariam fazendo 3 pessoas dedicadas aos trabalhos da terra dentro de uma moradia eminentemente urbana? A única possibilidade tangível parece ser a condição passageira que possuíam os cortiços. Talvez a negócios na cidade, os agricultores poderiam alugar-se nos cortiços. Ou talvez seja apenas uma questão de auto-definição. Fechando as profissões, os empregados de comércio somam 1% dos habitantes.

Apesar de nos primórdios desta pesquisa ser levantada fortemente a hipótese de que os moradores de cortiços estavam vinculados à dinâmica portuária, esta relação, que se acreditou

ser imediata, não foi demonstrada através dos jornais. Entretanto, penso também na desproporção que há entre criados e criadas, levantada por Costa (2009) e os números apresentados no capítulo anterior (Gráfico 1). Havia muito mais mulheres criadas do que homens, mas nos cortiços o número de homens e mulheres é equiparado. Sendo assim, acredito que aquela hipótese de trabalho que colocava os moradores de cortiços vinculados sobretudo à atividades relacionadas ao porto não mostra-se tão contundente. Há a indicação de criados e criadas vinculados a estes locais que, apesar de serem mão de obra básica para a manutenção das atividades econômicas da cidade, não podem ser relacionados diretamente ao porto.

Passando para os portões. Foram encontrados 193 no *Livro de Estatística da População de 1888*, que para efeitos esta pesquisa, somam 169 habitações, em virtude da explicitada necessidade de agregar habitações, possuem 980 residentes. Deste total, 485 (ou 49%) são homens, enquanto 495 (ou 51%) são mulheres.

Divididos por sexo, o Gráfico 7 apresenta os estados civis. Como se pode notar, aqui, o número geral de solteiros é bem marcado, como no caso dos solteiros dos cortiços. Entretanto, as mulheres solteiras excedem os solteiros. Os homens casados (93) são mais numerosos que mulheres casadas (75). Aqui cabem as mesmas considerações realizadas sobre os cortiços: o preenchimento pode não respeitar critérios definidos sobre o casamento, incorporando a mancebia, ou ainda pode estar vinculada a tal rotatividade de locais pobres.

Sobre os indivíduos até 10 anos, as meninas chegam a um total de 97, enquanto os meninos foram contabilizados em 112. Novamente, a variação entre solteiros e casados não se altera de forma comprometedoramente com a retirada daqueles que possuem idade até 10 anos: os solteiros ainda são esmagadora maioria, com a dominância de mulheres neste quesito.

As nacionalidades presentes nos portões (Gráfico 8) dão conta de toda a pluralidade de opções encontradas no *Livro*. Os brasileiros da cidade são a maioria da população, com mais de 50% do total. Somando-se os primeiros com os naturais da província e com os de fora, chega-se a um percentual de 73% de brasileiros residindo nos portões. Em outras palavras, quase $\frac{3}{4}$ da população dos portões tem origem nacional.

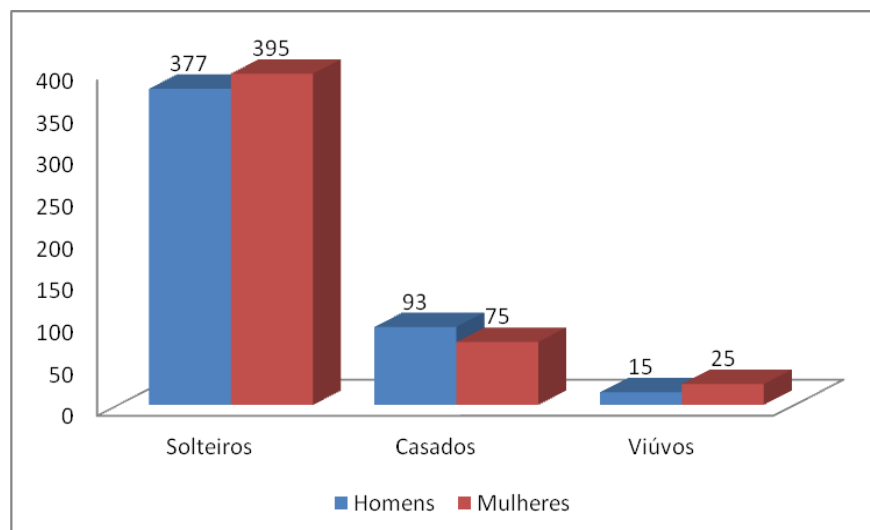


Gráfico 7: Comparativo dos estados civis encontrados no tipo portões - Censo de 1888

Outras nacionalidades somam 14% dos habitantes, perfazendo a segunda divisão mais numerosa quanto à origem. Os portugueses somam 11% e são seguidos de italianos, com 2% (14 indivíduos), e alemães (3) e franceses e ingleses (4), que não chegam a qualificar 1% do total.

O Gráfico 9 apresenta as três cores demarcadas no censo, com preponderância de brancos, com percentual de 42% (405 indivíduos), seguidos dos pretos, com 32% e 314 indivíduos, e dos pardos (26% e 255 indivíduos). A população parda somada à preta demonstra um total de 58% da população geral dos portões. Fazendo a mesma consideração realizada para os cortiços, esta população *de cor*, pode ser facilmente relacionada à porcentagem de brasileiros expressa nas nacionalidades (73%).

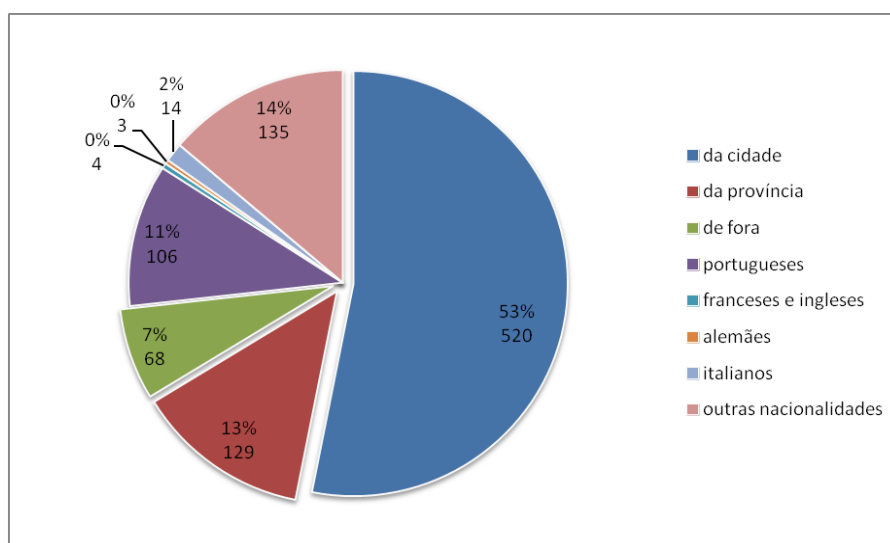


Gráfico 8: Nacionalidades encontradas no tipo portões – Censo de 1888

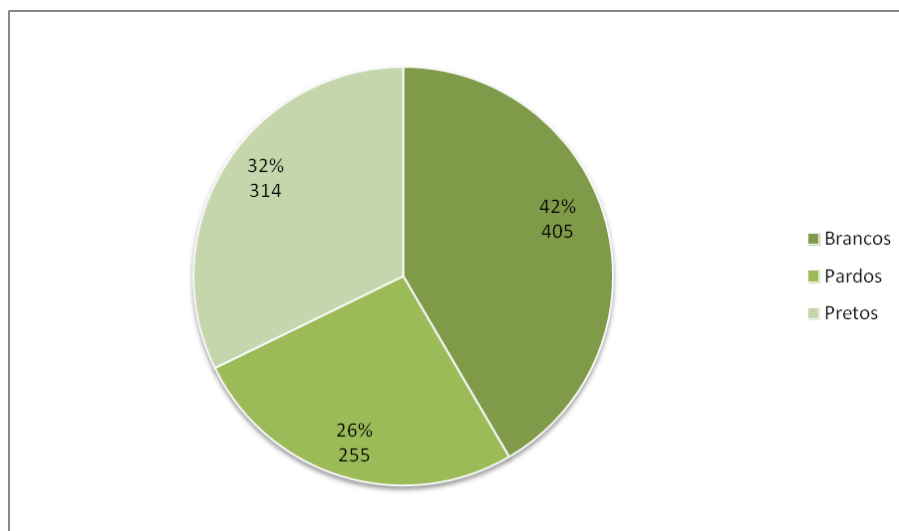


Gráfico 9: Relação das “Cores” encontradas no tipo portões – Censo 1888

Quanto à religião, o Gráfico 10 apresenta a grande maioria, com 99% do total, constituindo-se de católicos. Aqui aparecem ainda 6 indivíduos protestantes, representando 1%, e 1 de outras religiões, o que não chega a perfazer 1%. Pode-se vincular os moradores declarados como protestantes aos estrangeiros presentes nos portões: principalmente alemães e ingleses, aqui representados juntamente com os franceses.

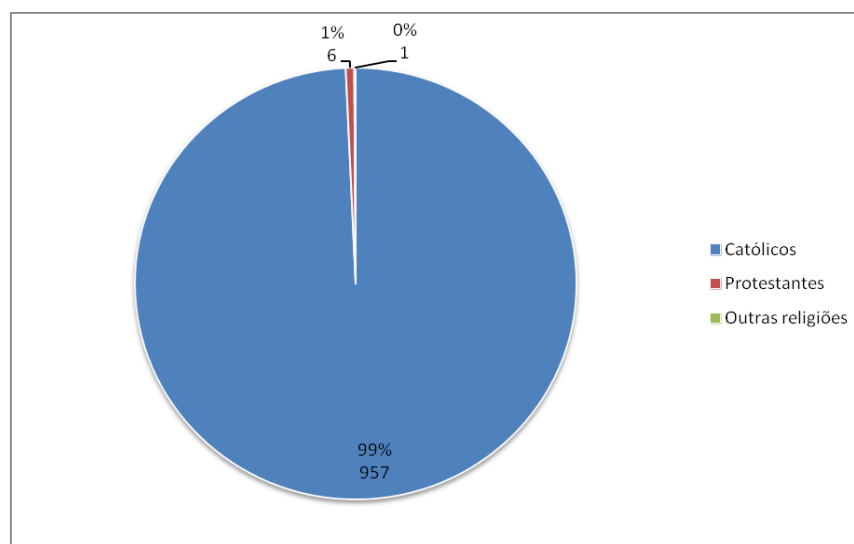


Gráfico 10: Religiões encontradas no tipo portões – censo 1888

O percentual de analfabetismo está expresso no Gráfico 11. Ali é possível perceber que pouco mais de ¼ dos habitantes dos portões sabiam ler e escrever. Este demonstrativo aponta para a pobreza e baixo nível de instrução da população desta habitação, mas também está conforme os padrões de época de acesso ao ensino.

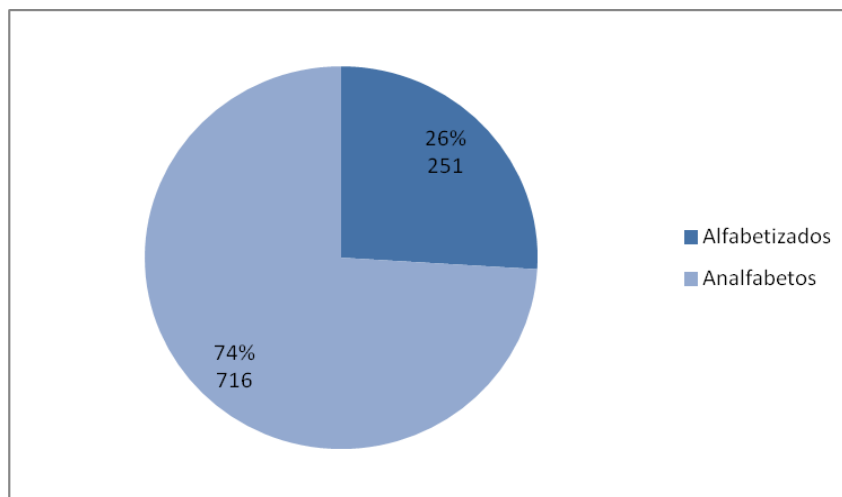


Gráfico 11: Percentual de alfabetização no tipo portões – Censo 1888

Apresenta-se no Gráfico 12 as profissões concernentes aos portões. Contabiliza-se 1 indivíduo para agricultores e empregados de comércio e 4 empregados públicos como profissões de menor expressividade. Com números mais relevantes destaca-se os operários, com 51 indicações (5%) e as diversas profissões, que ocupam 47% do total da população. 47% também é a porcentagem de pessoas sem profissão.

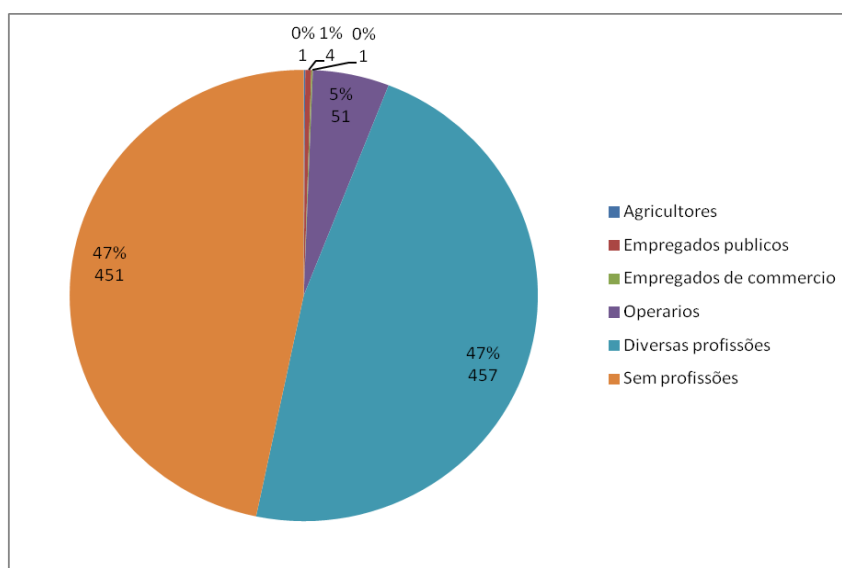


Gráfico 12: Profissões encontradas no tipo portões – Censo 1888

Sobre o número de operários, pode-se fazer a mesma ponderação a respeito dos cortiços: eles podem estar relacionados à população advinda da Europa, que encontrou espaço de trabalho na indústria local. Diferentemente dos cortiços, sobre os portões não há nenhuma indicação em fontes primárias. Desta forma, sugerir quais profissões estariam abarcadas pelas “diversas profissões” torna-se, no mínimo, complicado. Entretanto, tratando os portões como local de habitação de pessoas de baixa renda, imagina-se que seus habitantes fossem utilizados como mão-de-obra básica para a manutenção das atividades da cidade. Incorporo aqui as atividades arroladas no Art 1º na *Regulamentação de Criados*.

O número de pessoas sem profissões merece ser destacado. 47% do total, ou 451 pessoas, é um número bastante expressivo. No entanto, se forem descontadas as crianças de até 10 anos (209 indivíduos), chega-se a um total de 26% de pessoas não enquadradas nas profissões descritas.

Já os *diversos*, contabilizando 15 habitações, conforme os agrupamentos necessários para este trabalho (anteriormente contando com 18 cadastros), possuem uma população de 170 pessoas, das quais 99 são homens (58%) e 71 são mulheres (42%).

Conforme é possível notar no Gráfico 13, os solteiros somam a maior parte dos habitantes, com destaque para o sexo masculino. Sobre a população com até 10 anos, para diversos há 15 meninas e 10 meninos, o que, apesar de diminuir os números de solteiros, ainda guarda a proporção de superioridade. Quanto aos casados, os homens são mais numerosos do que as mulheres. Os motivos que levam tal disparidade já foram levantados quando da análise dos demais tipos de habitação.

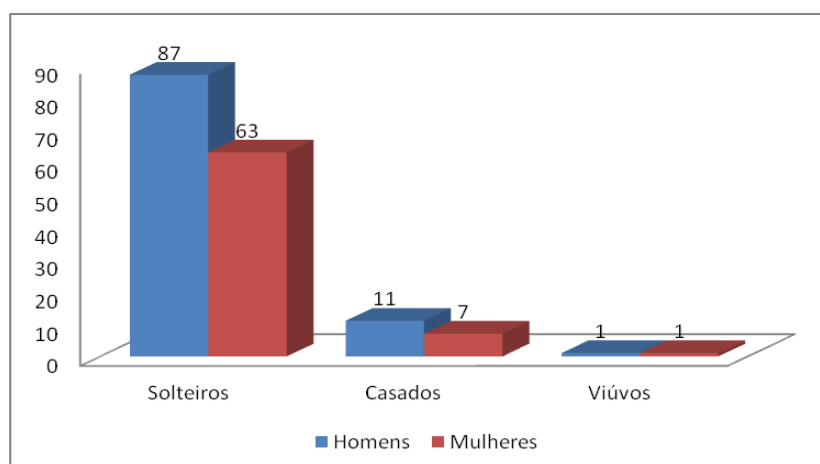


Gráfico 13: Comparativo dos estados civis encontrados no tipo *diversos* - Censo de 1888

Os *diversos* possuem representação de todas as nacionalidades indicadas no censo, como pode ser observado no Gráfico 14. O número mais expressivo continua sendo o de brasileiros, com 43% da cidade, 12% da província e 8% de fora, somando 63% da população geral deste tipo de habitação.

Indivíduos advindos de outras nacionalidades, totalizando 15%, suplantam portugueses, que perfazem 12% a partir de suas 20 aparições nesta categoria. Ainda visualiza-se mais 11 indivíduos alemães (6%), 3 italianos (2%) e 3 de origem francesa e inglesa (2%).

Sobre as cores (Gráfico 15) foram registrados no censo 80 brancos (47%), 58 pardos (34%) e 31 pretos (19%). Procedendo a já utilizada soma de pardos e pretos, a população de *cor* chega a 53% e pode ser novamente relacionada aos valores correspondentes aos indivíduos nacionais.

Quanto à religião, como apresentado no Gráfico 16, os moradores dos *diversos* eram, sobretudo, católicos (88%), como nos demais casos em estudo. Mas é curiosa a representatividade dos protestantes, que somam quase 20%, com 31 indicações. Outras religiões possuem um total de 2 registros. Pode-se relacionar o índice expressivo de protestantes com o número de alemães, ingleses e franceses e indivíduos de outras nacionalidades presentes para *diversos*.

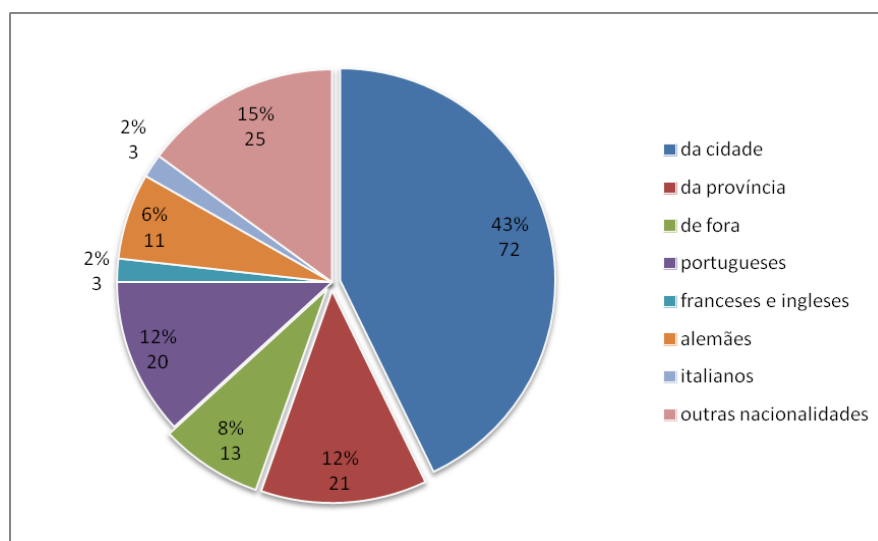


Gráfico 14: Nacionalidades encontradas nos *diversos* – Censo de 1888

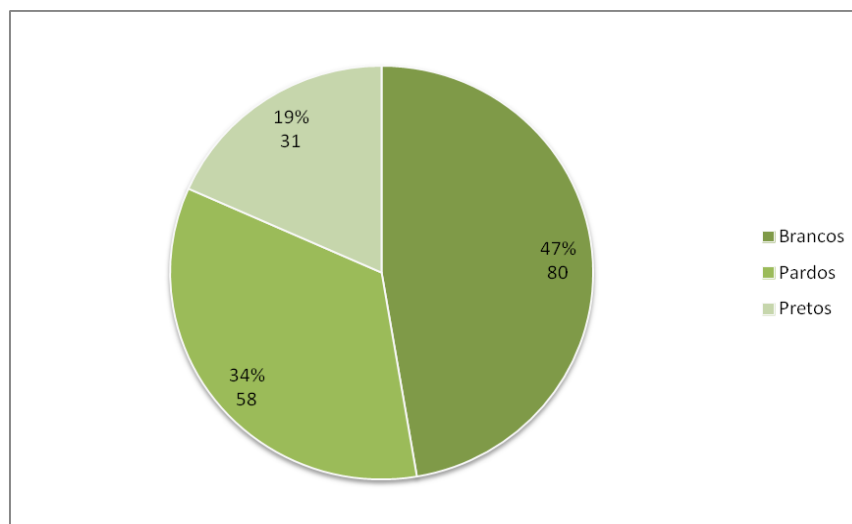


Gráfico 15: Relação das “Cores” encontradas no tipo *diversos* – Censo 1888

Os habitantes dos *diversos* possuem um índice de alfabetizados que ultrapassa $\frac{1}{4}$ da população, produzindo uma porcentagem de 33%. Os analfabetos, como esperado, possuem maior número, com 114 registros e 67% do total (Ver Gráfico 17).

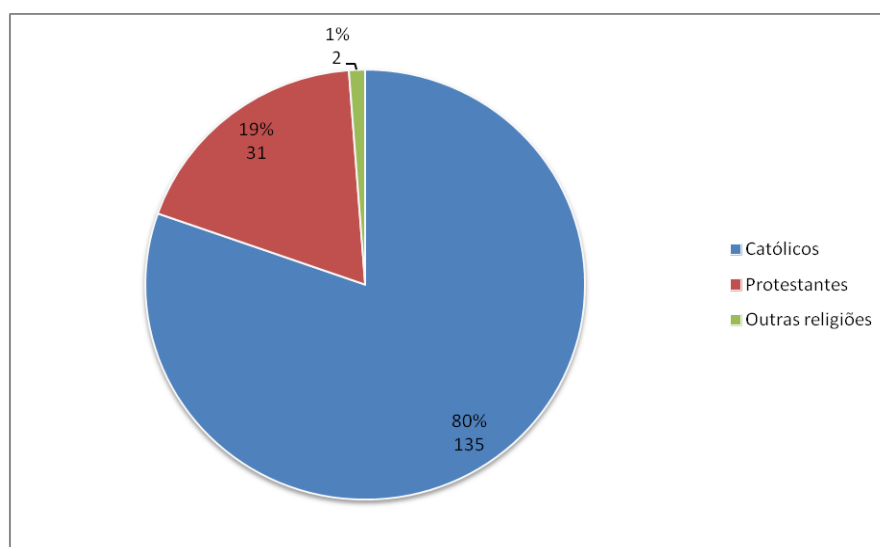


Gráfico 16: Religiões encontradas no tipo *diversos* – censo 1888

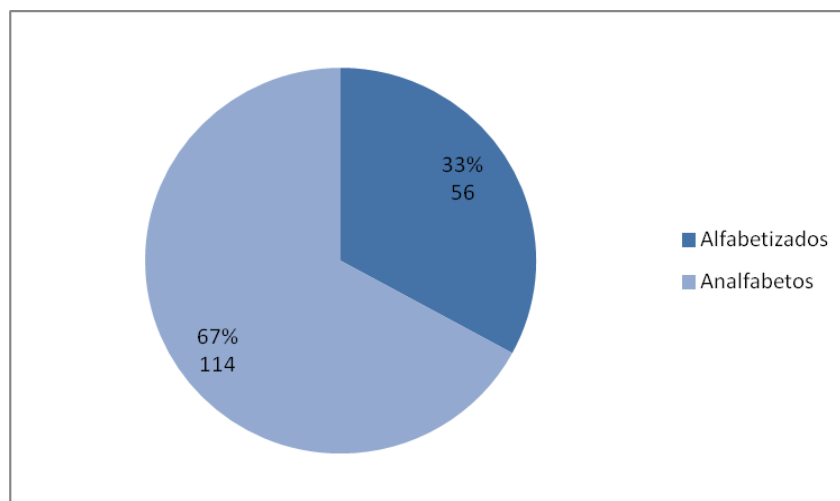


Gráfico 17: Percentual de alfabetização no tipo *diversos* – Censo 1888

As profissões dos *diversos*, demonstradas no Gráfico 18, apresentam 1 empregado público (1%), 12 empregados de comércio (7%) e 8 operários (5%). Diversas profissões, como a tendência mostra, é a parcela profissional com maior contingente (82 pessoas), somando 48%. Os indivíduos sem profissão chegaram aos 67, com 39% do total. Retirando o número de crianças até 10 anos dos sem profissões (25 indivíduos), chega-se a uma nova contagem de 24% de não-trabalhadores.

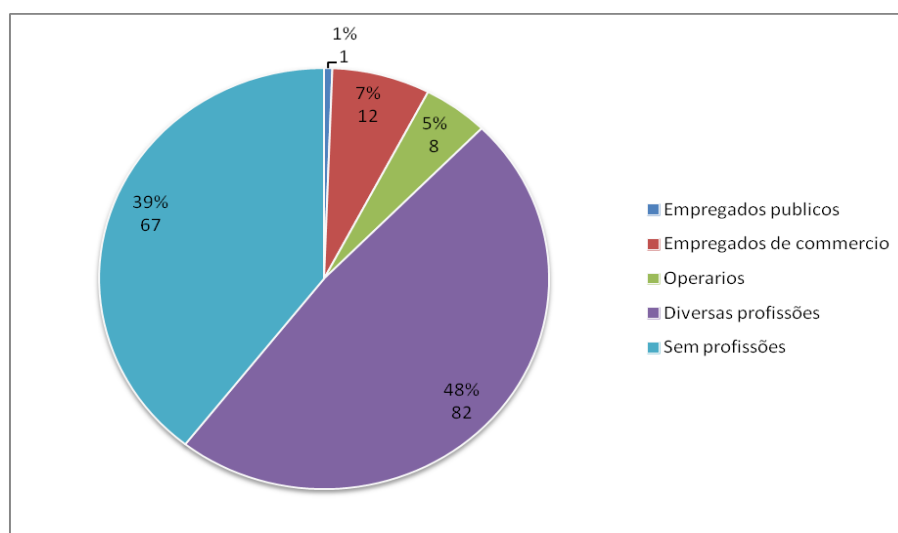


Gráfico 18: Profissões encontradas no tipo *diversos* – Censo 1888

O número representativo de empregados de comércio, frente à população geral dos *diversos*, deve ser notado. Este tipo de empregado pode estar ligado às casas comerciais da cidade, entendidas como componentes do trato portuário. Lotados dentro dos

estabelecimentos comerciais, aqui possivelmente não estavam contemplados estivadores, ajudantes, carregadores, etc. Estes deviam estar vinculados às diversas profissões, que, como sempre, possui a maior representação frente ao restante. Considera-se nas diversas profissões, da mesma forma, os demais exemplos de trabalhadores já citados para cortiços e portões.

Com o demonstrativo das principais informações sobre os moradores dos cortiços, portões e *diversos*, algumas confrontações, em termos dos percentuais de seus qualificativos, já foram realizadas para fins de estabelecer uma base comparativa aos dados. A partir de agora serão retomados os elementos anteriormente analisados, mas com intuito principal de coteja-los.

Como primeira via de comparação, o Gráfico 19 apresenta o percentual e o número de cada tipo de habitação, conforme os valores que ficaram estabelecidos para a produção do SIG. Os portões dominam o gráfico, com 84% do total (169 habitações). Cortiços e *diversos* equiparam-se no arredondamento da porcentagem, com os primeiros chegando a 16 habitações e os segundos a 15.

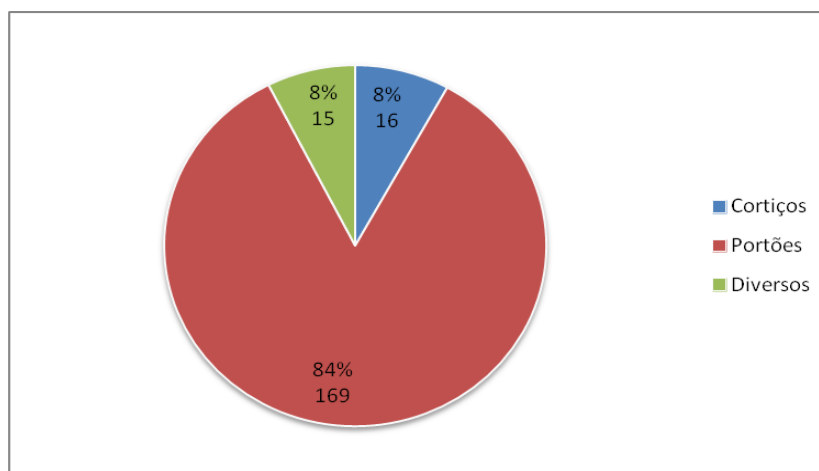


Gráfico 19: Número de cortiços, portões e *diversos* dispostos no SIG

Sobre as populações, observa-se no Gráfico 20 que os portões também apresentam maior número, com 980 pessoas (77%), seguido de *diversos*, com 170 (13%), e cortiços, com 132 (10%).

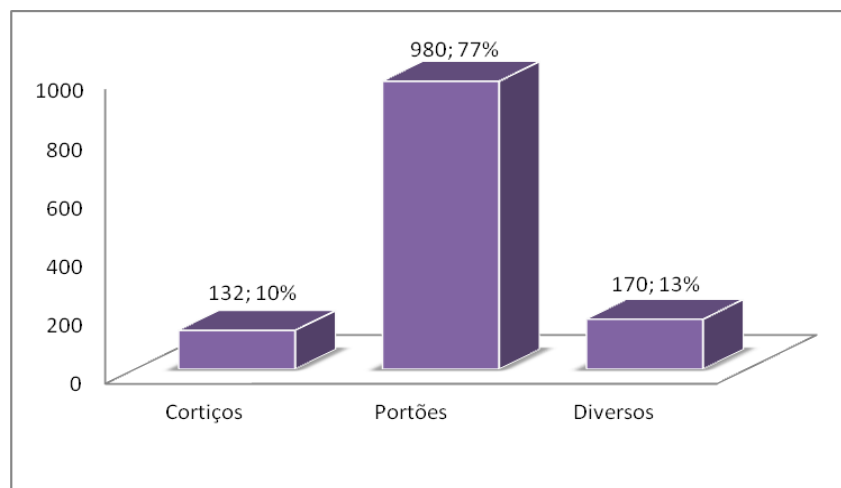


Gráfico 20: Comparativo de populações dos cortiços, portões e *diversos* – Censo 1888

Mas, apesar de portões possuírem a maior população e o maior número de residências, quando efetivada a relação habitação por morador, percebe-se que a concentração populacional é maior nos outros tipos (Ver Gráfico 21). A maior concentração populacional estaria nos *diversos*, com 11,34 pessoas por habitação, seguido dos cortiços, com 8,25 pessoas/moradia. Portões possui 5,8 indivíduos em cada habitação. Para chegar a esta média, foi utilizada a soma populacional de cada tipo de moradia dividido pela incidência de habitações, conforme número estabelecido para o *SIG*⁸⁵.

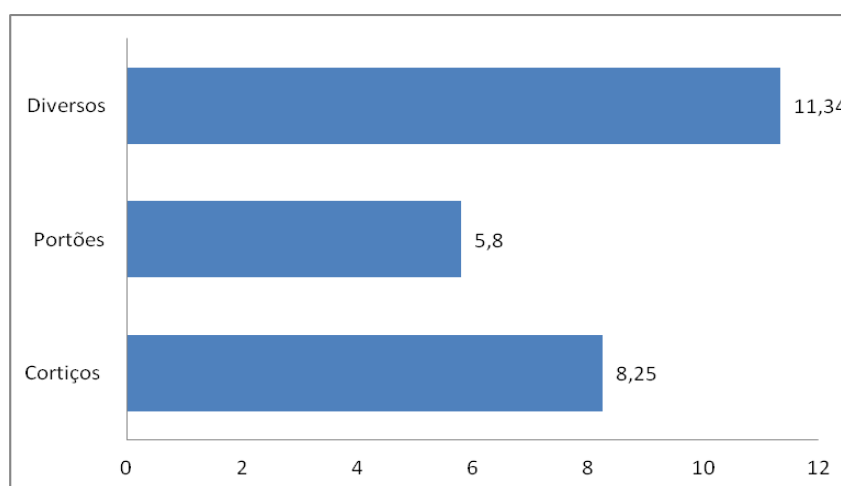


Gráfico 21: Média da população de cortiços, portões e *diversos*

⁸⁵ Para que não restem dúvidas sobre os *diversos* possuírem maior concentração e os portões a menor, resolvi realizar a média a partir do número de habitações levantado no *Livro* (193 portões e 18 *diversos*): a média populacional de portões fecha em 5,08 pessoas e a dos *diversos* em cai para 9,44. Apesar da diminuição nos dois casos, a relação em termos de concentração de moradores continua a mesma com os *diversos* congregando o maior número de pessoas.

Com relação aos valores apresentados para o número de homens e mulheres nas habitações, há um equilíbrio de sexo nos portões, com apenas 2% de diferenças, enquanto a maior diferença está nos *diversos*, onde há uma distinção de 16%.

Sobre os estados civis, a condição de solteiro domina quaisquer das habitações. Esta é uma tendência que as moradias em estudos seguem conforme o padrão encontrado para a cidade e o município de Rio Grande (Ver anexo 4). Consultando o mesmo anexo, há outra informação que os cortiços, portões e *diversos* também seguem a tendência geral, como o número mais elevado de homens casados do que de mulheres casadas. Isto, conforme já discutido, pode dar-se em decorrência da falta de precisão no recolhimento dos dados: um casal possuía um dos cônjuges respondendo a seu estado civil como solteiro(a) e outro como casado(a).

Pesavento (2008), explorando o mundo marginalizado de Porto Alegre, fala da condição irregular de casais, vivendo em situação de amasia. Nos seus relatos, baseados em jornais, inventários e processos judiciais, a autora apresenta situações em que uma mesma pessoa é descrita em vários momentos de sua vida ora amaseada, ora como casada, ora com outro companheiro(a).

Com a disparidade entre o número de casados há também que se pensar que casais não moravam juntos, como relatado várias vezes por Pesavento (2008). As condições de vida, com trabalho e moradia afastados, impunha um distanciamento entre os cônjuges. Esta situação pode ser facilmente explicada em Rio Grande, principalmente por seu porto: os homens chegam primeiro à cidade para estabelecerem-se, em seguida trazendo sua família.

Todas as explicações trazidas são viáveis e talvez todas tenham acontecido em certa medida.

Quanto às nacionalidades encontradas nos três tipos, a maior pluralidade está nos portões e diversos, onde estão representadas todas as origens destacadas pelo *Livro*. Franceses e ingleses, da mesma forma que alemães, não são encontrados nos cortiços. A maior porcentagem de brasileiros está descrita nos portões, somando quase $\frac{3}{4}$ de elementos nacionais. Há mais portugueses proporcionalmente nos cortiços. Franceses e ingleses, assim como italianos, não são muito expressivos em termos percentuais em nenhuma das habitações, chegando a até 2%. Alemães são apenas mais relevantes em *diversos*. As outras nacionalidades possuem percentuais entre 13 e 15% nas origens das três categorias

habitacionais. Deve-se notar, entretanto, que os *diversos* possuem proporcionalmente maior índice de estrangeiros.

Nas cores, todos os três tipos apresentam os brancos como cor majoritária. O equilíbrio maior entre cores está nos cortiços. É onde há maior concentração de pretos e pardos. Cortiços e portões possuem mais pretos do que pardos, em suas proporções. A maior incidência de brancos encontra-se nos *diversos*. Os números encontrados para a cidade também apontam uma maioria branca, como pode ser observado no Gráfico 22. Entretanto, observando a representação gráfica da proporção, nota-se que o desenho fica bem diferente dos gráficos de cores das habitações em estudo. Ou seja, dentro do espaço urbano em que estão inseridas, as três categorias de habitações são locais marcados pela presença negra e parda. Possuem *cor definida*.

Quanto a religião, nos cortiços todos os habitantes são católicos. Nos portões e *diversos* são maioria, mas ainda há o registro de indivíduos não-católicos (protestantes e de outras religiões). Não há registrado em nenhuma habitação a presença de israelitas. Os protestantes podem ser ligados a indivíduos advindos da Europa, como alemães e ingleses, onde em seus países de origem a religião protestantes é predominante. Assim, deve-se notar a presença de quase 20% de protestantes nos *diversos*.

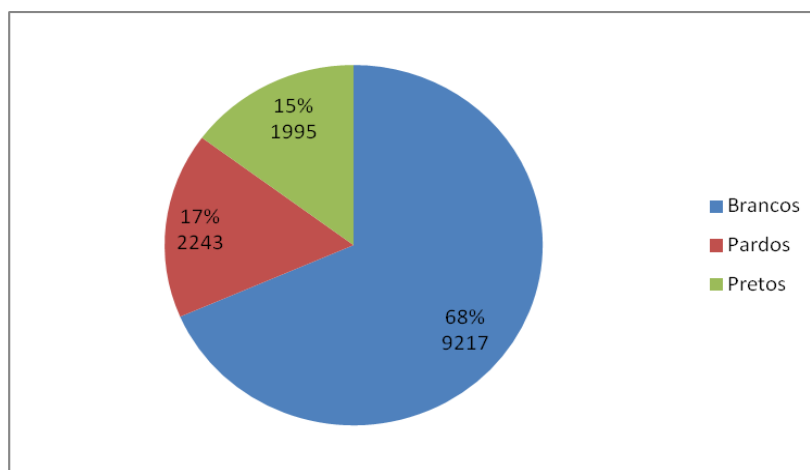


Gráfico 22: Contabilidade geral de cores para a Cidade – Censo 1888

Sobre a alfabetização, os percentuais expostos demonstram que os cortiços possuem maior índice de analfabetismo, enquanto os *diversos*, o de alfabetizados. Todos os gráficos apresentados diferenciam-se das porcentagens encontradas para a cidade, que possui 53% de

alfabetizados. Na melhor das hipóteses, se assemelham aos dados do município, que possui 44% de alfabetizados.

Lembrando a posição do *Echo do Sul*, ao publicar um resumo da estatística, de justificativa frente ao alto grau de analfabetismo do município: *Sob o ponto de vista da instrução não é positivamente lisonjeiro o estado da população cidadã*⁸⁶. O índice de alfabetização nas habitações estudadas é realmente baixo, portanto. Não é *positivamente lisonjeiro*, de maneira alguma.

De qualquer forma, demonstra-se, então, que definitivamente os cortiços, *diversos* e portões são compostos em sua maioria de pessoas sem acesso, ou com pouco acesso, às condições de vida consideradas como dignas para seus contemporâneos. Para piorar ainda mais a situação, pode-se considerar a hipótese de que o grau de instrução obtido para as três categorias de habitações ocorra em virtude do número de estrangeiros que lá residiam. Viriam de suas pátrias já alfabetizados.

No que tange às profissões, nenhuma das habitações em estudo apresenta a demarcação de todo o rol de atividades definidas pelo censo. Os cortiços apresentam o menor leque de profissões. No entanto, das profissões conferidas aqui, há o aparecimento da mesma profissão em pelo menos dois dos três tipos. Algumas ocupações são menos expressivas que outras. É o caso de agricultores, em cortiços e portões; empregados públicos nos *diversos* e portões e empregados de comércio nos cortiços e portões. Já aquelas profissões que figuram significativamente, pode-se citar empregados de comércio, em *diversos*, e operários nas três habitações, mas principalmente em cortiços.

Diversas profissões é a categoria ocupacional mais abundante em termos percentuais em todos os tipos. Todavia, elas são mais destacadas nos cortiços, chegando a mais de 60% do total. Pode-se pensar que a diferença de percentuais (para portões 47% e para *diversos* 48%), esteja relacionada às outras profissões possuírem um espaço maior em portões e diversos, comparativamente. Mas a diferença, na verdade, está nos elementos sem profissão.

Os cortiços são o tipo de moradia com menor grau de sem profissões (somando 22%). Portões contam com 47% sem profissões e *diversos*, com 39%. Mesmo se forem retirados os números de crianças até 10 anos, as proporções de sem profissões entre as habitações se mantém (cortiços 12%, portões 26% e *diversos* 24%). Portanto, os cortiços demonstram-se

⁸⁶ Echo do Sul – Quarta-feira, 18 de julho de 1888

como o tipo com menor espaço para indivíduos sem profissão, o que pode indicar uma necessidade mais contundente em ingressar no universo do trabalho.

A somatória de meninos e meninas até 10 anos, como uma forma de relativizar os dados, acabou produzindo um dado em si. O Gráfico 23 demonstra a quantidade de crianças em cada tipo, com os percentuais relativos à população dos tipos. Como se pode notar, há uma incidência maior de crianças nos portões. Pensa-se assim, em uma taxa de natalidade maior da população dos portões.

Esta expressão relevante de crianças, traz outra possibilidade para a quantidade expressiva de sem profissões nos portões: as mulheres poderiam estar trabalhando em casa, conforme os valores da família e o papel da mulher identificados com os valores da época. Tal situação poderia ocorrer da mesma forma para *diversos*, mas para portões essa proposição parece mais contundente.

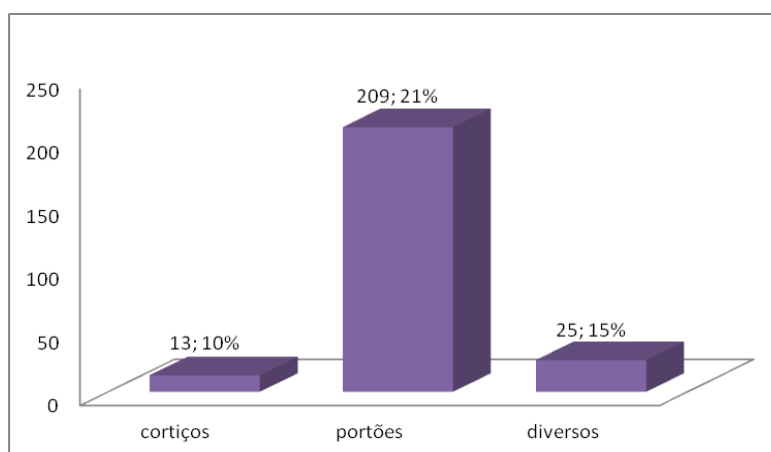


Gráfico 23: Crianças de até 10 anos em cortiços, portões e *diversos* – Censo 1888

Apenas nos portões existe identificação de filiação. São 27 cadastros, totalizando 22 pontos do tipo portões, conforme os dados inseridos no SIG, possuidores das colunas filhos e/ou filhas. Destas 27 unidades de análise, apenas uma não possui especificado o nome do responsável pela habitação. A presença de filhos e filhas demarcados nos portões traz visibilidade à habitação como um domicílio (família com pai, mãe, filhos, agregados)⁸⁷. Já

⁸⁷ Segundo Tocchetto (2010: 19), o domicílio, para efeitos de fins do século XIX se sobrepõe à família. Há ali elementos da família nuclear, somados a agregados e parentes próximos, contando também com escravos, o que não se aplica visivelmente aqui. Assim, existiam pessoas que conviviam no mesmo espaço doméstico com tipos de laços diferentes. De qualquer forma, o domicílio, mesmo que não abranja apesar a família nuclear corresponde a uma habitação particular, não coletiva.

nos cortiços e *diversos*, não há a presença de filhos e filhas, apesar do demonstrado número de crianças.

Obviamente, os meninos e meninas identificados em cortiços e *diversos* não nasceram de chocadeiras. São filhos e filhas dos moradores destas habitações, mas, ainda assim, não foram demarcados na sua posição dentro da família. Isto demonstra novamente o caráter homogeneizante com que os cortiços e *diversos* foram registrados.

Sobre esta homogeneidade, e desprezo de conferir maiores informações aos moradores, há a própria questão da nomeação dos habitantes. Há a declaração de um nome relativo a *diversos*, no ponto 185: (*Diversos*) F. Rasteiro H^a. Esta indicação de H^a foi encontrada muitas vezes nas pesquisas de documentos de Rio Grande de século XIX e é interpretada como a abreviação de *herança*. Logicamente, a herança não se refere aos habitantes da moradia, mas ao imóvel. Assim, tomo que os *diversos* não possuem indicação de nome de algum de seus habitantes. Da mesma forma se dá com os cortiços. Dos 16 cadastros, apenas 1 (ponto 14) possui a indicação de um nome, o que não garante que se refira a um habitante, senão ao dono da habitação.

Já nos portões a identificação do morador é recorrente. Há o nome do habitante e a indicação “portão” em 146 dos 193 cadastros incorporados para realização do SIG (Ver Anexo 6 - digital). Sendo assim, como se pode ver, a maioria dos portões não está envolta no anonimato que os cortiços e *diversos* acabam caindo.

Outro aspecto único dos portões são os criados. Há 2 cadastros que os possuem (pontos 18 e 42): um deles com um criado e outro com um criado e uma criada. Não se demonstrou a presença de criados em cortiços ou *diversos*.

Como se pode notar, os portões parecem ter situações peculiares dentro das três habitações, que são sabidamente destinadas à população pobre. Possuem uma concentração de pessoas menor por habitação, com os nomes de seus moradores declarados. Mesmo em número diminuto, seus filhos e filhas são expressos. Ainda há duas destas moradias que possuem criados.

Desta forma, portões são uma espécie de habitação popular, não só pelo dado obtido em Copstein (1982), mas pelos gráficos de seus moradores expostos acima, principalmente alfabetização, profissões, cores. Entretanto, portões parecem se distanciar de cortiços e *diversos*. A questão da menor incidência de pessoas por habitação e das apresentações dos filhos nos portões podem querer indicar a existência de uma família nuclear, coisa que não é

visível nos outros dois tipos, seja pelo índice habitante/habitação, seja pela falta de definição entre membros da família. Nota-se, assim, nos portões uma possibilidade de identificação com os valores constituídos na época de família nuclear e separação entre público e privado, como discutido por Lima (1999), expressos na demarcação do nome do habitante.

Assim, o entendimento de que os indivíduos sem profissão dos portões poderiam estar relacionados com mulheres e sua relação de donas do lar não parece uma suposição disparatada. Os homens poderiam proporcionar esta situação. Coisa que parece inviável nos cortiços. Já para *diversos*, apesar do alto grau de sem profissões (24%, retirando as crianças), não há elementos que sustentem essa afirmativa, a despeito de ela ser uma proposta possível.

Apesar de os portões serem uma conhecida habitação popular, são os cortiços que aparecem referidos no jornal como fonte de misérias física e moral. Os moradores dos portões são dignos de serem mencionados no recenseamento, mesmo que com o demarcador “portão”. Há, certamente, uma necessidade de diferenciá-los, de marcá-los com a identificação de um local para pobres. Mas, certamente, não são referidos como epicentros degradantes. Pode ser que nos portões habitassem as pessoas de bem, pobres, é certo, mas trabalhadores.

Definidos e comparados em termos de seus moradores, as três habitações em foco serão, a seguir, apresentadas segundo sua distribuição espacial na malha urbana riograndina. Com isto, outras observações são possíveis, como a configuração espacial específica tomada por cada tipo e a concentração de elementos observáveis em seus residentes.

Finalizando a última parte deste trabalho, serão apresentados os mapas produzidos através do *Sistema de Informações Geográficas*, são fruto da tabela elaborada para ser inserida no *software*. Cada linha diz respeito a uma das habitações estudadas em particular. As colunas, que se constituem dos dados relativos a cada ponto, são compostas, sobretudo, das informações contidas no censo (Anexo 7 - digital). Outras colunas foram inseridas conforme a necessidade e possibilidades do programa.

O mapa de interesse principal para esta pesquisa diz respeito às localizações dos cortiços, portões e *diversos* (Ver anexo 9). Mas antes de entrar em apreciações a respeito dele, precisa-se apresentar outro mapa, aquele que demonstra o grau de confiabilidade da localização dos pontos.

O grau de confiabilidade está diretamente relacionado à metodologia de plotagem dos pontos anteriormente descrita. Cada rua teve o seu número de quadras dividido pelo número de cadastros, proporcionando o número de cadastros dispersos na quadra. Na possibilidade de

secções pela existência de locais de referência, este procedimento foi utilizado quanto a um espaço mais reduzido. Estes locais de referência dizem respeito tanto a endereços conhecidos quanto a divisão dos distritos, que se constitui da rua Zalonga. Assim, criou-se 4 graus de confiabilidade, descrevendo o espaço de flutuação onde o ponto encontra-se: grau 1, na rua; grau 2, no distrito/na secção; grau 3, na quadra; grau 4, no local preciso. A inserção de um grau “0,5” deu-se em função do caso da rua Vileta, onde ocorreu uma confusão a respeito do sentido em que os números do lado ímpar corriam. A criação de um novo grau com a numeração quebrada quer indicar a excepcionalidade ocorrida em tal situação, onde não foi possível aplicar o procedimento de divisão cadastros/quadras de maneira confiável.

O mapa do *Grau de Confiabilidade das Localizações dos Cortiços, Diversos e Portões – Censo de 1888* (Anexo 8) apresenta em sua legenda 4 graus definidos anteriormente, separados pelos tipos de habitações. Como se pode notar, a maior aparição é do grau 2. Isto se explica pela quantidade de ruas paralelas ao porto que possuem as habitações estudadas. Ruas que recebem o corte transversal do distrito. Como segunda maior representação, está o grau de confiabilidade 1, nas ruas onde não havia nenhuma referência para divisões. O grau 3 dá-se em poucos pontos, normalmente em ruas próximas ao porto, onde há maiores informações. Também foi utilizado grau 3 em situações em que a habitação possuía o número de prédio muito baixo (1, 2, 3 ou 4, por exemplo) e, desta forma, sua localização frente à rua só poderia ser na primeira quadra. O grau 0,5 é o demonstrativo de exceção. Nenhum dos pontos chegou a ser demarcado com o maior grau de confiabilidade, ou seja, não se sabe com precisão a localização de nenhuma das habitações estudadas.

O estabelecimento de graus de confiabilidade é entendido aqui como um útil instrumento para o gerenciamento da localização dos pontos. Em pesquisas futuras, os pontos podem ser deslocados e posicionados em locais mais próximos de sua situação real, quando receberiam o grau 4.

Realizada esta relativização, pode-se passar ao mapa da *Distribuição dos Cortiços, Diversos e Portões – Censo de 1888*, conforme Anexo 9. Finalmente se observa, de forma discernível, a situação dos vários pontos onde estavam os cortiços, portões e *diversos*.

Com relação aos cortiços, percebe-se que há duas concentrações visíveis: uma à esquerda da Praça Dona Isabel (atual Xavier Ferreira) e outra nas imediações da Praça 7 de Setembro.

Os portões se espraiam paralelamente ao porto, em uma larga baixa que engloba, sobretudo, da rua 20 de Fevereiro (atual Luiz Loréa) à General Victorino. Afora esta concentração, atendo-se ao desenho produzido pelos demais portões no mapa, pode-se ver que estas habitações, em número menos relevante, contornam a área próxima ao porto.

No que diz respeito aos diversos, estes parecem estar mais dispersos. Possuem uma concentração com área de abrangência ampla, à direita da Praça Tamandaré e a sul da Praça 7 de Setembro.

Em Rio Grande, conforme indicações de Bittencourt (2007), Torres (2010), Thiesen (2010), pode ser definida uma zona que chamei aqui de “zona de poder”. Esta zona configura-se dos locais onde se dá as relações financeiras e a dinâmica comercial da cidade no século XIX. Onde os agentes políticos e reguladores estão assentados. Onde há a maior circulação de capital simbólico e monetário. Uma zona que pode ser identificada como uma área tradicional da cidade: o porto e suas adjacências, constituídas da Alfândega, do Mercado Público, da Praça Dona Isabel, da Câmara Municipal, grande parte da rua Pedro II (atual Marechal Floriano), principal rua da cidade, seguida pela rua dos Príncipes (atual Gal. Bacelar)⁸⁸.

Esta zona de poder não é adentrada pelas habitações populares aqui descritas, os portões a cercam, praticamente a delimitando. As duas concentrações de cortiços identificadas avizinham-na. Apenas os *diversos* invadem-na, chegando a possuir uma habitação na rua Riachuelo. Em outras palavras, no próprio porto.

O SIG proporcionou que fossem realizados manejos a respeito dos dados dos moradores das habitações, dispersos na malha urbana⁸⁹. Uma quantidade relevante de mapas foi produzida, utilizando as informações contidas no censo cruzadas com os três tipos de habitações. Com o volume de dados disponíveis, poder-se-ia realizar mais uma infinidade de entrecruzamento, desembocando em outros tantos mapas. Entretanto, aqui só serão apresentados os mapas mais relevantes⁹⁰.

Um dos aspectos que foram considerados essenciais é a concentração populacional. O mapa *Índice Populacional dos Cortiços, Diversos e Portões – Censo de 1888* (Anexo 11)

⁸⁸ Resolvi não realizar uma demarcação visual desta zona por não poder definir os termos certos de sua extensão. Os elementos centrais, que a qualificam enquanto tal, são os mencionados.

⁸⁹ Um mapa com a indicação do número dos pontos foi produzido, no intuito de possibilitar uma conferência com a tabela dos dados do SIG. Entretanto, pela quantidade de pontos e por sua proximidade, a visualização provou-se extremamente difícil. Assim, este mapa foi incluído nos anexos digitais (Anexo 10)

⁹⁰ Os demais mapas estão disponíveis no acervo do projeto *Paisagens e Identidades*.

apresenta as habitações graduadas quanto à incidência de população. Uma coluna foi criada, definindo 4 níveis: nível 1, de 1 a 5 pessoas; nível 2, de 6 a 10 pessoas; nível 3, de 11 a 20 pessoas e nível 4, mais de 20 pessoas residindo na moradia.

Analisando este mapa, pode-se notar de princípio, ao olhar a legenda, que todos os tipos estão representados nas cores, exceto os cortiços para o nível 4. Ou seja, nestas habitações existiam no máximo 20 pessoas a morarem juntas.

As cores verdes e azuis (níveis 1 e 2) são a maioria e entre umas e outras aparecem as habitações de cor roxa (nível 3). O nível 4 apresenta quantidade bem menor. Pode-se perceber, entretanto, que há uma concentração de habitações com incidência populacional alta em dois locais. Uma constitui-se da Rua General Osório, que fica à esquerda da Praça Dona Isabel (atual Xavier Ferreira). A outra está situada à sul da Praça 7 de Setembro.

Pode-se pensar em espaços mais disputados pela população. Espaços “mais coletivos”, onde a necessidade faz com que grande número de pessoas morem juntas. Locais mais pobres, por definição.

A proximidade da *Fábrica Rheingantz*, demarcada no mapa, com a concentração populacional próximo à Praça 7 de Setembro deve ser considerada. Esta pode ser uma das explicações para grande número de pessoas morarem juntas e de uma população pujante existir nas redondezas.

Quanto à intensidade da população à rua General Osório, deve-se considerar a proximidade com a definida zona de poder. Ao mesmo tempo a rua General Osório é escondida. Encontra-se a uma quadra da linha de costa, linha esta que não possui indicação de ordenamentos neste ano de 1892, data do mapa das plotagens. Ainda, há a demarcação no mapa de 1892 do “Ancoradouro” no espaço que compreende a linha de costa à norte da rua General Osório. Deve-se acrescentar que foram identificados pelo projeto *Paisagens e Identidades* à rua Câmara uma fundição e um estaleiro de construções navais. Outro estaleiro estava na Rua General Osório. Isto explica a quantidade populacional vinculada a esta região, que poderia servir de mão de obra para o aparato portuário.

Com as observações dos dados dispostos acima dos moradores a partir dos dados do censo, as três habitações cortiços, *diversos* e *portões* foram reafirmadas como local de residência de populações desfavorecida, não só em virtude da bibliografia consultada, mas pelo alto índice de negros e pardos, o alto grau de analfabetismo e pela grande maioria de seus residentes trabalharem em profissões descritas como “diversas” pelo censo.

Os cortiços agregam a maior população de pardos e pretos, possui o menor índice de alfabetismo. É das habitações estudadas aquela que o maior número de moradores está relacionada ao trabalho, não ocorrendo espaço para desocupação. Estas habitações estão relacionadas a duas áreas: próximos à Praça 7 de Setembro, um dos locais mais antigos da cidade, o que me faz pensar em reutilização de construções. E na região imediatamente à oeste da “zona de poder”, que possui relação com o ancoradouro da cidade e onde encontra-se estabelecimentos relacionados à manutenção de embarcações portuárias. Os moradores dos cortiços deveriam ser absorvidos como mão de obra.

Já os *diversos*, com maior índice de alfabetização, possuem proporcionalmente o maior número de estrangeiros. O que talvez explique a alfabetização mais acentuada. Estão dispostos sobretudo em uma zona próxima à fábrica Rheingantz. Com a questão estrangeira vinculada à alfabetização pode-se supor que fossem operários, com uma qualificação melhor, como mencionado por Bittencourt (2007).

Já os portões, que possuem a maior quantidade de brasileiros, chamaram a atenção por mostrarem-se diferenciados das demais habitações: em muitos casos houve a expressão do nome do proprietário. Soma-se a isto a definição dos filhos e a aparição de alguns criados, e penso que os portões possuíam características que os elevariam dentro da escala social. Os portões estão em maior número e estão dispersos paralelamente ao porto, embora mais afastado deste. A grande quantidade de portões observada à esquerda da Praça Tamandaré segue o ritmo de expansão da Cidade em direção à Cidade Nova. Mas não há ainda explicação plausível para dar conta de sua localização.

Considerações Finais

O presente trabalho teve interesse central em compreender os cortiços no cerne da paisagem riograndina em fins do século XIX. A incorporação das habitações portões e *diversos* nas análises proporcionou, além de uma comparação, que se comece a pensar sobre moradas populares de forma mais abrangente em Rio Grande. No intuito inicial, procurei tentar definir o que é uma habitação do tipo cortiço, mas a bibliografia e os documentos levantados (Relatórios, Código de Posturas e jornal) levam-me a pensar que não há uma definição precisa. Sua definição foi sendo remodelada e associada cada vez mais a elementos negativos de podridão social, degradação moral, insalubridade.

Necessitei, para dar conta de seus objetivos, realizar uma análise do *Livro de Estatística da População de 1888*. Acredito que ela tenha sido de suma importância para me fazer compreender o contexto social, político, econômico que Rio Grande passava naquele momento. Além disto, realizar uma análise cuidadosa abriu portas para o entendimento da organização das ruas, parte essencial neste trabalho.

Com as observações descritas nos jornais a respeito dos cortiços, pude notar uma percepção de elementos negativos relacionados a seus moradores e à habitação em si. O cortiço mostrou-se o ponto central de uma esfera de sentidos que liga estas habitações a negros e propensão à criminalidade. Além disto, percebi que os cortiços eram alvo de discursos moralistas. Estes discursos moralistas fizeram com que cortiços estivessem na mira de batidas policiais para que não fossem aglomeradas ali pessoas vadias, propensas, assim, ao crime. Foi o local por excelência para ordenar ex-escravos. Os cortiços eram um perigo social.

Percebi que a questão higiênica esteve sempre muito ligada aos cortiços na bibliografia e nos discursos trazidos por ela, mas, conforme procurei mostrar aqui, esse não era o problema central, em 1888, em Rio Grande. A questão *doída* vinculava-se mais aos aspectos morais, do que à higiene sanitária. Não havia representações que guiassem as práticas em termos higiênicos, isto irá aparecer apenas em 1903. A partir disto, acredito que a questão higienista, embora pairasse em Rio Grande, não estava consolidada em 1888, a ponto de reverter em ações que traduzissem esta preocupação. Já existia o embrião, o campo estava semeado, mas não amadurecido.

Com a plotagem dos cortiços, *diversos* e portões na malha urbana, vinculados à observação de seus moradores, percebi que definitivamente estas habitações configuram-se

como moradas de excluídos sociais. Há especificidades entre elas que traduzem sua dispersão pelo espaço da cidade. Nota-se os cortiços concentrados ao redor de antigos espaços da cidade, locais vinculados à primeira ocupação e à presença de negros. Os *diversos* estão dispersos em uma zona próxima à fábrica têxtil Rheingantz, primeira indústria da cidade. Os portões obedecem a uma conformação paralela ao porto, praticamente delimitando a “zona de poder”.

A paisagem, refletindo comportamentos determinados, demonstra uma segmentação social existente na cidade do Rio Grande. Mais do que nunca, falar na diferenciação pura e simples entre ricos e pobres é algo que não serve mais.

A utilização do SIG como ferramenta de análise proporcionou que os vários dados disponíveis através das tabelas pudessem ser manejados de tal forma que produziram representações significativas para as observações realizadas neste trabalho. Mais do que isto, abriu portas para que os vários dados não mencionados aqui estejam prontos para que novas questões sejam interrogadas a eles.

Muitas considerações ainda precisam ser respondidas para explicar melhor estas habitações no contexto da paisagem riograndina de fins de século XIX, mas acredito que os primeiros passos foram dados. Precisam ser refletidos? Com certeza. Clareados? Definitivamente. E cruzados com outras informações. Mas, certamente, este é um tijolinho de referência dentro da estrada que ainda deve ser percorrida.

Referências

Fontes Primárias

- Dicionário da Língua Portuguesa. s/d.
- Jornal Echo do Sul - 1888
- Livro de Estatística da População de Rio Grande. 1888
- Novo código de posturas do município de Rio Grande. 1903
- Relatório de fim da Administração Provincial de 1888. Resumo geral dos quadros demonstrativos das condições dos escravos inscritos na matrícula encerrada à 30 de março de 1887.
- Relatórios da Câmara Municipal – 1878, 1879, 1883, 1885 e 1903

Referências Bibliográficas

- BITTENCOURT, Ézio. Da rua ao teatro. Os prazeres de uma cidade. Rio Grande: FURG, 2007.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CHALHOUB, Sidney. Mapas Temáticos Santana e Bexiga: Cotidiano e cultura de trabalhadores urbanos em São Paulo e Rio de Janeiro entre 1870 e 1930” – *Visita aos cortiços do Rio imperial: Cortiços – Rio de Janeiro, 1878*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cecult/mapastematicos/>> acessado em novembro de 2011.
- CONOLLY, James e LAKE, Mark. Geographical Information Systems in Archaeology. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- COSTA, Ana Paula. Regulamentação do Serviço de Criadagem: dominação, subordinação e resistência na cidade do Rio Grande (1887-1894). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011
- DODE, M. e ROSA, Luiz A. S. “Fazer-me um cortiço debaixo das janelas!...”: a presença de cortiços na cidade de Rio Grande/RS no século XIX. Comunicação apresentada no VII Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Jaguarão, 2010.
- EU, Conde d’. Viagem Militar ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Editora Universidade de São Paulo, 1981.
- FUNARI, P. P. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2003.
- LIMA, Tania A. El huevo de la serpiente: una arqueología del capitalismo embrionario en el Rio de Janeiro del siglo XIX. In: ZARANKIN, Andrés e ACUTO, Félix A. (Eds). Sed non satiata. Teoria social en la Arqueología Latinoamericana Contemporanea. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, Colección Científica, 1999.
- LUDWIG, Ágatha. Transição de uma Nova Paisagem em Rio Grande: do Comercial ao Industrial (1870-1910). Monografia de conclusão de curso. Rio Grande, FURG: 2012.
- MARTINS, Solismar; PIMENTA, Margareth Afeche. A Constituição Espacial de uma Cidade Portuária através dos Ciclos Produtivos Industriais: O Caso do Município do Rio Grande (1874-1970). Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n.1, maio, 2004.
- MONTEIRO, Antenor. As principais ruas da cidade de Rio Grande. Não publicado. Rio Grande, 1947.
- PEDROSO, Ticiano. Saneamento e Progresso: O projeto de Saneamento da cidade de Rio Grande do plano a implantação (1909-1923). Monografia de conclusão de Curso. Rio Grande, FURG, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os Sete Pecados da Capital. São Paulo: Hucitec, 2008.

PICCINI, Andrea. Os cortiços na cidade: conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

SILVA, Wellington da. 2007 “Uma autoridade na porta das casa”: os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife do século XIX.

THIESEN, B. V. As paisagens da cidade: arqueologia da área central de Porto Alegre do século XIX. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em História. PUC/RS. Porto Alegre, 1999.

THIESEN, B. V. Invisibilidade, memória e poder: a identidade imigrante e a construção da paisagem da cidade – Rio Grande (RS). MÉTIS: história & cultura – v. 8, n. 16, p. 143-155, jul./dez. 2009.

THIESEN, B. V. Paisagens e identidades: a modernidade riograndina. Rio Grande, FURG: 2010.

THOMAS, Julian. Archaeology of Place and Landscape. In Hodder, Ian (org). Archaeological Theory Today. Blackwell Publisher Inc. Cambridge, 2001.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre oitocentista. São Leopoldo: Oikos, 2010.

TORRES, Rodrigo. “... e a modernidade veio a bordo”: Arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade do Rio Grande/RS. Pelotas: Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural/ UFPel, 2010. Dissertação de mestrado.

ZARANKIN A. & SENATORE, M.X. Historias de un pasado en blanco. Arqueología histórica antártica. Mina Gerais: Argumentum, 2007.

Anexos Impressos

Anexo 2 - Listagem de nomes antigos de ruas e praças da “Cidade” contidas no *Livro de Estatística da População de 1888*

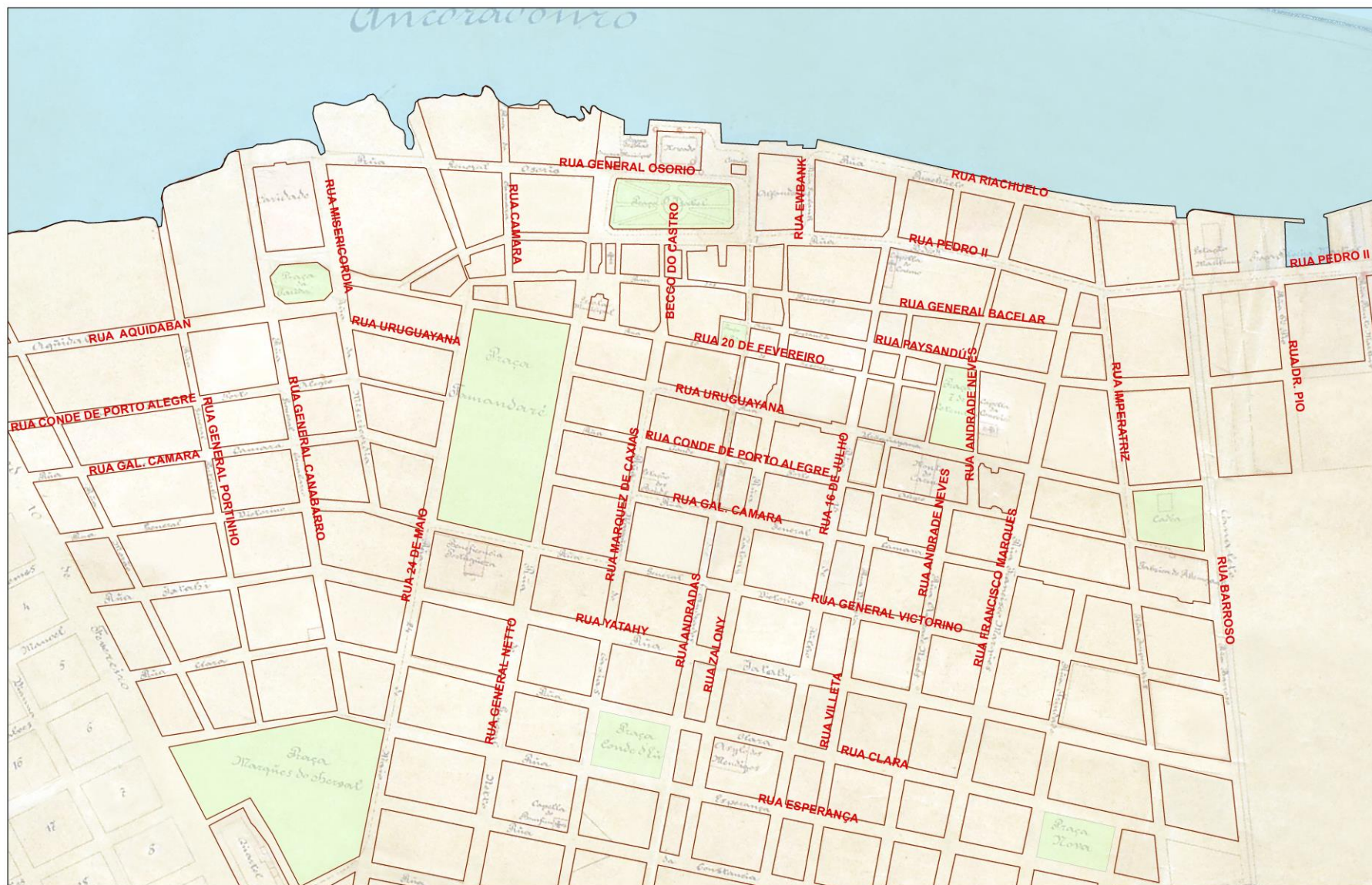
Nome no censo	Nome atual
Ilha do Ladino	ATERRADA – compreende várias ruas
Praça 7 de Setembro	Praça 7 de Setembro
Praça D. Isabel	Praça Xavier Ferreira
Praça Matriz	Largo Dr. Pio
Praça São Pedro	Praça Júlio de Castilhos
Rua 16 de Julho	Rua Benjamin Constant
Rua 20 de Fevereiro	Rua Luiz Lorea
Rua 24 de Maio	Rua 24 de Maio
Rua Andradas	Rua Andradas
Rua Andrade Neves	Rua Andrade Neves
Rua Aquidaban	Rua Aquidaban
Rua Barroso	Rua Barroso
Becco do Affonso	Rua Travessa do Affonso
Becco do Castro	Rua Duque de Caxias
Rua Camara	Rua Conselheiro Pinto Lima
Rua Clara	Rua Barão de Cotegipe
Rua Conde de Porto Alegre	Rua Conde de Porto Alegre
Rua Dr. Pio	Rua João Pessoa
Rua Esperança	Vice Almirante Abreu
Rua Ewbank	Rua Ewbank
Rua Francisco Marques	Rua Francisco Marques
Rua General Camara	Rua General Camara
Rua General Canabarro	Rua General Canabarro
Rua General Netto	Rua General Netto
Rua General Osorio	Rua General Osório
Rua General Portinho	Rua General Portinho
Rua General Victorino	Rua General Victorino
Rua Imperatriz	Rua Coronel Sampaio
Rua Marquez de Caxias	Rua Duque de Caxias
Rua Misericórdia	Rua Visconde de Paranaguá
Rua Paysandú	Rua República do Líbano
Rua Pedro II	Rua Marechal Floriano Peixoto
Rua Principes	Rua General Bacelar
Rua Riachuelo	Rua Riachuelo
Rua Uruguayana	Rua Silva Paes
Rua Villeta	Rua Napoleão Laureano
Rua Yatahy	Rua Dr. Nascimento
Rua Zalony	Rua Zalony

Tabela produzida a partir da obra de Monteiro (1947). Em cinza estão destacados os logradouros levantados pelo projeto *Paisagens e Identidades*.

Anexo 3

Mapa com a Localização das Ruas expressas no Livro de Estatística da População de 1888.

Localização das Ruas - Censo de 1888



Legenda

-  Praças
-  Água

0,1 0,05 0 0,1 Km

1 cm = 39 m



Anexo 4 – Tabela comparativa dos dados da “Cidade” e do Município.

		Cidade	Município
População		13445	20277
Homens		6459	10148
Mulheres		6986	10129
Casas		3014	4079
Brasileiros	da cidade	8062	13395
	da provincia	1835	2352
	de fora	758	820
Portugueses		1280	1743
Ingleses e Franceses		172	215
Alemães		234	288
Italianos		251	355
Outras nacionalidades		953	1109
Solteiros		4777	7662
Casados		1544	2280
Viúvos		138	206
Solteiras		4918	7175
Casadas		1500	2218
Viúvas		575	736
Alfabetizados		7175	8937
Analfabetos		6270	11340
Sempre em Rio Grande		7791	
Há menos de 1 ano		614	
De 1 a 5 anos		1136	
Mais de 5 anos		3848	
De passagem		56	
Branços		9217	14704
Pardos		2243	2786
Pretos		1995	2787
Católicos		12991	19727
Protestantes		424	519
Israelitas		3	3
Outras religiões		27	28
Médicos*		16	
Magistrados e Advogados*		10	
Engenheiros e Arquitetos*		14	
Professores*		38	
Comerciantes*		276	
Agricultores*		16	
Criadores*		7	

Empregados públicos*	144	
Empregados de Comércio*	491	
Operários*	352	
Diversas Profissões*	2904	
Sem profissão*	4535	

Fonte: Adaptado do *Livro de Estatística da População do Rio Grande de 1888*. Arquivo Histórico da Prefeitura do Rio Grande.

Os dados em cinza, referentes à “Residência no Rio Grande” foram somados, no *Livro*, apenas em relação à “Rio Grande” (Cidade e Cidade Nova). As somatórias das “Profissões”, demarcadas com asterisco (*), são resultado das ruas levantadas pelo projeto, uma vez que este critério não foi computado ao fim do censo. Aqui não foram demonstradas as idades apresentadas pelo jornal.

Anexo 5 – Regulamentação dos Criados e Amas de Leite⁹¹

Edital Câmara Municipal

A Câmara Municipal desta cidade faz saber que pelo Exm. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, presidente da Província, foram aprovados os artigos de posturas abaixo transcritos, regulando a locação de serviços dos criados n'este município:

Art. 1º - É considerado criado, para todos os efeitos d'esta postura, quem quer que, sendo de condição livre, tiver ou tomar, mediante salário, a ocupação de moço de hotel ou casa de pasto e hospedaria, cozinheiro, copeiro, hortelão, cocheiro, lacaio, ama de leite, ama secca, e, em geral, de qualquer serviço doméstico;

Art. 2º - Haverá na secretaria da Câmara um livro de registro ou inscrição dos criados e das amas de leite e outro de registro de certificados de conduta dos mesmos;

Art. 3º - Ninguém poderá exercer as ocupações de que trata o art. 1º sem inscrever-se previamente no registro de que trata o artigo 2º, e sem apresentar uma caderneta, que deverá conter a cópia desta postura e o número de ordem da inscrição, o nome, a idade, a filiação, a naturalidade, o estado, a classe de ocupação, o nome e o domicílio da pessoa cujo serviço estiver o criado ou for destinado e a assinatura do secretário da Câmara, bem como o nome do pai, da mãe, do tutor ou curador do criado, quando este for menor;

Art. 4º - Ninguém poderá tomar a seu serviço criado ou criada ou ama de leite que não estejam inscritos no registro de que trata o artigo antecedente e que não apresente certificado de conduta passado pela última pessoa a quem tiver servido;

Art. 5º - A pessoa que tomar um criado deverá escrever na caderneta o seu contrato e no caso de despedir o criado deverá escrever na caderneta o seu contrato e no caso de despedir o criado deverá também certificar o motivo da despedida e qual a conduta do criado durante o tempo que serviu.

§ I – O contrato será organizado pelo contratador, segundo o modelo junto sob o nº. 1.

§ II – O contrato será assinado pelo contratador e pelo criado, assinando por este duas testemunhas, no caso de não saber escrever.

⁹¹ *Echo do Sul*, 29 de junho de 1887

§ III – O contrato poderá ser feito por tempo indeterminado ou não, mas será, em qualquer caso, registrado no livro de que trata o artigo segundo;

Art. 6º - O criado ou criada e a ama de leite que deixar o serviço do seu patrão deverá dentro de 24 horas apresentar a sua caderneta ao secretário da Câmara, para ser transcrita no livro de que trata o artigo segundo;

Art. 7º - No caso de perda justificada de uma caderneta o criado deverá apresentar nova caderneta, e o secretário da Câmara transcreverá na mesma tudo o que acerca do criado ou criada ou ama de leite constar no livro dos certificados;

Art. 8º - Nenhum criado que tenha ajustado os seus serviços por tempo indeterminado poderá abandonar a casa de seu patrão sem prévio aviso de dez dias, exceto por motivo justo;

Art. 9º - São motivos justos:

I – Enfermidade que impossibilite o criado para o serviço;

II – Maus tratos do patrão ou de pessoas de sua família.

Art. 10º - Nenhum patrão que tenha contratado criado, criada ou ama de leite por tempo indeterminado poderá despedi-lo sem prévio aviso de dez dias, exceto havendo causa justa.

Art. 11º - São causas justas para despedir os criados sem prévio aviso:

N. 1 – Enfermidade que prive o criado de fazer serviço;

N. 2 – Embriaguez;

N.3 – Recusa ou imperícia para o serviço;

N. 4 – Negligência ou pouco asseio;

N. 5 – Injúrias e calúnias ou qualquer ofensa criminoso feita ao patrão ou a pessoa de sua família;

N. 6 – Prática de atos imorais;

N. 7 – Infidelidade;

N. 8 – Ser causa de desordens na família promovendo intrigas.

Art. 12º - Além das obrigações que estabelece esta postura para os criados deverão mais as amas de leite apresentar-se na casa da Câmara a fim de ali serem examinadas por médico e este declarará na caderneta o estado de saúde das mesmas. Este exame se deverá repetir todos os meses e a ama que faltar a ele ficará sujeita a uma multa de 10\$000;

Art. 13º - As amas de leite não amamentarão senão a criança para cuja amamentação forem contratadas e o seu próprio filho, e no caso de não terem filhos só darem de mamar a uma única criança;

Art. 14º - A infração do artigo antecedente será punida com a multa de 20\$000;

Art. 15º - Além das causas apontadas no artigo 11, o patrão poderá despedir a ama sem prévio aviso por vício da mesma que possam prejudicar a saúde da criança que estiver amamentando ou por não ter leite em quantidade suficiente para a amamentação da mesma criança;

Art. 16º - São deveres do criado:

I – Obedecer às ordens que receber de seus patrões, manifestando boa vontade e diligência;

II – Zelar os interesses de seus patrões evitando tudo quanto possa causar-lhes danos ou prejuízos.

Art. 17º - São deveres dos patrões:

I – Tratar bem o criado e se for convencionado no ato do contrato fornecer-lhes a alimentação e quarto para morar;

II – Fazer tratar os criados se adoecerem por conta dos salários que estiverem vencendo e, dado o caso de ser a enfermidade contagiosa, recolher os enfermos no hospital que for destinado para tal fim. Quando os criados não tiverem asilo próprio onde possam ser convenientemente medicados.

Art. 18º - O patrão que sem causa justa despedir qualquer criado sem o aviso prévio de que trata o artigo 10 pagará ao mesmo o que faltar para completar o tempo de seu contrato;

Art. 19º - O patrão poderá descontar dos salários dos criados o valor dos danos e prejuízos que tiverem originado, salvo, porém, ao criado o direito de justificar-se provando a sua inocência para reaver o que tiver pago;

Art. 20º - O serviço dos menores só poderá ser contratado com os pais dos mesmos ou com tutores ou pessoas responsáveis que garantam o cumprimento do respectivo contrato;

Art. 21º - A pessoa que receber a seu serviço criados e amas de leite que não tenham caderneta pagará 10\$000 de multa, e igual multa pagará também o patrão que deixar de lavrar na caderneta o certificado de conduta do mesmo criado e ama. Só deixarão de apresentarem atestados e certificados os órfãos que pelo juízo competente forem dados à soldada;

Art. 22º - Os criados que falsificarem atestados e os que não apresentarem as cadernetas pagarão 8\$ de multa, além das penas a que pelo crime de falsificação os sujeitar o código criminal;

Art. 23º - O criado que sem prévio aviso abandonar a casa de seu patrão perderá o salário vencido até o dia em que se ausentar;

Art. 24º - O criado que não satisfizer a multa em que se achar incurso no prazo de três dias, sofrerá pena de prisão de três a seis dias;

Art. 25º - Não poderão empregar-se como amas de leite pessoas cujo estado de saúde, a juízo do médico competente para fazer os exames a que se refere o artigo 12, possa ser prejudicial as crianças que devem amamentar;

Art. 26º - Os livros para o registro dos criados e para os certificados de conduta dos mesmos serão escriturados pelo secretário da Câmara, sendo, porém, previamente rubricados pelo presidente ou por qualquer outro vereador pelo mesmo autorizado;

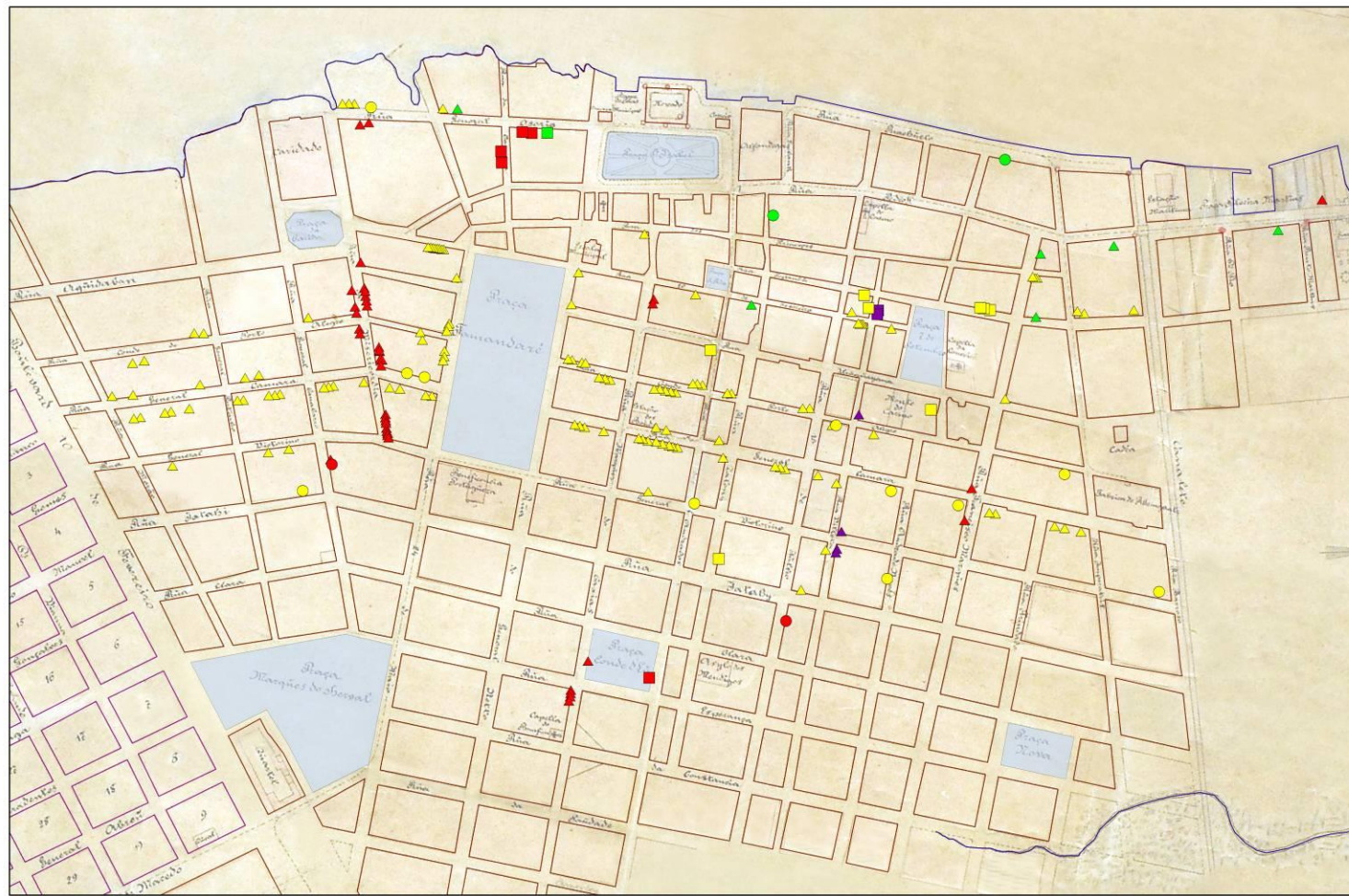
Art. 27º - Ficam revogadas as disposições em contrário. Outrossim, faz público que ficou marcado o prazo de 15 dias para a matrícula ou inscrição dos criados e amas de leite e que dentro deste prazo devem os mesmos dirigir-se a secretaria da Câmara das 9 horas da manhã até às 3 da tarde para darem seus nomes, idade, estado, filiação e residência, e receberem a caderneta e a cópia dos artigos de posturas acima transcritos conforme o disposto no artigo 3º.

Paço da Câmara Municipal da Cidade do Rio Grande, 28 de junho de 1887.

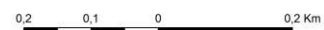
Marcolino Francisco Rosa,
Presidente
Porphyro Alves da Silva,
Secretário

Anexo 8 – Mapa representando os graus de Confiabilidade das localizações

Grau de Confiabilidade das Localizações dos Cortiços, Diversos e Portões – Censo de 1888



Legenda



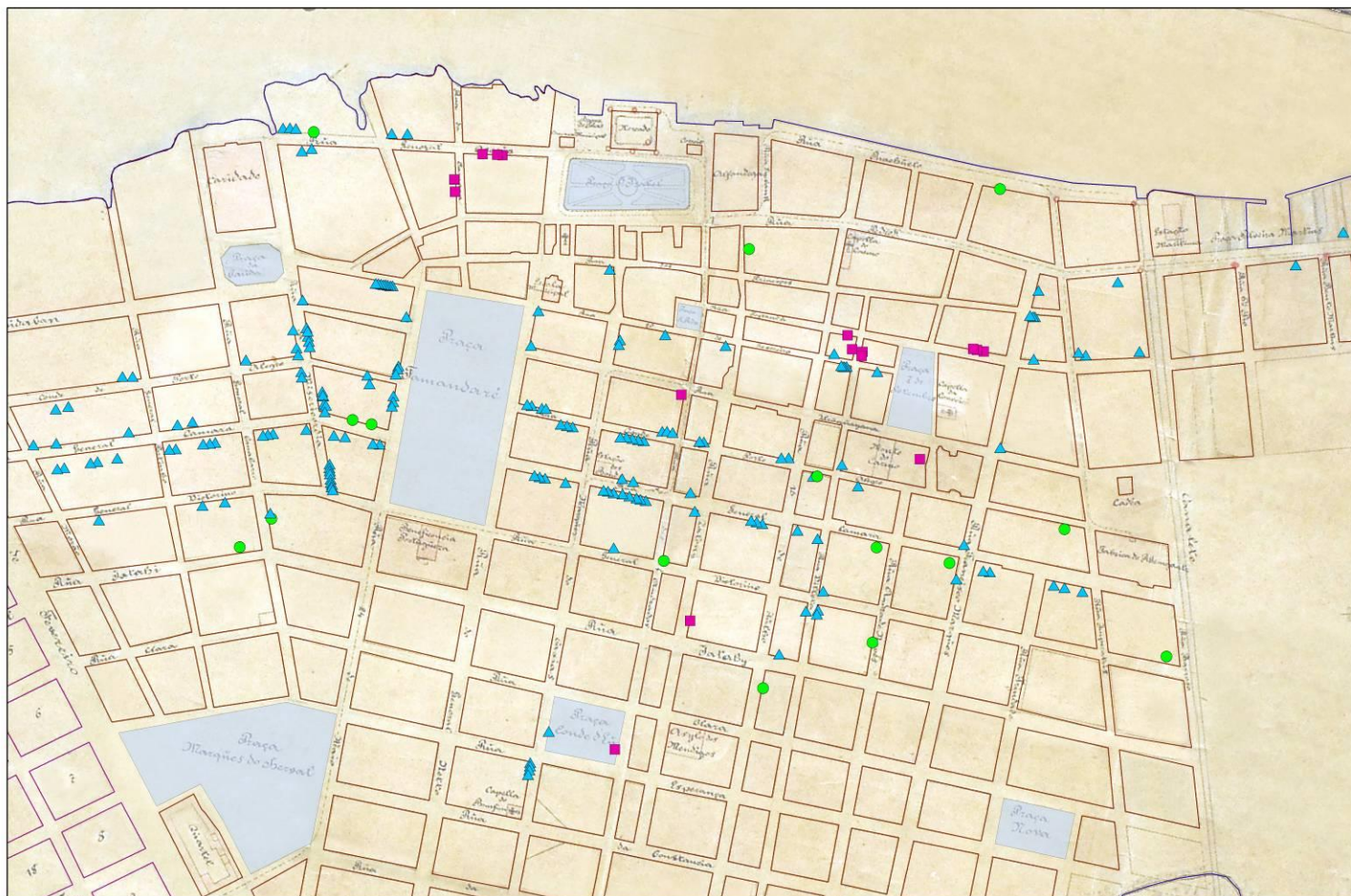
1 cm = 41 m



Sistema de Referência UTM, Datum WGS-84, zona 22S. Mapa georreferenciado da Cidade do Rio Grande - RS do ano de 1892. Beatriz Farias e Taiane Portella, Julho de 2012.

Anexo 9 – Mapa com as distribuições dos Cortiços, Diversos e Portões

Distribuição dos Cortiços, Diversos e Portões - Censo de 1888



Legenda

- Cortiços
- Diversos
- ▲ Portões
- Praças

0,2 0,1 0 0,2 Km

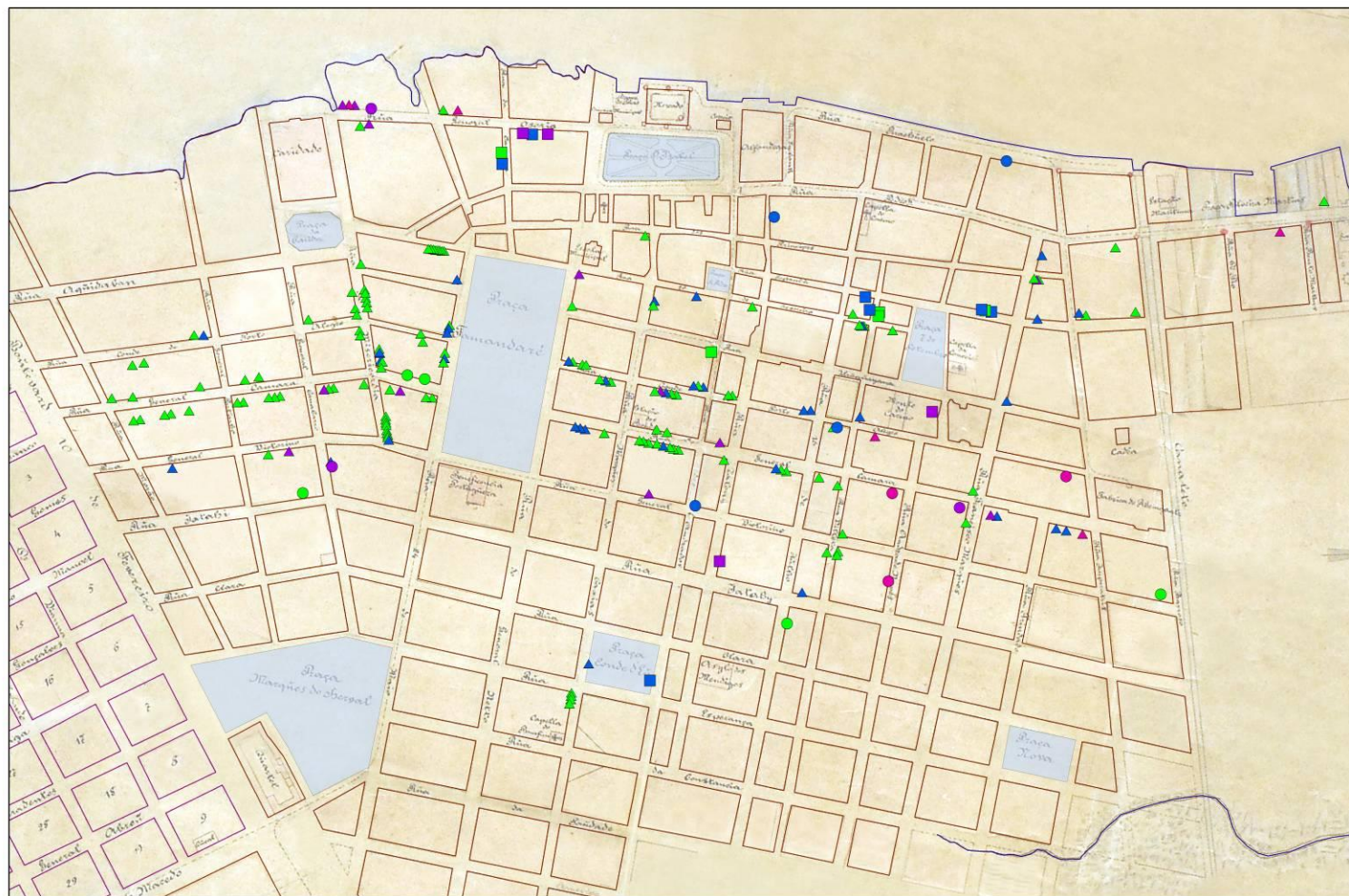
1 cm = 38 m



Sistema de Referência UTM, Datum WGS-84, zona 22S. Mapa georeferenciado da Cidade do Rio Grande - RS do ano de 1892.
Beatriz Farias e Taiane Portella, Julho de 2012.

Anexo 11 – Mapa com as distribuições dos Cortiços, Diversos e Portões

Índice Popacional dos Cortiços, Diversos e Portões - Censo de 1888



Legenda

Índice Popacional, Tipo

- ▲ 4, portão
- 4, diversos
- 3, diversos
- ▲ 3, portão
- 3, cortiço
- ▲ 2, portão
- 2, diversos
- 2, cortiço
- ▲ 1, portão
- 1, cortiço
- 1, diversos

■ Praças

0,2 0,1 0 0,2 Km

1 cm = 41 m



Sistema de Referência UTM, Datum WGS-84, zona 22S. Mapa georreferenciado da Cidade do Rio Grande - RS do ano de 1892. Beatriz Farias e Taiane Portella, Julho de 2012.

d

